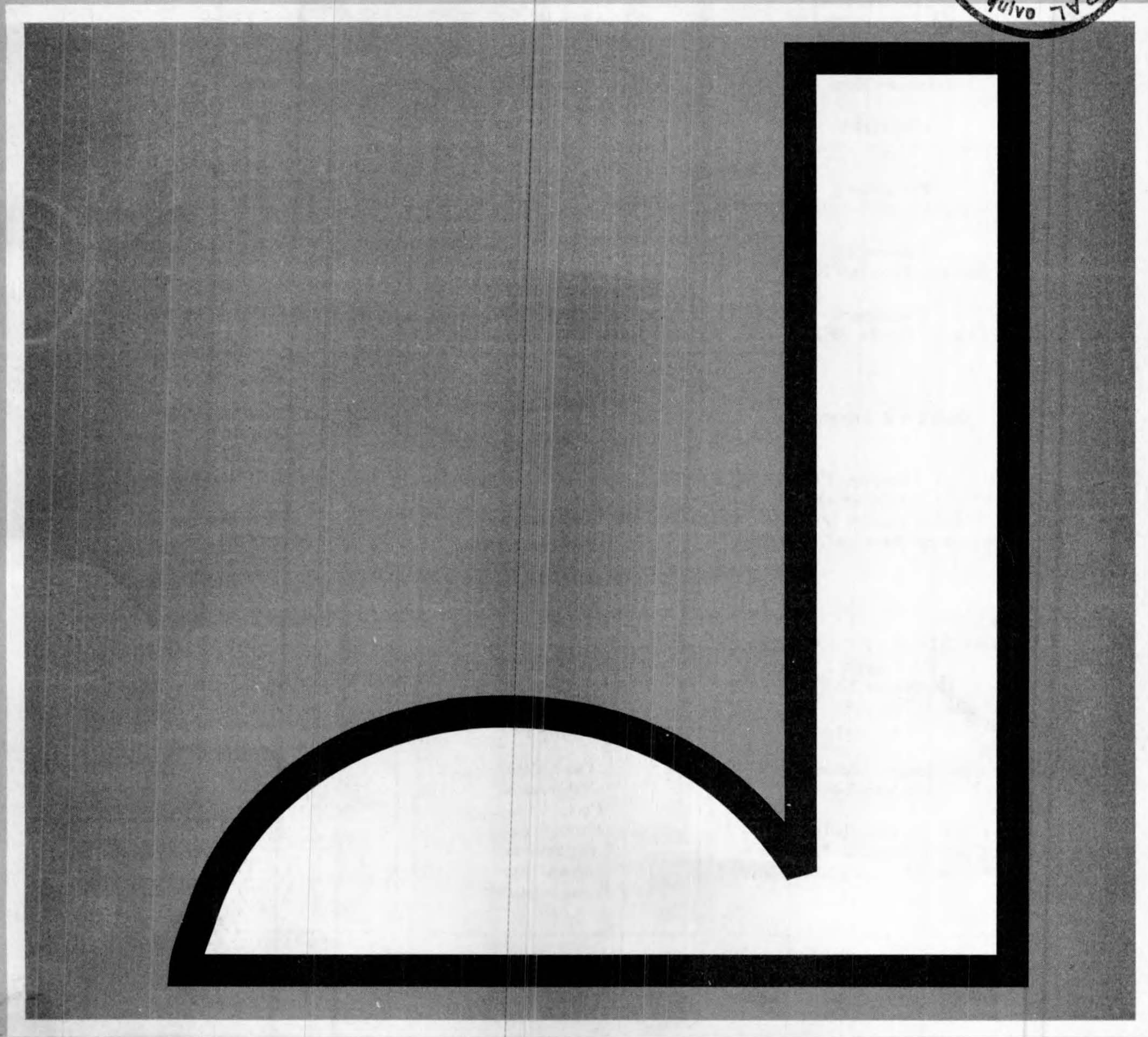


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LII - Nº 132

SÁBADO, 26 DE JULHO DE 1997

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

EXEMPLAR ÚNICO

<p>MESA Presidente Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</p> <p>1º Vice-Presidente Geraldo Melo - PSDB - RN</p> <p>2º Vice Presidente Júnia Marise - Bloco - MG</p> <p>1º Secretário Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</p> <p>2º Secretário Carlos Patrocínio - PFL - TO</p> <p>3º Secretário Flaviano Melo - PMDB - AC</p> <p>4º Secretário Lucídio Portella - PPB - PI</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>1ª - Emília Fernandes - PTB - RS 2º - Lúdio Coelho - PSDB - MS 3º - Joel de Hollanda - PFL - PE 4ª - Marluce Pinto - PMDB - RR</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Reeleito em 2-4-97) Romeu Tuma - PFL - SP</p> <p>Corregedores - Substitutos (Reeleitos em 2-4-97)</p> <p>1º - Ramez Tebet - PMDB - MS 2º - Joel de Hollanda - PFL - PE 3º - Lúcio Alcântara - PSDB - CE</p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação : 16 e 23-11-95) Nabor Junior - PMDB - AC Waldeck Ornelas - PFL - BA Emília Fernandes - PTB - RS José Ignácio Ferreira - PSDB - AC Lauro Campos - Bloco - DF</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Élcio Alvares - PFL - ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda - PSDB - DF Vilson Kleinübing - PFL - SC Ramez Tebet - PMDB - MS</p> <p>LIDERANÇA DO PFL Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma Júlio Campos</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra</p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB Líder Sergio Machado</p> <p>Vice-Líderes Osmar Dias Jefferson Peres José Ignácio Ferreira Coutinho Jorge</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líderes Sebastião Rocha Antonio Carlos Valadares Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PPB Líder Epitacio Cafeteira</p> <p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amim</p> <p>LIDERANÇA DO PTB Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líder Regina Assumpção</p>
---	---	--

Atualizada em 25/7/97.

EXPEDIENTE		
<p>AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	<p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 19ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 25 DE JULHO DE 1997

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Encerramento dos trabalhos do Senado Federal relativos à 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura..... 15337

1.2.1 – Fala da Presidência (Senador Antonio Carlos Magalhães)

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Defendendo a aplicação de penas alternativas como forma de diminuir a superlotação dos presídios e a violência urbana. Necessidade de se repensar a política penitenciária do País. 15338

3 – EXPEDIENTE ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO

3.1 – PARECER

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1996 (nº 33/95, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências, favorável, nos termos de substitutivo que oferece..... 15339

3.2 – COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.473-33, em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que "dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 15459

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.531-8, em 22 de julho de 1997 e publicada no dia 23 do mesmo mês e ano, que "dá nova redação aos arts. 24, 26, 57 e 120 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública, e ao art. 15 da

Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 15460

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.553-17, em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional – NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 15462

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.563-7, em 22 de julho de 1997 e publicada no dia 23 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a incidência do imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 15463

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.566-6, em 22 de julho de 1997 e publicada no dia 23 do mesmo mês e ano, que "excepciona o contrato celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Companhia Docas do Rio de Janeiro de exigências fixadas em lei, ou ato dela decorrente". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 15465

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.569-4, em 22 de julho de 1997 e publicada no dia 23 do mesmo mês e ano, que "estabelece multa em operações de importação e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 15466

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.570-4, em 22 de julho de 1997 e publicada no dia 23 do mesmo mês e ano, que "disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 15468

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.579-10, em 23 de julho de 1997 e publicada no dia 24 do mesmo mês e ano, que "altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, dos arts. 19, 34, 35 e § 4º do art. 53 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 15469

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.580, em 23 de julho de 1997 e publicada no dia 24 do mesmo mês e ano, que "autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras a adquirir o controle acionário da Companhia Energética de Alagoas – CEAL, para efeito de sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização – PND". Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 15471

3.3 – OFÍCIO

Nº 156/97, de 24 do corrente, do Líder do PFL no Senado Federal, de indicação do Senador Júlio Campos para exercer as funções de Vice-Líder do partido. 15473

4 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas de 1º a 25 de julho de 1997. 15474

5 – EMENDAS

Oferecidas à Medida Provisória nº 1.578-1, de 1997. 15488

Oferecidas aos Projetos de Lei nºs 8 a 10, de 1997-CN (publicadas em suplemento "A" a este Diário). 15503

6 – ATAS DE COMISSÃO

36ª a 39ª Reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº1.101, de 1996-SF, destinada a apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos, estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e 1996, realizadas em 16, 17 e 22 de julho de 1997 (publicadas em suplemento "B" a este Diário). 15505

7 – ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2.051, de 1997 (republicação). 15505

8 – MESA DIRETORA

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

12 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

13 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 19ª Sessão Extraordinária em 25 de julho de 1997

5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura
Presidência do Sr. Antonio Carlos Magalhães.

(Inicia-se a sessão às 9h30min)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão destina-se ao encerramento da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura.

Sr^{as} e Srs. Senadores, temos todos orgulho de pertencer ao Senado Federal. Estou certo de que V. Ex^{as}, como eu, estão evidentemente felizes com o trabalho aqui realizado. Realizamos, sim, um trabalho digno do aplauso da Nação; estou certo. E isso é extremamente importante no processo de desenvolvimento econômico do País. Daí por que quero, neste instante, me congratular com o povo brasileiro, com o Senado e, da mesma forma, com a Câmara dos Deputados pela atuação que têm tido ao longo deste período legislativo e, principalmente, na convocação extraordinária.

O Congresso Nacional está, portanto, a merecer o agradecimento da Nação pelo trabalho realizado no período legislativo.

A convocação extraordinária que hoje encerramos foi, sem dúvida, a mais profícua da história do Legislativo brasileiro. Aprovamos 23 matérias, destacando-se: a Lei Geral de Telecomunicações, que regulamenta e quebra o monopólio estatal do setor; a regulamentação da quebra do monopólio estatal do petróleo; o projeto que pune crimes contra o meio ambiente; o Fundo de Aposentadoria Programada – o FAP, que cria uma nova aposentadoria paralela ao INSS; o projeto que autoriza o Governo a conceder subsídio à borracha natural, que estava precisando de ter esse apoio do Governo Federal; o aperfeiçoamento e a votação de um projeto do Estatuto dos Refugiados; o projeto do ensino religioso, tão importante para o País na quadra que atravessa. Todos esses projetos foram transformados em lei e obtivemos ainda significativo avanço na tramitação da emenda constitucional da Previdência Social, num trabalho excepcional da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o apoio de todos os membros do Senado Federal. Ela está pronta para ser votada no segundo semestre deste período legislativo.

Outra vitória alcançada e de grande importância para o País, para a Nação, para o Judiciário e, sobretudo, para o povo brasileiro, carente de justiça, foi aquela que diz respeito ao efeito vinculante das decisões sumuladas do Supremo Tribunal Federal.

Um trabalho excepcional, digno de registro, que vai resolver, em grande parte, o problema da celeridade do Poder Judiciário do Brasil.

A tudo isso, se soma a esta Sessão Legislativa o trabalho que o Senado Federal realizou, apreciando 232 matérias de destaque para emenda constitucional que institui a reeleição para Presidente da República, Governadores e Prefeitos.

Além disso, realizamos um trabalho, que era uma promessa deste Legislativo, em relação a coibir o excesso de medidas provisórias, que incomoda os advogados, o Poder Judiciário, o próprio País e, sobretudo, o Poder Legislativo, porque a Casa de legislar é esta e não o Poder Executivo. Portanto, esse trabalho o Senado fez e já enviou à Câmara Federal. Dentro em pouco, tenho certeza de que a Câmara dos Deputados votará tão importante proposição.

É chegado, portanto, o momento de conhecer em profundidade o trabalho do Legislativo e os benefícios gerados a partir dele para a sociedade brasileira. Precisamos ter – e vamos ter pelo nosso trabalho – justiça para este Poder Legislativo.

Este momento em que encerramos mais uma etapa dos nossos trabalhos é de alegria para o Senado e para a Nação, por ver que os Parlamentares brasileiros estão cumprindo com seus deveres. Poucos Parlamentos do mundo – é preciso que se conheça todos, e nós os conhecemos – seriam capazes de realizar tanto em tão pouco tempo como o Congresso Nacional neste período de convocação extraordinária. Daí por que reclamamos justiça e reconhecimento da Nação, da imprensa brasileira, de todos, para que acompanhem nossos trabalhos e venham ver o que foi realizado no Legislativo durante esse período.

Sem Congresso Nacional, não há democracia. Fortalecer o Congresso é o que estamos fazendo com trabalho e com eficiente fiscalização, inclusive dos atos do Poder Executivo. Que o povo também nos fiscalize mais é o que queremos; queremos essa fiscalização para demonstrar, mais uma vez, que somos, hoje, os principais responsáveis pelo funcionamento do regime democrático no Brasil.

Com essas palavras, declaro encerrado o período legislativo da convocação extraordinária, que tantos benefícios trouxe ao País e tanto prestígio ao Congresso Nacional.

Está encerrada a sessão. (Palmas.)

(Levanta-se a sessão às 9h45min.)

(OS Nº 14659/97)

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO PELO SENADOR JÚLIO CAMPOS (PFL-MT), NOS TERMOS DO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Senhor Presidente, Senhores Senadores,

É raro o dia em que a imprensa não noticia rebelião neste ou naquela presídio. Os motins pipocam de Norte a Sul do Brasil. A violência aumenta. Os requintes de crueldade também.

Foi dramática a cena mostrada recentemente em televisões de todo o Brasil. Presos de Vila Velha jogaram um companheiro da janela do quinto andar. Embora ferida, a vítima resistiu à queda. Mas não pôde ser socorrida porque a polícia e a equipe médica foram impedidas de se aproximar do local.

Lembro essa cena mais recente. Ela está muito viva diante dos olhos de todos nós. Outras, mais remotas, também nos vêm à mente sempre que falamos na tragédia do sistema penitenciário brasileiro. Quem algum dia poderá esquecer a mais de uma centena de cadáveres empilhados na penitenciária de Carandiru?

Nem que vivamos um século, Senhor Presidente, seremos capazes de apagar da memória aquele horror que nos coloca em todas as listas de países que desrespeitam os direitos humanos.

Alguma coisa está errada. Algo anda mal nesse distante mundo que, de repente, saltou os muros altos e invadiu nossos lares. E, dia após dia, toma nosso almoço indigesto. Banha nosso jantar de sangue. Povo de pesadelos nosso sono.

Senhor Presidente, Senhores Senadores,

Algo vai mal, repito. Se não olharmos o monstro de frente, ele acabar-nos-á devorando. E o monstro, Senhor Presidente, nobres Senadores, tem muitas faces. Todas elas respondem pelo nome de violência.

Uma delas é a superlotação das celas. Nem Kafta, com todo o pessimismo e o talento para criação de situações absurdas, poderia imaginar as cenas que presenciamos todos os dias.

Falo, Senhor Presidente, dos chamados "morcegos" ou "aéreos". São homens que precisam se amarrar nas grades ou parecem a fim de terem espaço mínimo para dormir.

Que homens são esses? Alguns são criminosos apenas pela Justiça. Estão ali pagando a conta contraída com a sociedade. Outros já pagaram seu débito, mas não conseguem a liberdade. Questão de burocracia. Talvez mais que burocracia. Desinteresse. Desconsideração.

São pessoas pobres. Não podem contratar advogado para defender-lhes o direito. Resultado: cheios de ódio e revolta, permanecem nas cadeias.

Sem vislumbrar saída, engrossam as fileiras dos revoltosos que nada têm a perder.

Ali estão também pessoas que nunca foram julgadas, muitas injustamente enjauladas até Deus sabe quando. Elas descobrem, depois de algum tempo, que não têm voz, que seu brado nunca será ouvido. Aderem, então, às rebeliões, única língua que a sociedade entende.

Há mais, Senhor Presidente. Que dizer da violência física? Ela é praticada tanto pelos funcionários carcerários quanto pelos colegas de infortúnio. Os espancamentos e estupros a que são submetidos os presos tornam brincadeira de jardim de infância o horror mostrado no filme Expresso da Meia-Noite.

O espetáculo dantesco não pára aí. Há presos negros que perdem a pigmentação por falta de sol. Há presos doentes que não recebem nenhuma assistência médica. Ali, no depósito de homens que chamamos cadeia, falta tudo. Falta espaço. Falta assistência judiciária. Falta informação. Falta caridade. Falta humanidade.

Senhor Presidente, Senhores Senadores,

A sociedade não pode mais omitir-se. Passar por avestruz não pega mais. É inútil esconder a cabeça. O corpo fica de fora. Temos de olhar para a política penitenciária do País. Repensá-la. Buscar novos caminhos.

A prisão não deve ser vista como vingança. Seu objetivo é ressocializar o indivíduo. Reintegrá-lo ao seio da sociedade. Fazer com que aquele que cometeu crimes não os cometa mais.

É hora de preparar o preso para a vida lá fora. Oferecer-lhe ensino regular, dar-lhe oportunidade de profissionalizar-se, assegurar-lhe oportunidade de trabalho.

Discute-se hoje a aplicação de penas alternativas à privação de liberdade. Esse é tema da maior relevância. Uma vez adotada a prática, haverá diminuição da população carcerária. Mais importante que contribuir para o esvaziamento das prisões é a certeza de que a sociedade não está transformando um ladrão de galinha qualquer em bandido de alta periculosidade.

É isso, Senhor Presidente, nossas prisões não podem ser chamadas de casas de correção. Os homens ali jogados perdem-se para a sociedade. Pior: passam a representar alto risco para todos nós. Alguém daria emprego para um ex-presidiário? Claro que não.

A razão é simples. Ele sai da cadeia diplomado. O depósito de homens em que se transformaram nossos cárceres dever-se-ia chamar, com mais propriedade, universidade do crime. Que ministra cursos de pós-doutorado.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PARECER Nº 390, DE 1997

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1996 (nº 33/95, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências, que tramita em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1996.

Relator: Senador BENI VERAS

I - RELATÓRIO

Encaminho à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a nova versão do Substitutivo à PEC nº 33/96, elaborada com base nas emendas apresentadas a esta Comissão e nas sugestões e críticas feitas pelas lideranças da Casa.

Submeto à consideração desta Comissão o texto legal do Substitutivo, acompanhado de dois documentos auxiliares.

O primeiro documento apresenta o parecer acerca de cada uma das 162 emendas apresentadas pelos Senhores Senadores membros desta Comissão. Neste documento, estão listadas todas as emendas, com indicação do dispositivo a que se referem, número da emenda, ementa ou síntese de sua proposta, parecer dado pelo Relator e justificativa do referido parecer.

O segundo documento tem a função de facilitar a compreensão das modificações efetuadas após a reunião da CCJ, apresentando o texto original e os dispositivos modificados, com indicação das alterações efetuadas. Também consta a referência ao número das emendas apresentadas pelos Senhores Senadores.

Antes de apresentar a nova versão do Substitutivo, permitam-me ressaltar os principais parâmetros que presidiram as mudanças agora submetidas à decisão desta Comissão.

Em primeiro lugar, houve a consolidação do objetivo de uniformização dos critérios e requisitos dos regimes de previdência oficial, para o servidor público, e o regime geral de previdência social.

Praticamente, foram eliminadas as diferenças significativas entre o regime geral de previdência social e a previdência para o servidor público que tenha rendimento de até R\$ 1.200,00. A única diferença significativa consiste na base a partir da qual é calculada a aposentadoria ou a pensão: para o segurado do INSS consiste, na média dos 36 últimos salários-de-contribuição, devidamente atualizados, enquanto para o servidor público, consiste na totalidade da remuneração do cargo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de base para a concessão da pensão.

Em segundo lugar, foram feitos alguns ajustes para assegurar que a Reforma da Previdência não afetará em nada os benefícios dos 16 milhões de segurados do INSS e não aumentará a contribuição dos mais de 30 milhões de brasileiros contribuintes do INSS. Todo o ajuste consiste em melhoria da gestão das políticas públicas ligadas à previdência social, com o objetivo de dar maior garantia e tranquilidade ao segurado.

Não está sendo promovida mudança alguma com o objetivo de conferir maior vigor financeiro e atuarial ao INSS que tenha impacto no bolso do segurado ou que diminua seus benefícios. Em síntese, o único impacto esperado para os milhões de brasileiros ligados ao INSS consiste em maior segurança, mais tranquilidade.

Em terceiro lugar, foram feitos alguns ajustes na proposta original, de tal modo que se pode assegurar que nada muda para o servidor de rendimento igual ou inferior a R\$ 1.200,00. Todos os direitos e todas as garantias e prerrogativas foram mantidas. O servidor aposentado e o pensionista de baixa renda contará com a melhoria da gestão pública da previdência oficial, mas não terá de contribuir com mais recursos ou terá reduzidos seus benefícios.

Este contingente de servidores representa a maioria dos servidores públicos do Brasil: mais de 60% dos servidores do Executivo Federal, mais de 80% dos servidores dos Governos Estaduais e mais de 95% dos servidores municipais. Em relação à situação de todos esses servidores, a Reforma da Previdência não promove alteração alguma!

Em quarto lugar, foram mantidas as mudanças que eliminam privilégios, tais como o fim da aposentadoria por tempo de serviço e a acumulação de aposentadoria. Também foi mantida a subordinação das aposentadorias ao teto constitucional.

Pelo teor das emendas apresentadas, podemos perceber a quase unanimidade no apoio desta Comissão ao esforço de aperfeiçoamento da gestão da previdência no Brasil. Na medida em que há maior conhecimento das mudanças na estrutura etária da população, aumenta a adesão às mudanças de melhor gestão dos recursos públicos destinados à previdência.

Em quinto lugar, para os servidores com rendimento mensal superior a R\$ 1.200,00, a Reforma da Previdência traz um conjunto de mudanças, **nenhuma das quais corresponde a uma ruptura com a tradição brasileira de tratar de forma especial a este pequeno grupo social**. Há alguns ajustes, **mas não se promove uma isonomia definitiva**, com eliminação de todos os privilégios.

A paridade entre os rendimentos dos inativos e a remuneração dos servidores ativos foi integralmente mantida. Os servidores inativos terão a revisão de seus rendimentos que visa a atualizar o poder de compra, acrescida de parte das modificações nos planos de cargos, salários e gratificações.

Como no passado, num ambiente de hiperinflação, o reajustamento nunca conseguia acompanhar de perto a atualização monetária que seria necessária para repor a capacidade de compra, foi prática comum, para atender a esse objetivo, a adoção de revisão nas vantagens e gratificações. No atual cenário de baixa inflação, será mais fácil administrar melhor a atualização do poder aquisitivo dos rendimentos dos servidores inativos.

No entanto, cabe atender à cultura vigente e estender a todos os servidores inativos este aumento real de rendimentos, que nem sempre é apenas acréscimo de renda, já que em muitas vezes, representou, pelo menos em parte, uma reposição de poder aquisitivo.

Para criar uma margem para a adequada administração dos recursos humanos em atividade, os servidores que se aposentarem após a publicação da Emenda terão um pequeno diferencial entre os proventos e a remuneração dos servidores em atividade.

Apenas para os servidores com remuneração acima de R\$ 1.200,00, a proposta consiste em estabelecer uma gradação entre a totalidade da remuneração e a proporção de 70% da remuneração como base para o estabelecimento do valor dos proventos de aposentadoria. Em hipótese alguma, a aposentadoria será menor que a proporção de 70% da remuneração do servidor em atividade. Como a paridade será mantida, haverá tranquilidade para o servidor público quanto sua renda na inatividade.

Esta margem de até 30%, entre a remuneração do servidor ativo em relação ao servidor inativo, permitirá a administração dos recursos humanos do serviço público. Para uma mesma disponibilidade de recursos financeiros, esta diferença permitirá administrar a concessão de gratificações restritas ao servidor ativo quanto ao desempenho e representação. Trata-se de uma margem bastante restrita, mas face à escassez generalizada de recursos públicos, poderá ser um instrumento de melhoria da gestão pública, com estímulo ao melhor desempenho do servidor em atividade.

Em síntese, a Reforma da Previdência atinge de modo brando as expectativas de uma parcela mínima dos cidadãos brasileiros, enquanto se concentra na melhoria da gestão das políticas públicas e das rotinas e práticas da administração pública, em benefício direto da imensa maioria dos brasileiros.

II - VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, a seguir apresento a nova versão do Substitutivo, com o acolhimento de 36 emendas, com o acolhimento parcial de 38 emendas e com a rejeição de 85 emendas.

Emendas rejeitadas:

39, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 130, 141, 142, 146, 147, 152, 153, 154, 156, 160, 163, 167, 169, 171, 172, 175, 176, 179, 181, 182, 184, 185, 186, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200.

Emendas acolhidas parcialmente:

45, 46, 55, 56, 57, 58, 64, 67, 71, 79, 81, 82, 83, 84, 88, 89, 90, 93, 108, 125, 129, 131, 138, 145, 150, 151, 159, 163, 164, 168, 170, 173, 174, 177, 180, 188, 189, 197.

Emendas acolhidas:

40, 49, 78, 80, 85, 86, 87, 92, 114, 124, 127, 128, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 143, 144, 148, 149, 155, 157, 158, 161, 162, 165, 166, 170*, 178, 183, 187, 192.

Cabe esclarecer que algumas Emendas foram consideradas a diferentes dispositivos.

Durante a primeira parte da reunião da CCJ, foram apresentadas três emendas de redação de iniciativa do Relator, as quais já foram incorporadas a essa versão consolidada do Substitutivo. Uma emenda se referia ao aperfeiçoamento da redação do § 9º do art. 40. Outra emenda se referia à redação do § 5º do art. 11, da PEC, visando evitar uma interpretação equivocada. A última emenda consistiu em retirar a vinculação do limite dos benefícios do regime geral de previdência social ao salário mínimo. Essa última mudança de redação está baseada na necessidade de obediência ao ditame constitucional do art. 7º, inciso IV.

Em adição às emendas de redação de iniciativa do Relator, foram apresentadas três emendas:

EMENDA Nº 201**Autor: Sen NEY SUASSUNA****Dispositivo:** art. 14, da PEC**Objeto da Emenda:** supressão da expressão "... inclusive os cargos em comissão declarados em livre nomeação e exoneração ..."

Parecer: A suspensão da vigência do art. 37, § 7º, que veda a percepção simultânea de proventos e remuneração, incluiu este tipo de cargo público. Logo, por uma questão de isonomia, acredita-se que a boa fé presente nos diversos casos de reingresso no serviço público por parte de servidores inativos, civis e militares, também esteve presente no que se referiu à nomeação para estes cargos. Por essa razão, estes cargos também foram beneficiados com a suspensão da vedação de percepção simultânea de proventos e remuneração.

Recomendação: Pela rejeição.**EMENDA Nº 202****Autor: Sen NEY SUASSUNA****Dispositivo:** art. 37, § 7º, da Constituição Federal**Objeto da Emenda:** supressão da expressão "... inclusive os cargos em comissão declarados em livre nomeação e exoneração ..."

Parecer: O art. 37, § 7º, veda a percepção simultânea de proventos e remuneração, e estendeu essa vedação a todo tipo de vinculação com o setor público: cargo, emprego ou

função pública. É vedada a percepção simultânea inclusive por parte daqueles que reingressariam ao serviço público por meio de concurso público ou por outras formas previstas na Constituição. Por uma questão de isonomia, também foram incluídos os cargos de livre nomeação e exoneração.

Cabe ressaltar que a vedação se refere à percepção simultânea de proventos (por inativos) e remuneração (por ativos). Caso um servidor inativo seja nomeado para um cargo do tipo DAS (direção e assessoramento superior), o mesmo poderá optar por um dos dois rendimentos: ou da aposentadoria ou do cargo a ser exercido. O que se veda se restringe à acumulação de aposentadoria com remuneração.

Por trás desta norma, está a busca da construção de uma nova atitude social frente à aposentadoria: trata-se de um benefício previdenciário para suprir com renda àqueles que perderam a capacidade laborativa, seja por invalidez, seja por idade avançada. Aos inativos, a sociedade assegura o sustento econômico, e não uma renda adicional aos que continuam em atividade. O mesmo pode ser dito da pensão, que não pode ser entendida como uma renda extra, e sim como um benefício social àqueles que perderam a segurança econômica derivada da atividade de seu provedor ou mantenedor econômico.

Recomendação: Pela rejeição.

EMENDA Nº 203

Autor: Sen ROMERO JUCÁ

Dispositivo: art. 202, § 3º

Objeto da Emenda: inclusão da qualificação “normal” às contribuições da Patrocinadora de entidades fechadas de previdência privada. Ou seja, a contribuição normal da Empresa Estatal ao seu fundo de pensão não poderá exceder a do segurado.

Parecer: O conceito de “contribuição” não abrangia outros itens que não os típicos de uma contribuição ao financiamento de um plano de benefício. O temor de alguns fundos consistia na eventual inclusão na mensuração da “contribuição” de parcelas extras, como reembolso de despesas feitas pela Entidade por encargo transferido pela Patrocinadora, ou a inclusão das parcelas da Patrocinador referentes ao fundeamento inicial da Entidade. Trata-se de uma simples questão de maior clareza pelo alcance da expressão “contribuição”. Se a adição da palavra “normal” facilita o entendimento, não há reação ao acolhimento da Emenda.

Recomendação: Pelo Acolhimento.

Além das emendas comentadas, cabe informar o recebimento de um Voto em Separado, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

A seguir se apresenta o Substitutivo, já na versão consolidada, com inclusão das emendas de redação de iniciativa do Relator e outras alterações de redação, ortografia ou correção de erros de digitação. Não há mudança de mérito em relação à versão submetida à CCJ na tarde da terça-feira.

III – O SUBSTITUTIVO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 33 (SUBSTITUTIVO), DE 1996

Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os dispositivos da Constituição Federal abaixo enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º.....
.....

XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, nos termos da lei.
.....”

“Art. 37.....
.....

§ 7º É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou do art. 42 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, inclusive os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição e os cargos eletivos.”

“Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência, de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º As aposentadorias e pensões serão custeadas com recursos provenientes das contribuições dos servidores e pensionistas e do respectivo ente estatal, na forma da lei, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão de valor igual ou inferior ao limite estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

§ 2º Observado o disposto no § 4º, os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 3º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.

§ 4º Os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão:

I - à totalidade dessa remuneração, no caso de ela ser igual ou inferior ao limite estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201;

II - gradualmente, de setenta por cento à totalidade dessa remuneração, nos demais casos.

§ 5º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.

§ 6º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 2º, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 7º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo.

§ 8º Lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será proporcional à remuneração ou proventos do servidor falecido, ressalvada a pensão decorrente do falecimento de servidor cuja remuneração ou proventos seja igual ou inferior ao limite estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, a qual observará as normas de proporcionalidade estabelecidas para esse regime.

§ 9º Observado o disposto no art. 37, XI, a lei disciplinará o reajustamento dos proventos de aposentadoria e das pensões, que serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que houver modificação da remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 10. O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

§ 11. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

§ 12. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social.

§ 13. Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

§ 14. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

§ 15. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituíam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

§ 16. Observado o disposto no art. 202, lei complementar disporá sobre as normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender aos seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo.

§ 17. Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 15 e 16 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.”

“Art. 42.

.....

§ 9º Lei complementar específica disporá sobre o regime previdenciário próprio para os servidores militares, que deverá refletir suas peculiaridades profissionais.

.....”

“Art. 73.

.....

§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40.

.....”

“Art. 93.

.....

VI - a aposentadoria dos membros da magistratura e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40.

.....”

“Art. 114.

.....

§ 3º Compete ainda à Justiça do Trabalho executar, de ofício, as contribuições sociais previstas no art. 195, I, “a”, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir.”

“Art. 167.

.....

X - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, "a", e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

.....”

“Art. 194.

.....

Parágrafo único.

.....

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo, nos órgãos colegiados.”

“Art. 195.

.....

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro;

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;

.....

§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime exclusivo de economia familiar, sem empregados

permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do *caput* deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra.

§ 10. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.

§ 11. É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, "a", e II, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar."

"Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte, incluídos os resultantes de acidentes do trabalho, e idade avançada;

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º deste artigo .

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.

§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservá-los, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

§ 5º É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

§ 6º A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

I - sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher; e

II - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime exclusivo de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

§ 8º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no inciso I do parágrafo anterior, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

§ 10. Lei disciplinará a participação do regime geral de previdência social e do seguro privado na cobertura do risco de acidente do trabalho.”

“Art. 202. O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar específica.

§ 1º A lei complementar de que trata o *caput* assegurará ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos.

§ 2º As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei.

§ 3º É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

§ 4º Lei complementar específica disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada, e suas respectivas entidades fechadas de previdência privada.

§ 5º A lei complementar de que trata o parágrafo anterior aplicar-se-á, no que couber, às empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos, quando patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada.

§ 6º A lei complementar a que se refere o § 4º deste artigo estabelecerá os requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades fechadas de previdência privada e disciplinará a inserção dos participantes nos colegiados e instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.”

Art. 2º Ficam incluídos os seguintes artigos nas Disposições Constitucionais Gerais:

“Art. 247. Os benefícios pagos, a qualquer título, pelo órgão responsável pelo regime geral de previdência social, ainda que a conta do Tesouro Nacional, obedecerão ao disposto no art. 201, § 4º, e os não sujeitos ao limite de valor fixado para os benefícios concedidos por esse regime observarão os limites fixados no art. 37, XI.”

“Art. 248. Lei complementar disporá sobre as normas gerais para a concessão e manutenção de aposentadoria e pensão decorrentes do exercício de mandato eletivo.”

“Art. 249. Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento das aposentadorias e pensões concedidas a seus respectivos servidores e dependentes de servidores, em adição aos recursos de seus respectivos tesouros, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão constituir fundos integrados pelos recursos provenientes das contribuições previstas no art. 40, § 1º, e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei específica, que disporá sobre a natureza e a administração desses fundos.”

“Art. 250. Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento dos benefícios concedidos pelo regime geral de previdência social, em adição aos recursos de sua arrecadação, a União poderá constituir fundo integrado por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei específica, que disporá sobre a natureza e a administração desse fundo.”

Art. 3º Fica assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, nas condições previstas na legislação vigente à data da publicação desta Emenda, aos que, até essa data, tenham cumprido os requisitos para obtê-las.

Art. 4º Observado o disposto no art. 40, § 11, o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição.

Art. 5º Fica assegurado o reajustamento dos proventos de aposentadoria e das pensões dos servidores públicos e seus pensionistas, nas condições previstas na legislação vigente à data da publicação desta Emenda, até a entrada em vigor da lei a que se refere o art. 40, § 9º.

Art. 6º Os proventos de aposentadoria e as pensões dos servidores e seus dependentes que, na data de publicação desta Emenda, tenham cumprido os requisitos para obtê-los, serão calculados de acordo com a legislação vigente naquela data.

Art. 7º Observado o disposto no art. 40, § 15, os proventos de aposentadoria e as pensões a serem concedidos aos servidores e seus dependentes que adquirirem o direito ao benefício após publicação desta Emenda serão calculados de acordo com o disposto no art. 40, §§ 4º e 8º.

Art. 8º O disposto no art. 202, § 3º, quanto à exigência de paridade entre a contribuição da patrocinadora e a contribuição do segurado, terá vigência no prazo de dois anos a partir da publicação desta Emenda, ou, caso ocorra antes, na data de publicação da lei complementar a que se refere o § 4º do mesmo artigo.

Art. 9º As entidades fechadas de previdência privada patrocinadas por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, deverão rever, no prazo de dois anos, a contar da publicação desta Emenda, seus planos de benefícios e serviços, de modo a ajustá-los atuarialmente a seus ativos, sob pena de intervenção, sendo seus dirigentes e os de suas respectivas patrocinadoras responsáveis civil e criminalmente pelo descumprimento do disposto neste artigo.

Art. 10. Os projetos das leis complementares previstas no art. 42, § 9º, e no art. 202 deverão ser apresentados ao Congresso Nacional, no prazo máximo de noventa dias após a publicação desta Emenda.

Art. 11. Observado o disposto no art. 4º desta Emenda e ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas por esta Emenda, é assegurado o direito à aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, § 4º, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública, direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação desta Emenda, desde que, cumulativamente, o servidor:

I - tenha cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tenha cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;

III - conte tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 1º O servidor de que trata este artigo, desde que atendido o disposto nos incisos I e II do *caput*, e observado o disposto no art. 4º desta Emenda, pode aposentar-se com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, obedecidas as seguintes condições:

I - conte tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior;

II - os proventos da aposentadoria proporcional serão equivalentes a setenta por cento do valor máximo que o servidor poderia vir a obter de acordo com o *caput*, acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de cem por cento.

§ 2º Aplica-se ao magistrado e ao membro do Ministério Público e de Tribunal de Contas o disposto neste artigo, no que couber.

§ 3º Na aplicação do disposto no parágrafo anterior, o magistrado ou o membro do Ministério Público ou de Tribunal de Contas, se homem, terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento.

§ 4º O professor, servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que, até a data da publicação desta Emenda, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério, e que opte por aposentar-se na forma do disposto no *caput*, desde que se aposente, exclusivamente, com

tempo de efetivo exercício das funções de magistério, terá esse tempo exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher.

§ 5º O servidor de que trata este artigo, que, após completar as exigências para aposentadoria estabelecidas no *caput*, permanecer em atividade, fará jus a isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 2º, III, "a".

Art. 12. Observado o disposto no art. 4º desta Emenda e ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas por esta Emenda para o regime geral de previdência social, é assegurado o direito à aposentadoria ao segurado que tenha se filiado ao regime geral de previdência social, até a data de publicação desta Emenda, e que, cumulativamente, atenda aos seguintes requisitos:

I - conte com cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher; e

II - conte tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 1º O segurado de que trata este artigo, desde que atendido o disposto no inciso I do *caput*, e observado o disposto no art. 4º desta Emenda, pode aposentar-se com valores proporcionais ao tempo de contribuição, obedecidas as seguintes condições:

I - conte tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior;

II - o valor da aposentadoria proporcional será equivalente a setenta por cento do valor da aposentadoria a que se refere o *caput*, acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de cem por cento.

§ 2º O professor que, até a data da publicação desta Emenda, tenha exercido atividade de magistério pode aposentar-se na forma do disposto no *caput*, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício de atividade de magistério, sendo o tempo exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher.

Art. 13. O regime de previdência complementar de que tratam os §§ 15, 16 e 17 do art. 40 somente poderá ser instituído após a publicação da lei complementar prevista no § 16 do mesmo artigo.

Art. 14. A vedação prevista no art. 37, § 7º, não se aplica aos membros de poder e servidores inativos, civis e militares, que, até a publicação desta Emenda, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, inclusive em cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelos regimes de previdência a que se referem os art. 40 e 42, § 9º.

Art. 15. Até que produzam efeitos as leis que irão dispor sobre as contribuições de que trata o art. 195, são exigíveis as contribuições estabelecidas em lei, destinadas ao custeio da seguridade social e dos diversos regimes previdenciários.

Art. 16. Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 42, § 9º, ficam assegurados aos servidores militares os benefícios previdenciários nas condições previstas na legislação vigente à data da publicação desta Emenda.

Art. 17. Até que a lei discipline o acesso ao salário-família e auxílio-reclusão para os servidores, segurados e seus dependentes, esses benefícios serão concedidos apenas àqueles que tenham renda bruta mensal igual ou inferior a trezentos e sessenta reais, que até a publicação da lei, serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.

Art. 18. O limite máximo para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, fica fixado no valor de um mil e duzentos reais, devendo, a partir da data da publicação desta Emenda, ser reajustado de forma a preservar, em caráter permanente, o seu valor real, corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.

Art. 19. Ficam revogados, a partir de dois anos da publicação desta Emenda, todos os dispositivos que estabeleçam requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria, que não sejam confirmados por lei, durante este prazo, de modo a atender o disposto no art. 40, § 5º, e no art. 201, § 1º.

Art. 20. São suprimidos o § 10 do art. 42 e o inciso II do § 2º do art. 153.

Art. 21. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Em reunião realizada nesta data, 23.07.97, após a apreciação de 47 Destaques, uma Emenda do Senador Esperidião Amin e 4 Emendas de Redação de minha autoria, apresentamos o Substitutivo em sua redação final, com a incorporação das decisões do Plenário da Comissão.

P

33

EMENDA Nº 1-CCJ (SUBSTITUTIVO)

Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os dispositivos da Constituição Federal abaixo enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º.....
.....

XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, nos termos da lei.
.....

~~XXXXIII~~

~~XXXXIV~~ - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

.....”
“Art. 37.
.....

§ 7º É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou do art. 42 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, inclusive os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição e os cargos eletivos.”

“Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência, de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º As aposentadorias e pensões serão custeadas com recursos provenientes das contribuições dos servidores e pensionistas e do respectivo ente estatal, na forma da lei, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão de valor igual ou inferior ao limite estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

§ 2º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos incisos I e II do § 4º:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher:

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 3º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 4º Os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão:

I - à totalidade dessa remuneração, no caso de ela ser igual ou inferior ao limite estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201;

II - gradualmente, de setenta por cento à totalidade dessa remuneração, nos demais casos.

§ 5º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.

§ 6º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 2º, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 7º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo.

§ 8º Lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será proporcional à remuneração ou proventos do servidor falecido, ressalvada a pensão decorrente do falecimento de servidor cuja remuneração ou proventos seja igual ou inferior ao limite estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, a qual observará as normas de proporcionalidade estabelecidas para o regime.

§ 9º Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e das pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que houver modificação da remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

§ 10. O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

§ 11. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

§ 12. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social.

§ 13. Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

§ 14. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

§ 15. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituíam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

§ 16. Observado o disposto no art. 202, lei complementar disporá sobre as normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender aos seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo.

§ 17. Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 15 e 16 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.”

§ 18. Aplica-se o limite fixado no art. 37, inciso XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição aos proventos de inatividade de remuneração de cargo, emprego ou função pública, inclusive os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração e cargos eletivos.”

“Art. 42.
.....

§ 9º Lei complementar específica disporá sobre o regime previdenciário próprio para os servidores militares, que deverá refletir suas peculiaridades profissionais.

.....”

“Art. 73.
.....

§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40.

.....”

“Art. 93.
.....

VI - a aposentadoria dos membros da magistratura e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40.

.....”

“Art. 114.
.....

§ 3º Compete ainda à Justiça do Trabalho executar, de ofício, as contribuições sociais previstas no art. 195, I, “a”, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir.”

“Art. 167.
.....

X - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, “a”, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

“Art. 194.
.....

Parágrafo único.
.....

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo, nos órgãos colegiados.”

“Art. 195.
.....

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro;

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;

.....

IV - sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.

.....

§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime exclusivo de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do *caput* deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra.

§ 10. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.

§ 11. É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, "a", e II, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar."

"Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte, incluídos os resultantes de acidentes do trabalho, e idade avançada;

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º deste artigo .

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.

§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservá-los, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

§ 5º É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

§ 6º A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

I - sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher; e

II - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime exclusivo de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

§ 8º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no inciso I do parágrafo anterior, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

§ 10. Lei disciplinará a participação do regime geral de previdência social e do seguro privado na cobertura do risco de acidente do trabalho.”

“Art. 202. O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar específica.

§ 1º A lei complementar de que trata o *caput* assegurará ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos.

§ 2º As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei.

§ 3º É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

§ 4º Lei complementar específica disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada, e suas respectivas entidades fechadas de previdência privada.

§ 5º A lei complementar de que trata o parágrafo anterior aplicar-se-á, no que couber, às empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos, quando patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada.

§ 6º A lei complementar a que se refere o § 4º deste artigo estabelecerá os requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades fechadas de previdência privada e disciplinará a inserção dos participantes nos colegiados e instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.”

Art. 2º Ficam incluídos os seguintes artigos nas Disposições Constitucionais Gerais:

“Art. 247. Os benefícios pagos, a qualquer título, pelo órgão responsável pelo regime geral de previdência social, ainda que a conta do Tesouro Nacional, obedecerão ao disposto no art. 201, § 4º, e os não sujeitos ao limite de valor fixado para os benefícios concedidos por esse regime observarão os limites fixados no art. 37, XI.”

“Art. 248. Lei complementar disporá sobre as normas gerais para a concessão e manutenção de aposentadoria e pensão decorrentes do exercício de mandato eletivo.”

“Art. 249. Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento das aposentadorias e pensões concedidas a seus respectivos servidores e dependentes de servidores, em adição aos recursos de seus respectivos tesouros, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão constituir fundos integrados pelos recursos provenientes das contribuições previstas no art. 40, § 1º, e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei específica, que disporá sobre a natureza e a administração desses fundos.”

“Art. 250. Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento dos benefícios concedidos pelo regime geral de previdência social, em adição aos recursos de sua arrecadação, a União poderá constituir fundo integrado por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei específica, que disporá sobre a natureza e a administração desse fundo.”

Art. 3º Fica assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, nas condições previstas na legislação vigente à data da publicação desta Emenda, aos que, até essa data, tenham cumprido os requisitos para obtê-las.

Art. 4º Observado o disposto no art. 40, § 11, o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição.

Art. 5º Ficam mantidos todos os direitos e garantias assegurados nos dispositivos constitucionais vigentes à data de promulgação desta Emenda, aos servidores inativos e pensionistas, civis e militares, anistiados e ex-combatentes, assim como àqueles que já cumpriram, até aquela data, os requisitos para usufruírem tais direitos, observado o disposto no art. 37, XI.

Art. 6º Os proventos de aposentadoria e as pensões dos servidores e seus dependentes que, na data de publicação desta Emenda, tenham cumprido os requisitos para obtê-los, serão calculados de acordo com a legislação vigente naquela data.

Art. 7º Observado o disposto no art. 40, § 15, os proventos de aposentadoria e as pensões a serem concedidos aos servidores e seus dependentes que adquirirem o direito ao benefício após publicação desta Emenda serão calculados de acordo com o disposto no art. 40, §§ 4º e 8º.

Art. 8º O disposto no art. 202, § 3º, quanto à exigência de paridade entre a contribuição da patrocinadora e a contribuição do segurado, terá vigência no prazo de dois anos a partir da publicação desta Emenda, ou, caso ocorra antes, na data de publicação da lei complementar a que se refere o § 4º do mesmo artigo.

Art. 9º As entidades fechadas de previdência privada patrocinadas por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, deverão rever, no prazo de dois anos, a contar da publicação desta Emenda, seus planos de benefícios e serviços, de modo a ajustá-los atuarialmente a seus ativos, sob pena de intervenção, sendo seus dirigentes e os de suas respectivas patrocinadoras responsáveis civil e criminalmente pelo descumprimento do disposto neste artigo.

Art. 10. Os projetos das leis complementares previstas no art. 42, § 9º, e no art. 202 deverão ser apresentados ao Congresso Nacional, no prazo máximo de noventa dias após a publicação desta Emenda.

Art. 11. Observado o disposto no art. 4º desta Emenda e ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas por esta Emenda, é assegurado o direito à aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, § 4º, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública, direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação desta Emenda, desde que, cumulativamente, o servidor:

I - tenha cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tenha cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;

III - conte tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 1º O servidor de que trata este artigo, desde que atendido o disposto nos incisos I e II do *caput*, e observado o disposto no art. 4º desta Emenda, pode aposentar-se com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, obedecidas as seguintes condições:

I - conte tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior;

II - os proventos da aposentadoria proporcional serão equivalentes a setenta por cento do valor máximo que o servidor poderia vir a obter de acordo com o *caput*, acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de cem por cento.

§ 2º Aplica-se ao magistrado e ao membro do Ministério Público e de Tribunal de Contas o disposto neste artigo, no que couber.

§ 3º Na aplicação do disposto no parágrafo anterior, o magistrado ou o membro do Ministério Público ou de Tribunal de Contas, se homem, terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento.

§ 4º O professor, servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que, até a data da publicação desta Emenda, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério, e que opte por aposentar-se na forma do disposto no *caput*, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério, terá esse tempo exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher.

§ 5º O servidor de que trata este artigo, que, após completar as exigências para aposentadoria estabelecidas no *caput*, permanecer em atividade, fará jus a isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 2º, III, "a".

§ 6º Para os efeitos do cálculo dos proventos de aposentadoria previstos no *caput* deste artigo, a lei a que se refere o § 4º, do artigo 40, ao estabelecer a gradualidade prevista no seu inciso II, considerará a proporcionalidade de remuneração percebida pelo servidor e o tempo prestado à data da promulgação desta Emenda.

Art. 12. Observado o disposto no art. 4º desta Emenda e ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas por esta Emenda para o regime geral de previdência social, é assegurado o direito à aposentadoria ao segurado que tenha se filiado ao regime geral de previdência social, até a data de publicação desta Emenda, e que, cumulativamente, atenda aos seguintes requisitos:

I - conte com cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher; e

II - conte tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 1º O segurado de que trata este artigo, desde que atendido o disposto no inciso I do *caput*, e observado o disposto no art. 4º desta Emenda, pode aposentar-se com valores proporcionais ao tempo de contribuição, obedecidas as seguintes condições:

I - conte tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior;

II - o valor da aposentadoria proporcional será equivalente a setenta por cento do valor da aposentadoria a que se refere o *caput*, acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de cem por cento.

§ 2º O professor que, até a data da publicação desta Emenda, tenha exercido atividade de magistério pode aposentar-se na forma do disposto no *caput*, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício de atividade de magistério, sendo o tempo exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher.

Art. 13. O regime de previdência complementar de que tratam os §§ 15, 16 e 17 do art. 40 somente poderá ser instituído após a publicação da lei complementar prevista no § 16 do mesmo artigo.

Art. 14. A vedação prevista no art. 37, § 7º, não se aplica aos membros de poder e servidores inativos, civis e militares, que, até a publicação desta Emenda, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, inclusive em cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelos regimes de previdência a que se referem os art. 40 e 42, § 9º.

Art. 15. Até que produzam efeitos as leis que irão dispor sobre as contribuições de que trata o art. 195, são exigíveis as contribuições estabelecidas em lei, destinadas ao custeio da seguridade social e dos diversos regimes previdenciários.

Art. 16. Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 42, § 9º, ficam assegurados aos servidores militares os benefícios previdenciários nas condições previstas na legislação vigente à data da publicação desta Emenda.

Art. 17. Até que a lei discipline o acesso ao salário-família e auxílio-reclusão para os servidores, segurados e seus dependentes, esses benefícios serão concedidos apenas

àqueles que tenham renda bruta mensal igual ou inferior a trezentos e sessenta reais, que até a publicação da lei, serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.

Art. 18. O limite máximo para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, fica fixado no valor de um mil e duzentos reais, devendo, a partir da data da publicação desta Emenda, ser reajustado de forma a preservar, em caráter permanente, o seu valor real, corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.

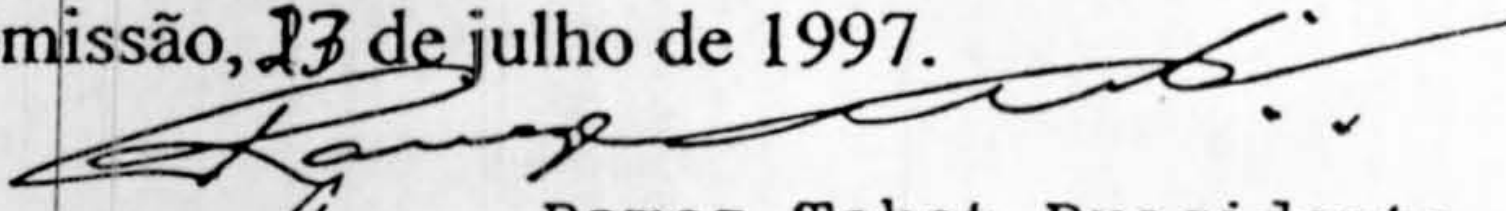
Art. 19. A Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de natureza Financeira (CPMF) de que trata o art. 74, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, esgotado o prazo estipulado no § 4º, destinar-se-á integral e permanentemente ao financiamento da Seguridade Social.

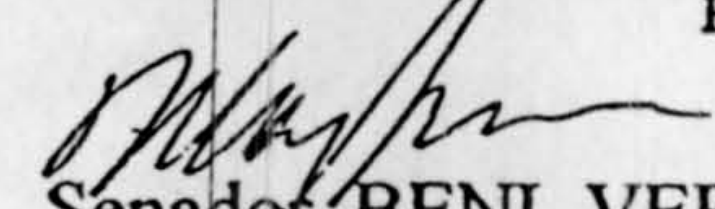
Parágrafo único. A contribuição deste artigo denominar-se-á Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CMF).

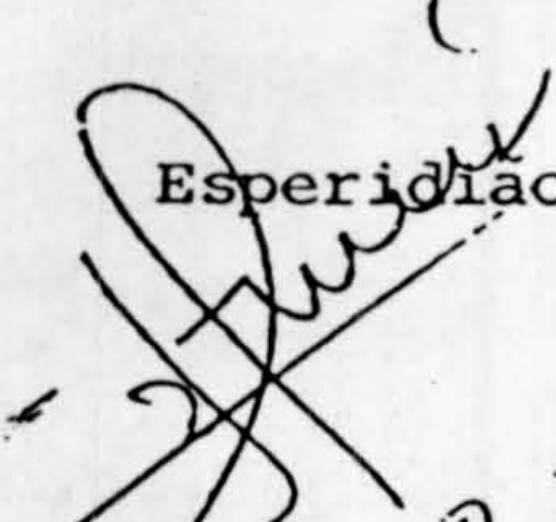
Art. 20. São suprimidos o § 10 do art. 42 e o inciso II do § 2º do art. 153.

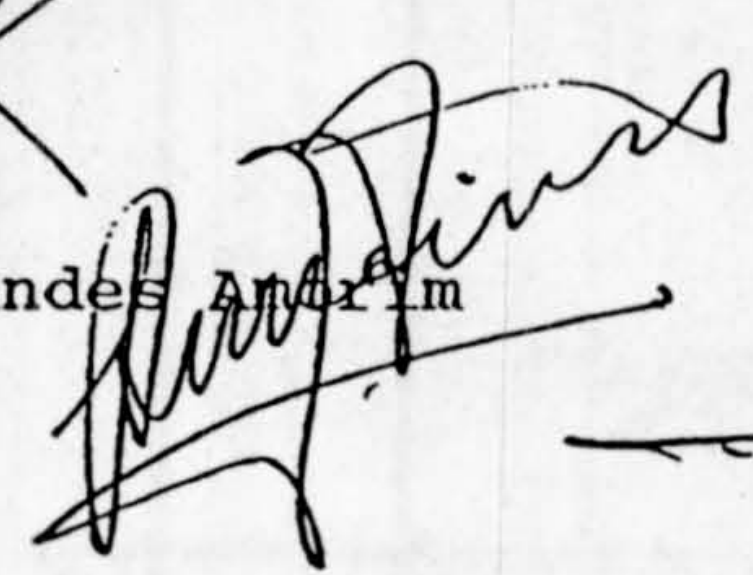
Art. 21. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.


Sala da Comissão, 13 de julho de 1997.



Ramez Tebet-Presidente

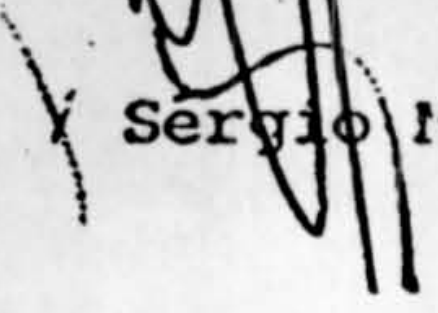

Senador BENI VERAS
Relator


Esperidião Amin


Ernandes Amorim


Eleio Álvares


Francelino Pereira


Sérgio Machado


Jader Barbalho


Júlio Campos

Roberto Freire
Carlos Patrocínio
Romeu Tuma
Geraldo Velloso
Renan Calheiros
Casildo Maldaner
Regina Assunção
José Rogáça
Josaphat Marinho
Romero Guca
Lúcio Alcântara
Ronaldo C. Lima
José Ignácio
José Bianco
Osmar Dias
José E. Dutra
Guilherme Palmeira
Bello Parga
Leomar Quintani
Antonio C. Valadares

COM
A
PLC
Fls.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PEC 33/96
(PARÉCER)

TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GUILHERME PALMEIRA	X			ELCIO ALVARES	X		
EDISON LOBÃO				ROMERO JUCA	X		
JOSÉ BIANCO	X			JOSÉ AGRIPINO			
BERNARDO CABRAL				HUGO NAPOLEÃO			
FRANCELINO PEREIRA	X			FREITAS NETO			
JOSAPHAT MARINHO	X			BELLO PARGA			
ROMEU TUMA	X			ODACIR SOARES			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JADER BARBALHO	X			VAGO			
JOSÉ FOGAÇA	X			NEY SUASSUNA			
ROBERTO REQUIÃO				CARLOS BEZERRA			
RAMEZ TEBET				CASILDO MALDANER	X		
PEDRO SIMON				FERNANDO BEZERRA			
RENAN CALHEIROS	X			GILVAN BORGES			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PÉRES				SÉRGIO MACHADO	X		
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	X			JOSÉ SERRA			
LÚCIO ALCÂNTARA	X			JOSÉ ROBERTO ARRUDA			
BENI VERAS	X			OSMAR DIAS			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)		X		ADEMIR ANDRADE (PSB)			
ROBERTO FREIRE (PPS)				SEBASTIÃO ROCHA (PDT)			
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)		X		MARINA SILVA (PT)			
TITULARES - PPB	SIM	NÃO		SUPLENTE - PPB	SIM	NÃO	
ESPERIDIÃO AMIN	X			LEVY DIAS			
EPITÁCIO CAFETEIRA				LEOMAR QUINTANILHA	X		
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
REGINA ASSUMPCÃO	X			VALMIR CAMPELO			

TOTAL 20 SIM 18 NÃO 02 ABS —

SALA DAS REUNIÕES, EM 17/10/97

Senador Bernardo Cabral
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

RAMEZ TEBET

VOTO EM SEPARADO DO SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

Pretendemos abordar neste voto em separado alguns aspectos da PEC nº 33/96, que consideramos importantes para a completa elucidação de alguns pontos que estão sendo colocados de maneira distorcida com o propósito de garantir a qualquer custo a sua aprovação, mesmo cometendo injustiças contra a maioria esmagadora dos segurados da Previdência Social, os quais não têm nenhuma culpa, conforme demonstraremos a seguir, com a situação de falência do sistema previdenciário, tão frequentemente alardeada por aqueles que defendem essa suposta reforma.

O discurso do Governo:

"As reformas são necessárias para acabar com os privilégios e modernizar o Estado".

A prática:

Com base nas recomendações do *Consenso de Washington* o governo adota a política da reforma ou desmonte do Estado: as privatizações, o ajuste fiscal, a abertura comercial, a reforma administrativa, a reforma da previdência, o fim das restrições às empresas estrangeiras, a desregulamentação das leis trabalhistas.

O governo, na realidade, se tornou presa fácil do sistema econômico internacional pela sua notória dependência de recursos externos. Com um buraco nas contas externas, apenas nos últimos cinco meses, que chega a 4% do PIB (US\$ 31 bilhões) e tende a crescer, aumenta cada vez mais a preocupação do Governo em satisfazer às exigências do mundo industrializado, na esperança de que receba aqui investimentos estrangeiros que possam conter o déficit. Ora, é inconcebível que, para se aliviar o saldo negativo de nossas contas, sejam penalizados, através de ajustes fiscais, segmentos mais pobres da sociedade brasileira.

Então, o Brasil nesta quadra de dificuldades econômicas em que vive, subordinado ao capital externo, passou a ser um mero executor daquele

consenso que tem como objetivo aparente promover a estabilidade econômica dos Estados que seguirem a sua orientação. Mas por detrás dessas providências, à primeira vista boas e corretas, o que existe na realidade é a preocupação meramente econômica dos países desenvolvidos: a) resolver os problemas dos bancos credores, pois, com o endividamento crescente dos países latino-americanos provocado em primeiro lugar pela cobrança de juros escorchantes, há o receio de um calote geral e o surgimento de uma crise sistêmica internacional; b) resolver os problemas de exportação dos países industrializados com o alargamento dos mercados, principalmente os dos países subdesenvolvidos, facilitando as vendas de seus produtos no exterior, possibilitando o aquecimento de suas economias e reconquistando novos postos de trabalho a nível interno.

No entanto, toda essa estratégia foi colocada em prática sem levar em consideração as consequências sociais que adviriam com a sua execução, haja vista que nenhuma medida de proteção social foi prevista no sentido de assegurar, nos países subdesenvolvidos, a oferta de emprego, o combate à concentração de renda, bem como os meios de coibir a redução do salário e o aumento das tarifas, a deterioração da assistência médico-hospitalar, da educação pública, da segurança pública ...

“A Reforma da Previdência tem como justificativa a uniformização de critérios, a extinção de privilégios e a desconstitucionalização de dispositivos normativos que deveriam constar apenas da legislação complementar.”

Outra grande falácia.

A “Reforma” não passa de um ajuste, com duas faces. De um lado, supressão de direitos; de outro, a elevação das taxas de contribuição.

Não ataca as verdadeiras causas da crise da previdência, dentre as quais destacamos as seguintes:

I) O descumprimento do plano de custeio, como o não recolhimento das contribuições da União, dos Estados, Municípios e de uma minoria de empregadores que não recolhem suas contribuições (transferidas nos custos para os consumidores) e se apropriam das mesmas apesar de

descontadas de seus empregados; e, em vez de serem processados pelos crimes de sonegação e de apropriação indébita, são premiados por segundas anistias, com prolongamento do débito, dispensa das multas, juros e correção monetária.

O sistema previdenciário brasileiro operou com superávit durante mais de trinta anos com um ingresso crescente de novos segurados gerando uma receita muito superior às despesas decorrentes dos benefícios de curta duração e com os encargos de aposentadorias. Foi, a partir dos anos 60, que o sistema passou a ser deficitário, sendo a acumulação de volumoso débito do Estado e empregadores o principal fator do desequilíbrio financeiro. A dívida estatal, para com a previdência, atingiu ao longo dos anos números tão expressivos que chegou a provocar uma crise política (em 1983), culminando com o pedido de demissão do titular da pasta da previdência, Ministro Hélio Beltrão, o qual em sua carta de renúncia disse, em resumo, o seguinte:

“Note-se que a atual insuficiência financeira não se teria verificado caso a União estivesse em dia com as suas obrigações legais, o que permitiria a manutenção, na Previdência, de uma reserva - hoje inexistente - para fazer face aos períodos de instabilidade econômica. Na verdade, a União é devedora de vultosa importância decorrente do fato de que há muitos anos não vem realizando com regularidade a obrigação que legalmente lhe compete, ainda que essa obrigação esteja hoje reduzida à responsabilidade de custear as despesas com o pessoal e a administração geral do sistema. Não vejo como se possa sequer pensar em resolver um problema conjuntural e decorrente primordialmente da política econômica vigente, mediante o aumento das contribuições ou a redução de benefícios, medidas que, além de socialmente injustas, são evidentemente inviáveis no campo político”.

Auditoria do Tribunal de Contas da União (31 de março de 1995) afirmou ser a Previdência Social credora de R\$ 34 bilhões de débitos previdenciários, sendo que 19% destes débitos correspondem à inadimplência do setor público (União, Estados e Municípios). A auditoria constatou, ainda, que o Governo, além de não pagar o que devia, apropriou-se de R\$

659.434.698,00 de recursos originários da contribuição de empregados e empregadores para cobrir despesas de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Uma das causas dos desvios de recursos e das distorções do sistema foi, sem dúvida alguma, o fim da co-gestão, ocorrido durante a vigência do regime militar que impôs uma unificação de todo o sistema com a centralização administrativa, sem a participação no controle das atividades da previdência de representação de seus segurados.

Um exemplo da voracidade do Governo em utilizar-se dos recursos arrecadados de empregados e empregadores está na Lei nº 5890/73, a qual incorporou o salário-família ao plano de benefícios e extinguiu o "Fundo de Compensação do Salário-Família", ***passando as diferenças existentes a constituir receita ou encargo do INPS...*** Como a diferença era superavitária, essa foi a forma ardilosa de se legalizar o uso indevido do saldo credor daquele fundo extinto, que alcançava a cifra impressionante de 2 bilhões e 100 milhões de cruzeiros.

Em cinco reformas da Previdência (a primeira começou em 1933, com a transformação das Caixas em IAP's) houve desmembramentos, fusões, extinções, criação e recriação de Ministérios e órgãos, estabelecendo uma verdadeira balbúrdia no sistema, agravada com a imposição de mudanças tais como: mudança do regime financeiro de capitalização para o de repartição; aumentos seguidos das taxas de contribuição; aumento e redução do teto de contribuição; instituição e supressão de benefícios; achatamento proposital do valor dos benefícios; incorporação de novos beneficiários sem cobertura financeira da União; isenções; não se conhecendo até o momento a realização de estudos técnicos e atuariais necessários à avaliação dos impactos sobre as finanças do sistema para assegurar sua viabilidade.

Uma minoria empresarial tem se aproveitado, ao longo dos anos, da benevolência do Executivo e do Legislativo para conseguir anistias de seus débitos. Essas anistias são inaceitáveis porque dão cobertura ao cometimento de dois crimes: o de sonegação fiscal (deixar de recolher as contribuições exigidas em lei) e o de apropriação indébita (deixar de recolher as contribuições pagas regularmente pelos empregados). Quer dizer: além de perdoar as dívidas decorrentes de uma contribuição obrigatória, a anistia

permite ao empresário faltoso ficar com o recurso suado dos trabalhadores e aplicá-lo indevidamente em atividades estranhas à previdência, quando, em tais casos, o certo seria devolvê-los aos trabalhadores prejudicados com multas proporcionais ao seu atraso, além da responsabilização penal pelo uso indevido do dinheiro do segurado.

Para que se tenha uma idéia do estoque da dívida dos empregadores, basta dizer que em apenas 40 empresas do país existe um crédito em favor da previdência social de cerca de R\$ 3 bilhões.

No que diz respeito ao Imposto de Renda, que em tese, por incidir diretamente sobre a renda auferida, deveria a sua arrecadação originar-se principalmente dos segmentos mais ricos, acontecesse justamente o contrário.

A renúncia fiscal (subsídios e incentivos fiscais) terminou por impor aos assalariados o maior peso na arrecadação do I.R. No ano de 1980, por exemplo, a Receita Federal teve que devolver aos empresários, em face da renúncia fiscal, o correspondente a 99,28% da receita tributária da União. Já no ano de 1994, no período de vigência do real, foram devolvidos aos empresários cerca de 7,8 bilhões de reais. Compreendemos que todos os países praticam a renúncia fiscal, todavia na maior parte deles existe uma contrapartida de obrigações sociais por parte das empresas beneficiadas, o que infelizmente não constatamos em nosso país.

A renúncia fiscal privilegia assim os mais ricos.

Embora desconhecida, a complementação dos polpudos salários dos grandes empresários e o custeio de seus seguros e de seus planos de saúde, é subsidiado pelo Tesouro Nacional por imposição da Lei nº 9249 do imposto de renda das pessoas jurídicas e assim custeada indiretamente pelos trabalhadores de baixa renda.

Continuando, podemos apontar outros fatores que determinaram a falência da previdência social no Brasil:

II) a administração centralizada, resquício de regimes autoritários, com administradores que estabelecem uma relação promíscua entre a gestão pública e os interesses de grupos mercantis que exploram a previdência com o objetivo do lucro, gerando as mazelas da corrupção, do empreguismo, do

enriquecimento ilícito, da manipulação político-partidária, do desvio das contribuições de agregados e empregadores para fins estranhos à previdência, etc;

III) do regime financeiro de repartição, adotado nos anos 70 em substituição ao regime de capitalização anterior, depois da malversação das reservas técnicas acumuladas;

IV) da unificação do sistema (dos antigos IAP's), da qual resultou o INPS (atual INSS), que permitiu o surgimento de uma estrutura gigantesca, incontrolável e inadministrável.

Na reforma há casuismos que privilegiam inclusive Ministros de Estado (é só ler o art. 12 do substitutivo) permitindo-lhes a acumulação dos proventos da aposentadoria com a remuneração do cargo. Esse dispositivo que privilegia os Ministros teve o seu prazo de vigência aumentado de dois anos (proposta do governo) para quatro anos (substitutivo), por coincidência na fase em que se aprova no Congresso a proposta da reeleição.

A sociedade cobra a adoção de uma lei previdenciária realmente justa, destituída de discriminações e privilégios.

Será que é justo permitir a anistia a empresas que praticam os crimes da sonegação fiscal e apropriação indébita? será que é justo conceder renúncia fiscal indiscriminada tirando recursos do I.R. sem atentar para a obrigatoriedade dos empregadores em promover melhorias sociais para seus empregados? será que é justo dar privilégios a Ministros de Estado e outros segmentos do Serviço Público de acumular proventos com a remuneração percebida? será que é justo penalizar a mais de 90% dos segurados da previdência social com a subtração de direitos consignados na Constituição Federal, e que foram conquistados após uma luta de muitos anos junto ao Congresso Nacional e às Constituintes que foram instaladas neste País?

Como explicar a imposição, pelo Substitutivo à PEC nº 033/96, de dispositivos tão prejudiciais como os que abaixo relaciono?

1. Art. 40 - permite reduzir proventos ou aumentar contribuição para preservar o "equilíbrio financeiro e atuarial" da previdência;

2. § 4º do art. 40 - reduz os proventos à remuneração do cargo efetivo, portanto, as gratificações estarão excluídas.

3. § 5º do art. 40 - acaba com a paridade entre ativos e inativos. A partir daí, nenhuma vantagem será repassada aos aposentados e pensionistas.

4. § 8º do art. 40 - determina a contribuição ao INSS pelos inativos e pensionistas.

5. § 14º do art. 40 - o Governo fica autorizado a fixar teto para aposentadoria e pensões dos servidores públicos, até o limite de R\$ 957,00, que é o teto para trabalhadores da Previdência Social.

6. Art. 249 (artigo novo) - permite mais um desconto para constituir um fundo destinado ao pagamento das aposentadorias e pensões. Não há previsão de contribuição por parte do Governo. Este desconto não exclui o da previdência.

7. Art. 5º (do substitutivo) - só assegura a paridade até a entrada em vigor da lei que a regulamenta, que poderá ocorrer logo em seguida.

O melhor caminho, a nosso ver, seria sem dúvida alguma que esta Comissão mantivesse, dentre outras conquistas asseguradas na Carta Magna a trabalhadores e servidores públicos, a aposentadoria por tempo de serviço e a paridade entre ativos e inativos, porque não se compreende que ao final da carreira com o alcance dos benefícios legais seja o segurado colocado em situação humilhante, recebendo, no descanso merecido após tantos anos de serviço efetivamente prestado na empresa privada ou no setor público, proventos incompatíveis com o padrão de vida que atingiu.

É sabido que ao aposentar-se, o trabalhador normalmente tem as suas forças e energias debilitadas, exigindo para manter-se de pé e continuar vivendo, de cuidar de sua saúde, adquirindo medicamentos, fazendo exames (muitos dos quais não são cobertos pela previdência), gastando, portanto, na sua velhice muito mais recursos do que quando exercia a sua atividade profissional.

Daí é que com esse objetivo encaminhamos à consideração desta Comissão várias emendas que repõem direitos considerados irreversíveis para todos aqueles que contribuem para a previdência, notadamente os situados nas faixas dos contribuintes de baixa renda.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1997.


Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

Documento anexado nos termos do art. 250, parágrafo único, do Regimento Interno

RELATÓRIO INICIAL

Da COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
CIDADANIA, à Proposta de Emenda à
Constituição n.º 33, de 1996, que
*“Modifica o sistema de previdência
social, estabelece normas de transição e
dá outras providências”*.

RELATOR: Senador BENI VERAS

I – RELATÓRIO

I.1 – ANTECEDENTES

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, mediante a Mensagem n.º 306, de 17.03.95, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que *“Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências”*.

Aprovada na Câmara dos Deputados, em segundo turno, em sessão plenária realizada em 17.07.96, a PEC n.º 33/95 foi encaminhada ao Senado Federal, na mesma data, por meio do Ofício SGM-P-650.

Essa Proposta de Emenda à Constituição, identificada, no Senado Federal, como PEC n.º 33, de 1996, foi distribuída a este Relator, no dia 3 de fevereiro de 1997, por ato de Sua Excelência o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Bernardo Cabral.

Ao receber a incumbência de relatar essa decisiva iniciativa de modernização da gestão pública, procurei a Câmara dos Deputados, onde obtive os antecedentes e importantes subsídios. Em seguida, procurei o Poder

Executivo, com destaque para os Ministérios da Administração e Reforma do Estado e da Previdência e Assistência Social. Nesses órgãos, além da constante troca de análise e informações, encontrei ajuda técnica competente de sua direção superior, cabendo ressaltar, além dos Senhores Ministros de Estado, os Senhores Marcelo Viana Estevão de Moraes, Celecino de Carvalho Filho, José Bonifácio Borges de Andrada e Ciro Campos Christo Fernandes.

No Senado Federal, além do apoio e sugestões de meus Pares, as audiências públicas realizadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a participação das maiores autoridades no tema da previdência social, criaram condições para o aperfeiçoamento de minha proposta de Substitutivo.

Da mesma forma, discuti o assunto com representações de diferentes segmentos da sociedade brasileira, em particular com aqueles oriundos de entidades de classe dos trabalhadores ativos ou inativos, tanto do setor público como do setor privado.

Muito elucidativo, também, foi o Seminário Internacional sobre a Previdência Social que promovemos, nos dias 23 e 24 de abril último, com o apoio do IPEA e da Representação do Banco Mundial no Brasil e com o respaldo e estímulo da Presidência do Senado Federal. Nessa ocasião, tivemos a oportunidade de ouvir acerca das experiências da Hungria, da Argentina, dos Estados Unidos e de diversos outros países.

A atuação da Consultoria Legislativa do Senado Federal no decorrer dos trabalhos mostrou-se de fundamental importância. Devo destacar, em particular, a participação dos Consultores Fernando Antônio Gadelha da Trindade, Gilberto Guerzoni Filho, José Pinto da Mota Filho, Marta Lúcia Ponte de Albuquerque e Meiriane Nunes Amaro. Esses cinco profissionais acompanharam todo o processo de elaboração deste Parecer, contribuindo inclusive com a preparação dos textos subsidiários.

Para divulgação de nossos trabalhos, utilizamos, com sucesso, a Rádio e a TV Senado e, com o suporte do PRODASEN, a Internet. Esses meios de comunicação trouxeram à nossa análise milhares de correspondências, com críticas, sugestões e recomendações.

Por último, quero destacar o apoio de toda a Equipe de meu Gabinete, assim como de meu amigo Antônio Rocha Magalhães e, em especial, de Ricardo Nunes de Miranda, que coordenou com dedicação e eficiência os trabalhos necessários à elaboração deste Parecer.

A relevância do tema estimulou um amplo e democrático debate, a partir do qual se construíram as bases da proposta de Substitutivo. A amizade e a estima de tantos colaboradores e de meus Pares me forneceram os subsídios para o cumprimento desta tão distinta tarefa. No entanto, os erros, omissões e equívocos são de minha responsabilidade exclusiva.

Passo, agora, a ler o meu Relatório propriamente dito.

I.2 – OBJETIVOS E CARACTERÍSTICAS DAS PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

A proposta do Poder Executivo tinha como elemento central a unificação de critérios aplicáveis à concessão de benefícios de natureza previdenciária. Em grande medida, desconstitucionalizava o tema, ao determinar que as regras aplicáveis ao regime geral de previdência social e demais regimes seriam definidas em lei complementar.

O Poder Executivo justificava a uniformização de critérios como forma de extinguir privilégios assegurados, pela Constituição Federal, a categorias específicas, cujos regimes possuem regras de contribuição e de pagamento de benefícios incompatíveis com o equilíbrio financeiro e atuarial. Eram mantidos, no entanto, três regimes de previdência social: o regime geral para os trabalhadores do setor privado (art. 201), o dos servidores públicos civis (art. 40) e o dos servidores militares (art. 42).

O financiamento da previdência social ganharia base mais ampla, com maior flexibilidade para sua administração.

A proposta do Poder Executivo estabelecia um conjunto de regras de transição que vigorariam até que fosse aprovada a lei complementar que disciplinaria o sistema previdenciário brasileiro, dentro da estratégia de desconstitucionalização do tema.

A Câmara dos Deputados aprovou um Substitutivo com diferenças marcantes em relação ao proposto originalmente pelo Poder Executivo. Em grandes linhas, as principais áreas de mudanças foram as seguintes:

- não houve a desconstitucionalização do tema;
- os diversos regimes teriam regras uniformes, mas respeitando-se as suas peculiaridades;

- não foi acatada a proposta de federalização da competência de legislar sobre previdência social;
- não extinguiu as aposentadorias especiais nem a aposentadoria proporcional por tempo de serviço;
- manteve a integralidade da remuneração para efeito de aposentadoria e pensão dos servidores públicos e conservou a vinculação entre os valores dos proventos e a remuneração dos correspondentes servidores ativos; e
- estabeleceu um prazo de dois anos como período após o qual teriam vigência as regras de transição.

Ao longo deste Relatório, na apresentação de aspectos específicos, são comentadas as principais características do texto constitucional vigente, da proposta original do Poder Executivo (PEC n.º 33/95), do Substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados (PEC n.º 33/96) e da presente proposta de Substitutivo colocada em discussão no Senado Federal.

Em documento complementar a este Relatório, há um conjunto de quadros comparativos do texto constitucional, da PEC n.º 33/95, da PEC n.º 33/96 e de meu Substitutivo. Referido documento foi preparado pela Consultoria Legislativa do Senado Federal, e está organizado de modo a facilitar a compreensão da evolução das diferentes propostas, sobre cada um dos principais aspectos.

I.3 – PROPOSIÇÃO APENSA: PEC N.º 14/96

O Plenário do Senado Federal, ao aprovar o Requerimento n.º 737, de 1996, determinou que a Proposta de Emenda à Constituição n.º 14, de 1996, do insigne Senador Roberto Freire, que conta com minha assinatura e a de outros 32 ilustres Senadores, fosse apensada à PEC n.º 33/96.

A PEC n.º 14/96 tem por linha mestra a criação de um regime básico unificado de previdência social e um regime complementar.

O regime básico – a que todos, sem exceção, estariam sujeitos – seguiria fundamentalmente o formato do regime geral de previdência social, atualmente gerido pelo INSS. Ajustes seriam feitos para aperfeiçoá-lo, tais como:

- condicionar a concessão de aposentadoria por tempo de serviço ao atendimento de critérios de idade e remuneração;

- igualar a idade e tempo de serviço exigidos de homens e mulheres, para a percepção de benefícios;
- vedar a percepção de mais de uma aposentadoria ou de aposentadoria e pensão por morte ou, ainda, de aposentadoria com remuneração de cargo, emprego ou função pública;
- proibir a contagem de tempos de serviço fictícios; e
- definir um limite máximo de contribuição e de benefícios equivalente a dez vezes o piso de benefícios.

O regime complementar, por seu turno, poderia ser público ou privado, devendo ser de capitalização e de caráter facultativo. A participação de entes públicos no seu custeio deveria ser equivalente à participação dos seus filiados. Uma lei disporia sobre as demais questões relacionadas a esse regime.

A PEC n.º 14/96 propugna ainda a criação de um colegiado, com a participação da comunidade, para dirigir os órgãos e entidades de qualquer esfera de governo que desenvolva ações de previdência social.

Regras de transição para o novo regime básico de previdência foram inseridas, tanto para contribuintes com pelo menos cinco anos de contribuição, quanto para servidores públicos civis e militares efetivos na ativa. Ressalte-se que não deveria ser concedida promoção adicional ou gratificação para o servidor, quando da concessão de aposentadoria.

No que concerne às disposições da PEC n.º 14/96, não deve passar despercebido que o Substitutivo que estou apresentando, embora não tenha assumido a linha da unificação dos sistemas previdenciários, incorporou muitas das idéias contidas naquela proposição. Nesse sentido, podemos citar:

- a reformulação da aposentadoria por tempo de serviço, condicionando-a a uma idade mínima;
- a proibição, salvo algumas exceções, de acumulação de mais de uma aposentadoria ou de percepção simultânea de proventos de aposentadoria e de remuneração de cargo, emprego ou função pública;
- a exigência de que, em regimes previdenciários complementares, a contribuição de órgãos e empresas públicas não exceda a dos filiados a esses regimes;
- o estabelecimento de critérios similares para os regimes do servidor público e do INSS e a remissão ao artigo que trata do servidor público para as diversas situações específicas, o que tornou meu Substitutivo uma

proposta uniforme e coerente para todos os cidadãos, ainda que contemplando diferentes regimes;

- a proibição de contagem de tempo de serviço fictício; e
- o estabelecimento de regras de transição visando a preservar direitos e expectativas de direitos dos atuais servidores públicos e segurados da Previdência Social.

I.4 – EMENDAS APRESENTADAS

A Proposta de Emenda à Constituição n.º 33/96 recebeu, até o momento, a contribuição de sete senadores, que encaminharam 26 emendas.

Essas emendas referem-se a vários dispositivos da PEC, conforme se pode observar no quadro a seguir:

Quadro 1
EMENDAS À PEC N.º 33/96

EM N.º	AUTOR	DISPO- SITIVO	CONTEÚDO
01	Sen. Esperidião Amin	Art. 40, § 1º, II, da CF	Ressalva que não se aplica a aposentadoria compulsória aos 70 anos, quando não custeada pelos cofres públicos.
02	Sen. Bernardo Cabral	Art. 6º, da PEC	Permite a percepção simultânea de proventos de aposentadoria e remuneração de cargo, aos membros do Poder Judiciário oriundos do quinto constitucional.
03	Sen. Júnia Marise	Art. 40, § 5º, da CF	Define que lei ordinária, e não complementar, disporá sobre aposentadoria nos casos de trabalho exercido exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.
04	Sen. Júnia Marise	Art. 167, X (novo), da CF	Proíbe que os recursos das contribuições sociais para a seguridade social sejam utilizados para outros fins.

EM N.º	AUTOR	DISPO- SITIVO	CONTEÚDO
05	Sen. Júnia Marise	Art. 201, § (novo), da CF	Reintroduz a correção monetária, mês a mês, de todos os salários de contribuição considerados no cálculo dos benefícios.
06	Sen. Júnia Marise	Art. 201, § 1º, I, da CF	Restabelece a menção aos eventos decorrentes de acidente do trabalho, como cobertos pela Previdência Social.
07	Sen. Júnia Marise	Art. 8º, da PEC	Fixa o limite máximo do salário-de- benefício da Previdência em 10 salários mínimos e não no valor real de 10 salários mínimos da data da promulgação da Emenda.
08	Sen. Júnia Marise	Artigo novo	Determina que se apurem eventuais perdas no poder aquisitivo dos benefícios previdenciários e que, em caso positivo, se recupere o seu poder de compra.
09	Sen. Júnia Marise	Art. 11, da PEC	Determina que o cálculo dos benefícios seja feito permanentemente, e não durante apenas dois anos, com base na média dos 36 últimos salários de contribuição atualizados.
10	Sen. Júnia Marise	Art. 195, § 11 novo, da CF	Determina que as contribuições dos segurados e as das empresas incidentes sobre os rendimentos dos trabalhos sejam utilizadas exclusivamente no custeio do sistema previdenciário organizado na forma do art. 201.
11	Sen. Guilherme Palmeira	Art. 37, § 7º, da CF	Determina, ao aposentado, a opção entre os vencimentos do cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração e os proventos da aposentadoria ou inatividade.

EM N.º	AUTOR	DISPO- SITIVO	CONTEÚDO
12	Sen. Guilherme Palmeira	Art. 195, da CF	Elimina a menção, como contribuintes da seguridade social, da "empresa e entidade a ela equiparada na forma da lei" (deixando apenas o termo empregador), e dos demais segurados da previdência social (além do trabalhador). Quanto a fonte de financiamento, retira o termo "receita", deixando apenas faturamento.
13	Sen. Guilherme Palmeira	Art. 6º, da PEC	Suprime o art. que permite a acumulação de proventos de aposentadoria e remuneração de atividade a quem, até a data da promulgação da Emenda, reingressar no serviço público por concurso público.
14	Sen. Guilherme Palmeira	Art. 40, da CF	Retira os servidores dos estados, Distrito Federal e municípios do âmbito do art. 40, que trata de regime próprio de previdência dos servidores civis.
15	Sen. Guilherme Palmeira	Art. 5º, da PEC	Suprime o artigo que determina a revisão dos planos de benefícios dos fundos de pensão patrocinados por empresas públicas e outros entes públicos, para ajustá-los atuarialmente a seus ativos.
16	Sen. Carlos Patrocínio	Art. 195, II e IV, da CF	Define uma contribuição para a saúde, oriunda de todos os aposentados e pensionistas, com benefício correspondente a 3 ou mais salários mínimos.
17	Sen. Gilvam Borges	Art. 5º, da PEC	Permite a acumulação de mais de uma aposentadoria como servidor público aos servidores da área da saúde abrangidos pelo art. 17, § 2º, do ADCT.

EM N.º	AUTOR	DISPO- SITIVO	CONTEÚDO
18	Sen. Guilherme Palmeira	Art. 40, da CF	Inclui os membros da Advocacia Pública entre os abrangidos por regime próprio de previdência subordinado às disposições do art. 40.
19	Sen. Antônio Carlos Valadares	Art. 40, § 6º, da CF	Determina que as aposentadorias e pensões dos servidores públicos federais sejam custeadas com recursos da União e contribuições dos servidores ativos e elimina a referência a outras esferas de governo.
20	Sen. Antônio Carlos Valadares	Art. 201, § 7º, da CF	Restabelece a correção monetária dos salários de contribuição considerados no cálculo do benefício e exige comprovação de regularidade dos reajustes desses salários.
21	Sen. Antônio Carlos Valadares	Art. 201, § 1º, I, da CF	Restabelece a menção aos eventos decorrentes de acidente do trabalho, como cobertos pela Previdência Social.
22	Sen. Antônio Carlos Valadares	Art. 11, par. Único (novo), da PEC	Garante aos segurados que estiverem com 50 ou mais anos de idade, depois de decorridos 2 anos da promulgação da Emenda, o direito de ter o benefício calculado sobre a média dos 36 últimos salários de contribuição.
23	Sen. Antônio Carlos Valadares	Art. 195, § 11, da CF	Estabelece que somente lei complementar específica disporá sobre isenção e anistia de contribuições sociais, vedado o cancelamento de dívidas acima do valor-teto de benefícios.
24	Sen. Antônio Carlos Valadares	Art. 2º, I, da PEC	Elimina a menção à elevação do prazo de carência e do número de salários de contribuição para o cálculo do benefício.

EM N.º	AUTOR	DISPO- SITIVO	CONTEÚDO
25	Sen. Antônio Carlos Valadares	Art. (novo), da CF	Veda a utilização de recursos das contribuições sociais para pagamento de EPU
26	Sen. Antônio Carlos Valadares	Art. 8º, da PEC	Fixa o limite máximo do salário-de-benefício da Previdência em 10 salários mínimos e não no valor real de 10 salários mínimos da data da promulgação da Emenda.
27	Sen. Júnia Marise e Sen. Sebastião Rocha	Art. (novo) da CF	Vincula o reajustamento dos servidores inativos aos servidores ativos.
28	Sen. Romeu Tuma	Art. (novo) da CF	Mantém inalterados os direitos e garantias assegurados aos inativos.
29	Sen. Sebastião Rocha	Art. 5º, XII	Trata do sigilo para fins de investigação fiscal e previdenciária.
30	Sen. Sebastião Rocha	Art. 40	Equipara os membros de poder aos servidores civis.
31	Sen. Sebastião Rocha	Art. 201	Amplia o dispositivo de aposentadoria especial do professor ao 1º e 2º graus.
32	Sen. Sebastião Rocha	Art. 40	Dispõe sobre a paridade ativo/inativo.
33	Sen. Sebastião Rocha	Art. 40	Dispõe sobre a pensão, como correspondente à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido.
34	Sen. Sebastião Rocha	Art. 247	Modifica a sistemática de atualização dos benefícios concedidos aos ex-combatentes e anistiados políticos.
35	Sen. Sebastião Rocha	Art. 201	Modifica a proposta de acesso à aposentadoria, mediante a exigência de critérios de idade e tempo de contribuição, cumulativamente.
36	Sen. Sebastião Rocha	Art. 202	Trata da previdência complementar.
37	Sen. Sebastião Rocha	Art. (novo) da CF	Fixa o limite dos benefícios da previdência social em dez salários-mínimos.

EM N.º	AUTOR	DISPO- SITIVO	CONTEÚDO
38	Sen. Roberto Freire	Art. 247	Estabelece sistemática própria para o reajuste dos benefícios concedidos aos ex-combatentes e anistiados políticos.

As contribuições recebidas por meio das emendas acima revelam o interesse e a preocupação dos nobres colegas Senadores em aprimorar o texto da PEC n.º 33/96. Várias idéias ali expostas foram acolhidas no Substitutivo que apresentamos ao final deste Parecer.

No texto constitucional permanente, acatamos, na forma do Substitutivo, as sugestões:

- de vedar a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais dos segurados e das empresas (destas quando incidentes sobre remuneração do trabalho) para a realização de despesas distintas das relacionadas com o pagamento de benefícios do regime geral de previdência social, previsto no art. 201;

- de deixar explícito que a Previdência Social deve atender aos eventos de morte, invalidez e doença decorrentes de acidentes do trabalho (também constante da PEC n.º 14/96);

- de manter a exigência de que todos os salários de contribuição considerados no cálculo de benefício sejam devidamente atualizados; e

- de permitir a percepção de mais de uma aposentadoria aos servidores da área da saúde abrangidos pelo art. 17, § 2º, do ADCT. Nesse caso, estendemos esse direito a todos os que pleiteiem aposentadorias decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma da Constituição.

Nas regras de transição, explicitamos que é permitida a percepção simultânea de proventos de aposentadoria e de remuneração de cargo, emprego ou função pública a todos os que tenham ingressado novamente no serviço público pelas formas previstas na Constituição Federal, até a promulgação da Emenda à Constituição. Com isso, ressalva-se, entre outros, o caso dos membros do Poder Judiciário oriundos do quinto constitucional.

É o relatório.

II – VOTO

II.1 – A CRISE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A previdência social brasileira está em crise. Se não forem feitas reformas urgentes e sérias, o sistema tende a se tornar insolvente, a ruir. E, com ele, a esperança de milhões de brasileiros que anseiam por uma velhice tranqüila, após uma vida de labor.

Criar as condições necessárias para que a previdência social no Brasil possa sustentar-se ao longo do tempo é uma grande responsabilidade que, no momento, recai sobre cada Membro do Congresso Nacional.

Temos a oportunidade, neste momento, de decidir sobre um dos mais importantes assuntos que afligem a sociedade brasileira contemporânea. Da decisão sobre a reforma da Previdência dependerá, em boa medida, a própria sustentabilidade da nossa sociedade no futuro. Temos que pensar o sistema da previdência social de maneira responsável, para que não seja comprometido com a prática demagógica de distribuição de benefícios sem a contrapartida de seu adequado financiamento.

A política previdenciária, como ela foi constituída no Brasil, está permeada de distorções regressivas do ponto de vista da distribuição da renda, reproduzindo e reforçando desigualdades sistêmicas que marcam a formação da sociedade e da economia brasileira.

Em um modelo de desenvolvimento fechado é muito fácil oferecer benefícios generosos concentrados em grupos restritos. De um lado, os custos desses benefícios são difusos, pois os aumentos nas alíquotas de contribuição são repassados a toda sociedade por meio da elevação dos preços dos produtos. Quem realmente paga o preço dos privilégios, ou não tem acesso aos canais tradicionais de expressão política, devido à falta de organização, ou está imerso na desinformação, sujeitando-se à manipulação das minorias influentes.

A consolidação da democracia, aliada ao processo de reestruturação produtiva e de estabilidade econômica promovida pelo Plano Real pressionam por mudanças radicais na previdência. No plano econômico, a gradual abertura do mercado à competição internacional inviabiliza o processo de socialização dos custos dos privilégios, pois as empresas que repassam o aumento nas alíquotas de contribuição aos preços dos produtos perdem competitividade, correndo o risco de falência. Da mesma forma, a estabilidade econômica

explicita as inconsistências do sistema. A inflação funcionava como um véu sobre a desigualdade e a sua eliminação torna claro quem ganha e quem perde com a previdência.

No plano político, com o avanço da cidadania e a democratização da informação, torna-se difícil explicar a sustentação de privilégios no sistema previdenciário. A sociedade está ciente que os riscos sociais atingem a todos e, por essa razão, não faz sentido que apenas alguns grupos fiquem protegidos e outros não. Da mesma forma, não é aceitável que regras diferenciem categorias profissionais ou privilegiem alguns grupos de cidadãos em detrimento de outros, sem que as razões sejam do conhecimento de toda a sociedade e por ela aceitas.

Nesse sentido, a correção das distorções do sistema previdenciário, ao mesmo tempo em que é consequência da superação de um padrão de desenvolvimento, é pré-requisito para a modernização política e econômica do País.

II.2 – AS TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

A população brasileira está, de fato, crescendo a taxas decrescentes e envelhecendo de modo surpreendentemente rápido. Os gráficos 1, 2 e 3, mostrados a seguir, sobre a pirâmide populacional nos anos 1970, 1995 e 2020, mostram que, de uma população predominantemente jovem, o País passa a ter uma população progressivamente mais velha.

Gráfico 1

ESTRUTURA ETÁRIA BRASIL 1940

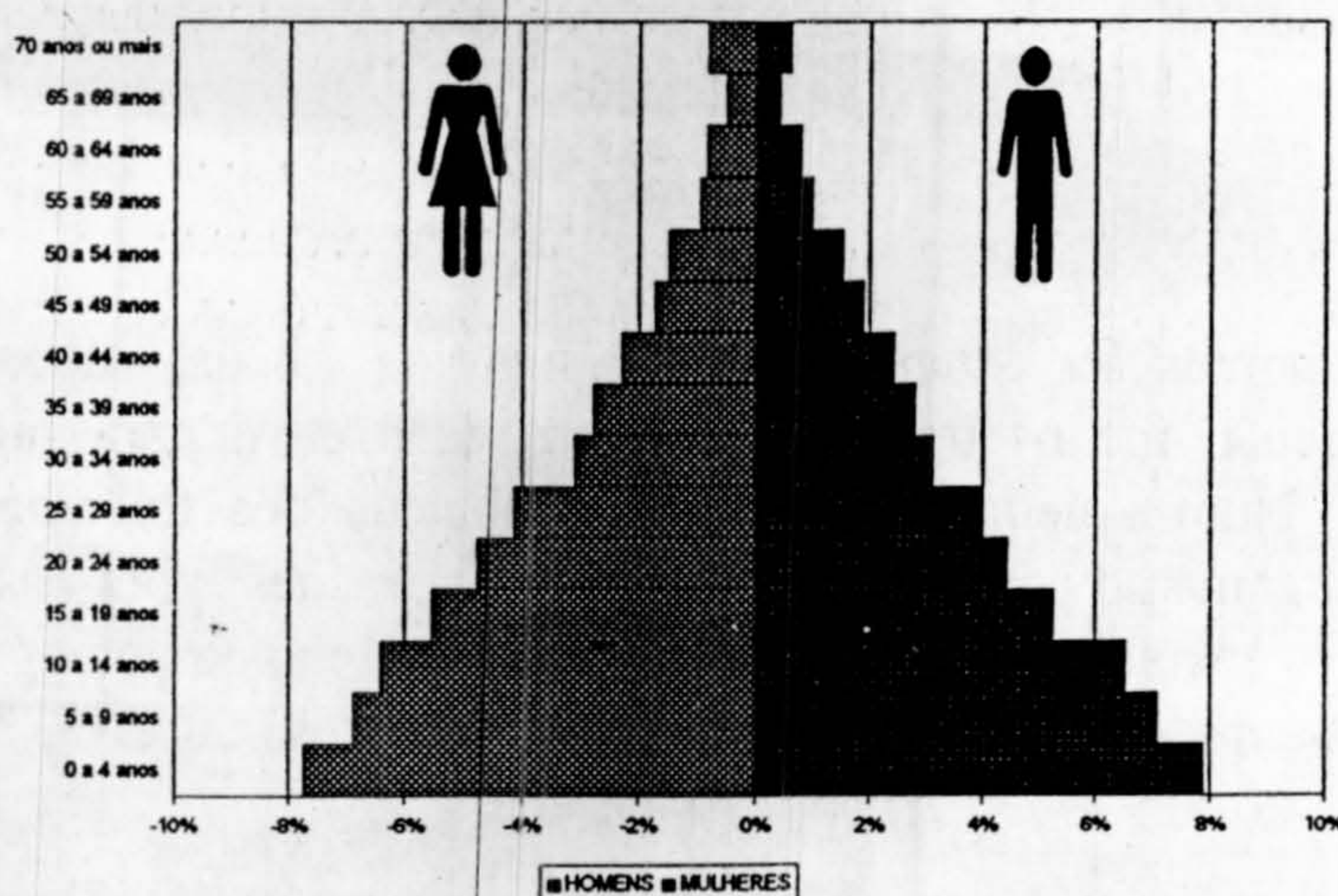


Gráfico 2

ESTRUTURA ETÁRIA BRASIL 1995

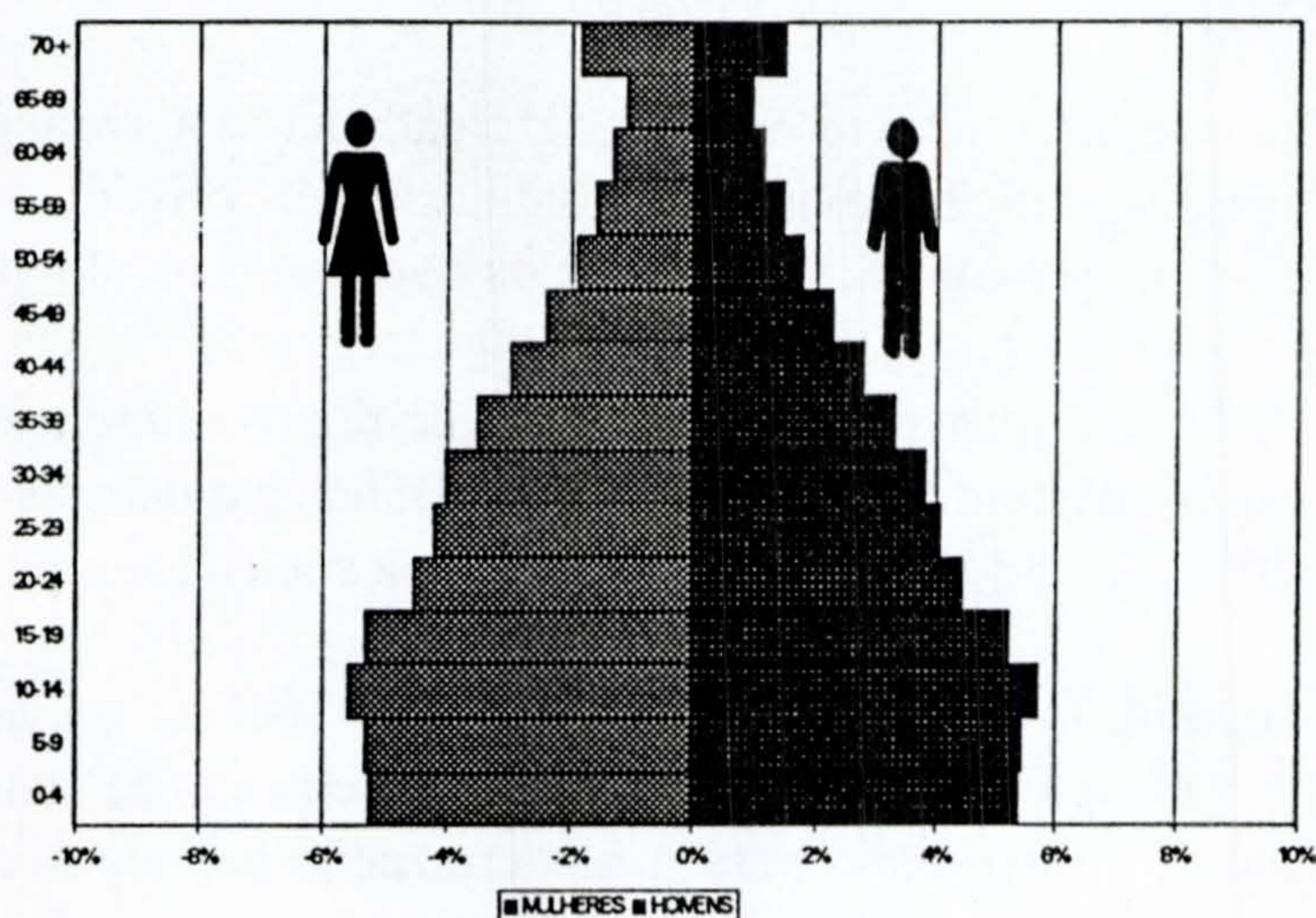
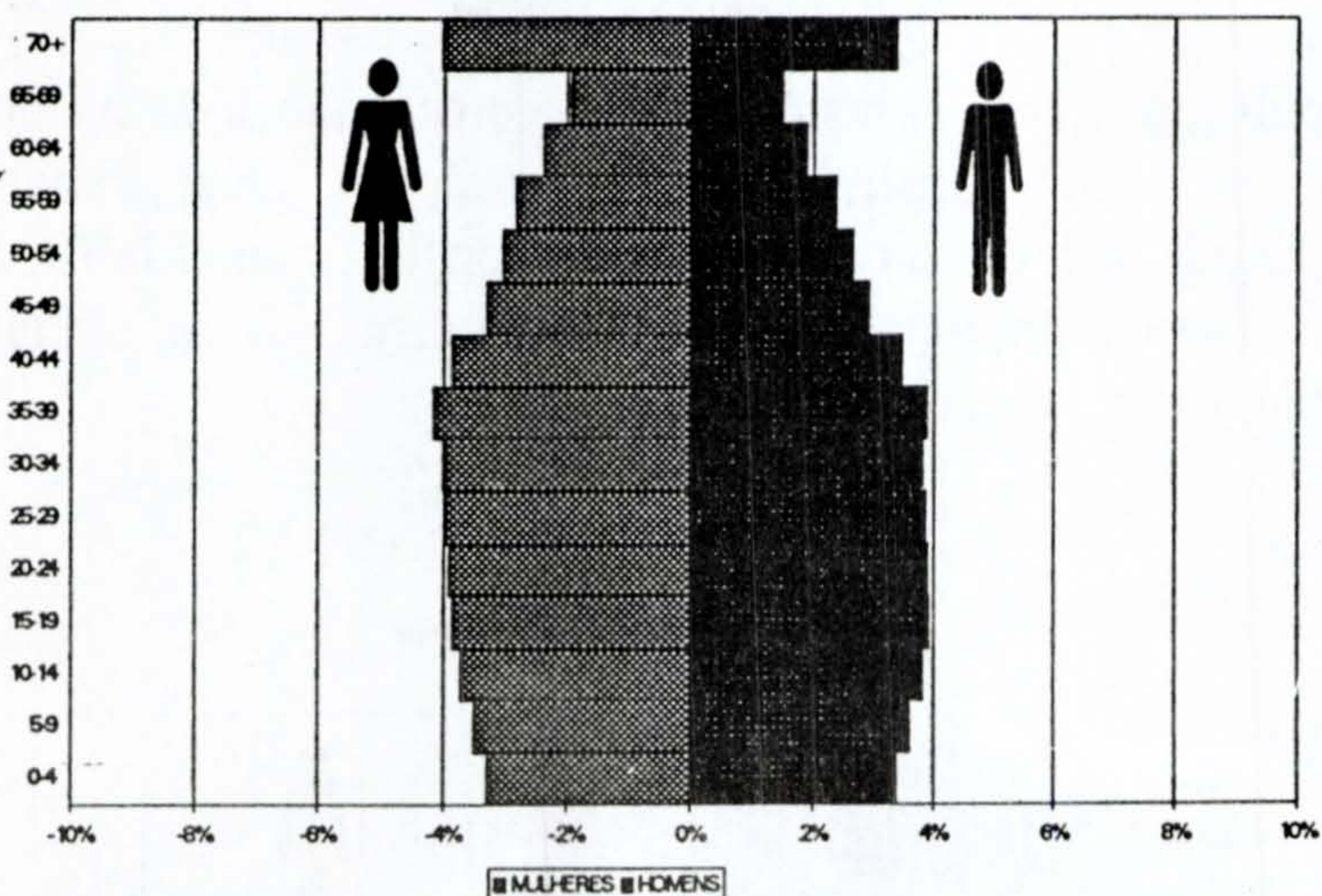


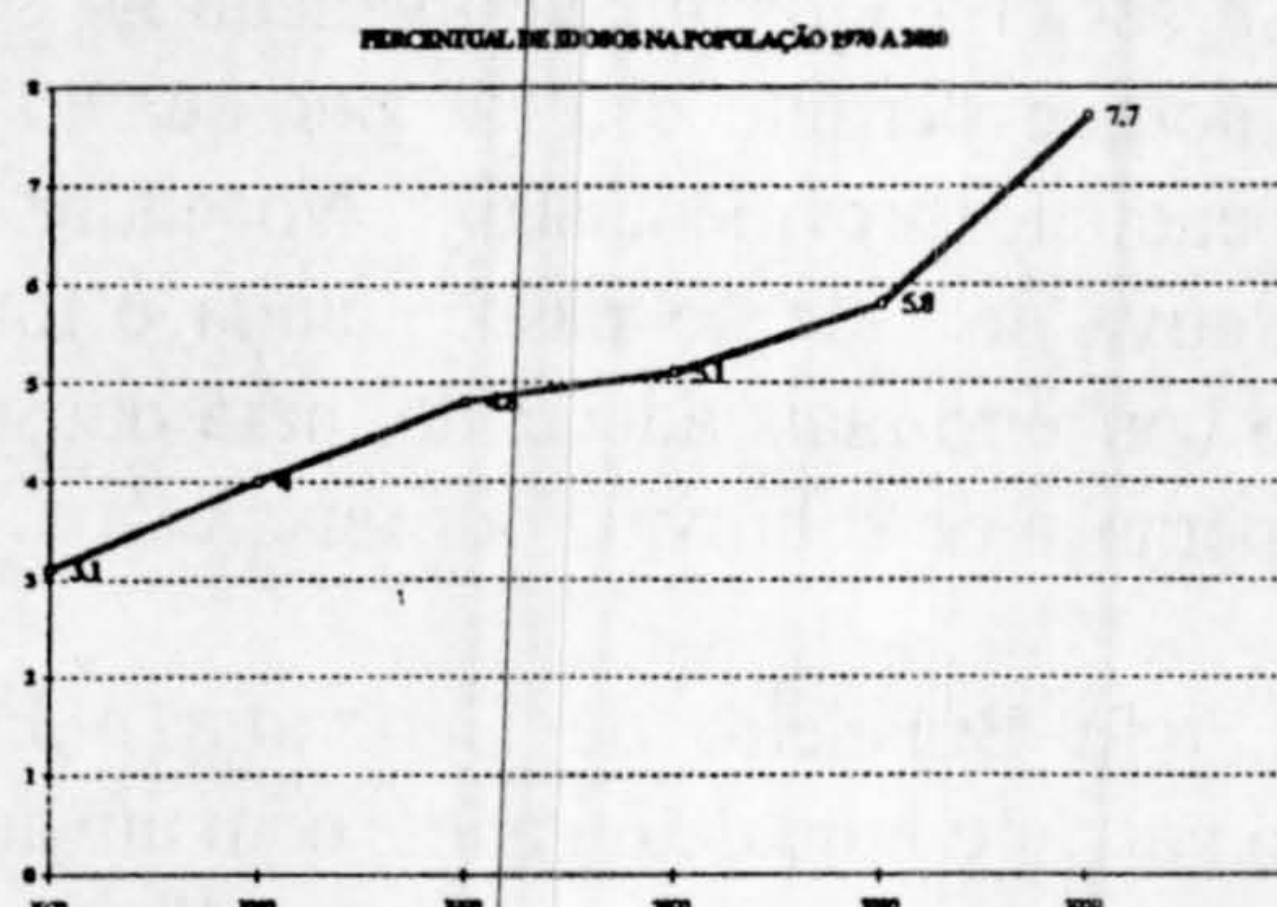
Gráfico 3

ESTRUTURA ETÁRIA BRASIL 2020



Uma população mais velha significa mais aposentados e, proporcionalmente, menos trabalhadores em idade ativa para financiar esses aposentados. Num sistema em que a contribuição dos trabalhadores ativos sustenta o pagamento das aposentadorias e pensões para os inativos e pensionistas, o envelhecimento populacional representa o maior desafio. A população idosa mais do que dobra, em termos relativos, entre 1970 e 2020 (ver Gráfico 4).

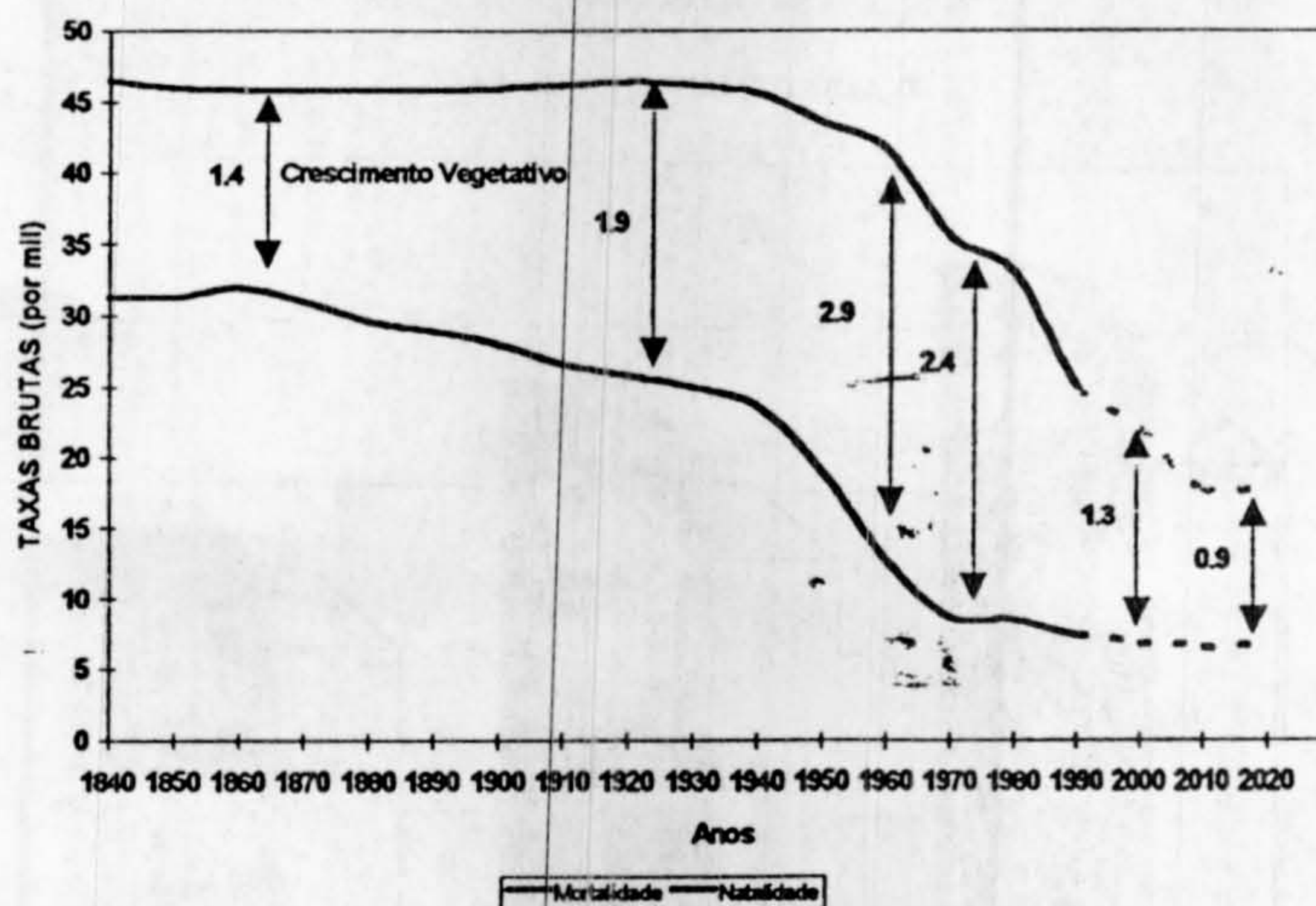
Gráfico 4



A nossa taxa de crescimento populacional, que era de 3,1% ao ano na década de 60, é de apenas 1,4% ao ano no final da presente década. Estima-se que continuará crescendo, porém a uma taxa decrescente, até chegar a um equilíbrio em meados do próximo século, quando começará a decrescer lentamente. (Gráfico 5).

Gráfico 5

A Transição Demográfica Brasileira



Já a taxa de dependência – o quociente entre o número de pessoas com mais de 65 anos e o número de pessoas entre 15 e 64 anos – tende a crescer rapidamente, devendo passar de 8% em 1990 para 11% em 2020.

Essas duas tendências são reflexos de uma queda acentuada na taxa de natalidade, aliada a uma elevação na expectativa de vida.

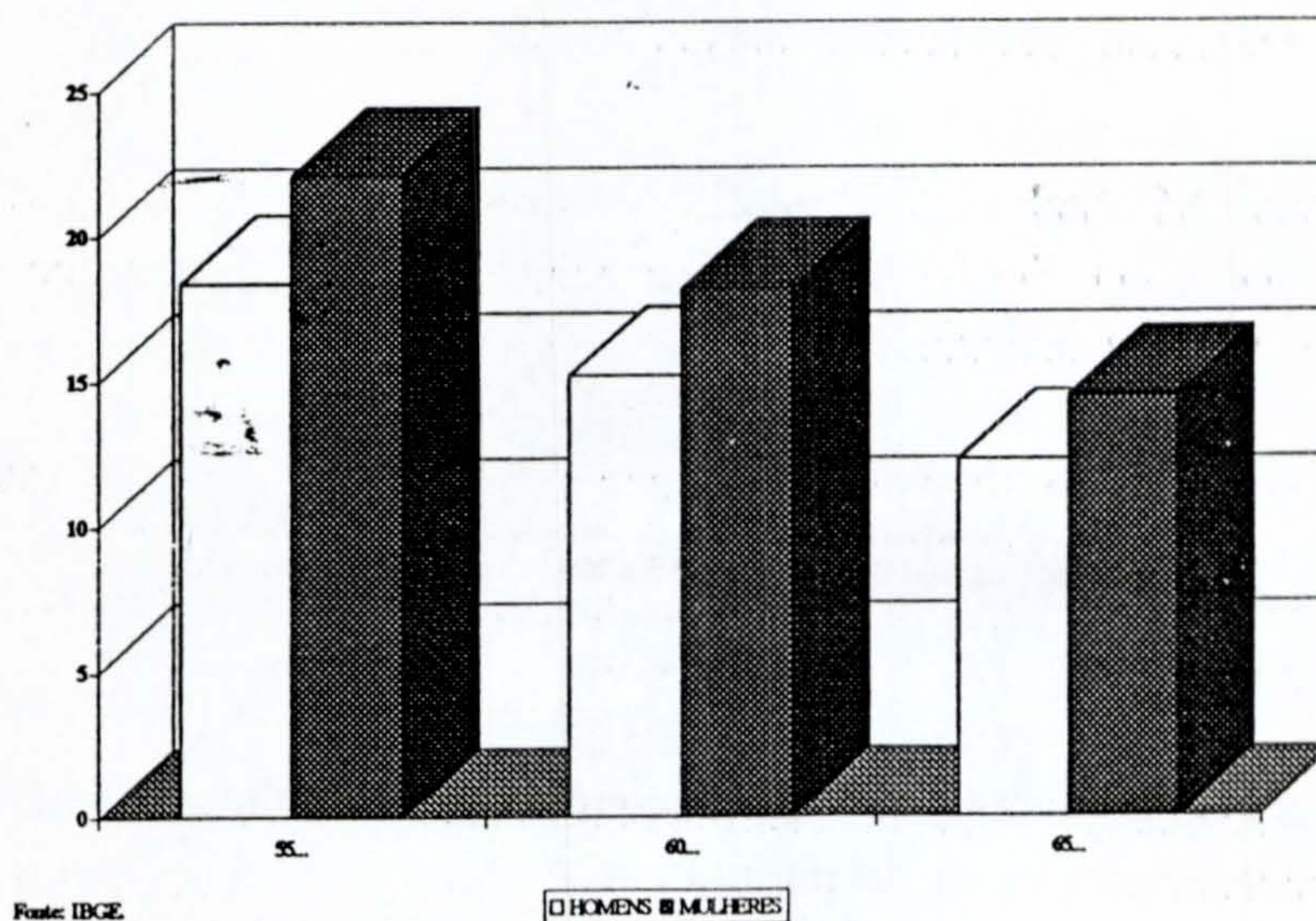
Observe-se que a evolução da expectativa de vida da população é, em si, uma variável que deve ser cuidadosamente avaliada ao se definir uma política previdenciária. Isto porque permite estimar por quanto tempo, em média, o cidadão receberá o benefício previdenciário. No entanto, em países como o Brasil, onde a expectativa de vida ao nascer ainda é fortemente afetada pela mortalidade infantil, o conceito mais adequado, para dar maior precisão a essas estimativas, é o de esperança de sobrevida por faixa etária.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a expectativa de vida ao nascer é hoje de 66 anos, com um aumento de 3,5 anos na última década. Por outro lado, a expectativa de sobrevida dos que atingem a idade mínima exigida para aposentadoria por idade no meio urbano é bem diferente.

As mulheres brasileiras que atingem a idade mínima de 60 anos, podem esperar viver até os 78 anos de idade, ou seja, mais 18 anos. Ao mesmo tempo, os homens que alcançam a idade mínima de 65 anos viverão, em média, até os 77 anos, isto é, mais 12 anos. Esses dados podem ser melhor visualizados no gráfico apresentado a seguir. (Gráfico 6).

Gráfico 6

EXPECTATIVA DE SOBREVIDA - 1991



O aumento da expectativa de vida que estamos vivenciando, desejado por todos e perseguido corretamente como objetivo de política social, faz com que as pessoas idosas continuem por mais tempo como beneficiárias do sistema

previdenciário. Nesse contexto, para viabilizar o pagamento desses benefícios, é necessário que os trabalhadores permaneçam em atividade por mais tempo, como contribuintes.

No Brasil, entretanto, o que se observou, no período recente, foi o estabelecimento de regras que permitem aposentadorias ainda mais precoces. Nesse sentido, pode-se citar as alterações introduzidas pela Constituição Federal de 1988: redução do limite de idade de aposentadoria no meio rural de 65 anos para 60 e 55 anos, respectivamente, para homens e mulheres, e introdução da aposentadoria proporcional para as mulheres aos 25 anos de serviço.

Note-se que a aposentadoria por tempo de serviço é um benefício que não se coaduna com os princípios que devem nortear um sistema previdenciário público. Ademais, tem revelado uma forte tendência regressiva e vem, há muito tempo, onerando significativamente o sistema previdenciário brasileiro. Assim sendo, é importante dar mais detalhes sobre esse benefício para que todos possam avaliar melhor o alcance da proposta de introdução de um limite de idade, adotada em meu Substitutivo.

II.3 - A PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Os vários regimes previdenciários

No Brasil, há atualmente vários regimes de previdência social. O Regime Geral da Previdência Social (RGPS), a cargo do INSS, abrange todos os trabalhadores do setor privado.

Regimes públicos diversos protegem os servidores civis e militares da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Há, ainda, regimes especiais para os membros do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Ministério Público.

A previdência privada, de caráter complementar, pode ser restrita a um grupo de empregados, quando instituída como entidade fechada, ou acessível a todos, mediante contribuição, quando entidade aberta. As diferenças entre esses vários regimes são marcantes.

Conforme dados do "Livro Branco da Previdência Social", do MPAS, preparado em 1997, cerca de 15 % da população brasileira, ou seja, 19,5

milhões de pessoas, são beneficiários diretos dos regimes previdenciários no Brasil (exclusive previdência privada). Somando os seus dependentes, provavelmente cerca de 60 milhões de pessoas vivem às expensas, total ou parcialmente, de renda recebida do sistema previdenciário.

A despesa anual de R\$ 88,7 bilhões, em 1996, correspondentes a mais de 10% do Produto Interno Bruto, denota uma importância imensa, não apenas do ponto de vista social, mas também econômico.

Quadro 2
Gastos Totais e Número de Beneficiários da Previdência - 1996
(Em R\$ de dez/96)

DISCRIMINAÇÃO	R\$ BILHÕES	NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS
INSS	42,6	16.586.267
Inativos-Pensionistas (União)	17,1	872.985 (*)
Inativos-Pensionistas (Estados e Municípios)	29,0	2.000.000(**)
TOTAL	88,7	19.459.252

Fonte: Livro Branco, MPAS, 1997.(dados originais do INSS e MF).

(*) Novembro 96 (**) Valores aproximados

Embora pouco estudado, o sistema de previdência social no Brasil tem sido um dos principais, senão o principal, instrumento de política social. Cerca de 4,5 milhões de aposentados e pensionistas do meio rural auferem uma renda de um salário mínimo cada e, em muitos lugares, a previdência rural representa a principal fonte de renda monetária para a população, alimentando a economia local.

Os números mostram, porém, grandes disparidades entre os diversos regimes. Os dados para 1995, por exemplo, mostram que o valor médio das **aposentadorias pagas pelo INSS**, que cobre a grande maioria dos trabalhadores do País, foi de 1,7 salário mínimo por mês. O seu financiamento baseia-se, fundamentalmente, em contribuições dos segurados, que são sujeitas a um limite máximo, e dos seus empregadores.

O benefícios estão também sujeitos a um teto e são calculados com base na média dos últimos 36 salários-de-contribuição, portanto, sem guardar relação com o valor médio das contribuições ao longo da vida ativa do trabalhador.

Para os servidores públicos civis do Poder Executivo federal, o valor médio das aposentadorias pagas em 1995 foi de 14 salários mínimos, enquanto que as aposentadorias de servidores do Poder Legislativo se situaram na média

de 36,8 salários mínimos e as do Poder Judiciário ficaram em 34,7 salários mínimos.

Os servidores públicos federais contribuem para a previdência sobre a totalidade de sua remuneração, mas essa contribuição cobre uma parcela pequena do valor total dos benefícios em manutenção. Diferentemente dos trabalhadores do setor privado, os servidores públicos se aposentam com a totalidade dos seus vencimentos – na verdade, a última remuneração, correspondente ao final de carreira. Muitos, inclusive, têm aumento de remuneração quando se aposentam – fato que não ocorre em nenhum outro país do mundo. Com isso, os servidores públicos aposentados ganham em média mais do que os que continuam na ativa.

Há desigualdades entre os vários regimes e também no interior de cada um deles. Ao longo do tempo, legislações casuísticas e falta de preocupação com o lado do financiamento da previdência – com quem paga a conta, afinal – levaram a um conjunto de problemas que precisam ser corrigidos.

Um deles é a contagem de tempo de serviço fictício ou sem o aporte das correspondentes contribuições. Várias estratégias permitem que o tempo de serviço seja aumentado, chegando a situações extremas em que o trabalhador consegue legalmente comprovar 35 anos de serviço aos 38 anos de idade.

Em outros casos, como de alguns ex-combatentes e anistiados, é possível acumular benefícios e receber aposentadorias mensais superiores a R\$ 30.000,00, ou seja, aproximadamente, 300 vezes o valor do salário mínimo. O sistema previdenciário, assim, contribui para acentuar a concentração da renda no País.

Ademais, a busca da universalização do acesso à proteção previdenciária incluiu um grande número de beneficiários que nunca contribuíram adequadamente para o financiamento da previdência, em particular idosos e trabalhadores rurais.

No caso dos trabalhadores rurais, a contribuição de 2,5% sobre a receita bruta da produção agrícola comercializada e a dos empregados rurais cobre apenas cerca de 8% do valor dos benefícios pagos, conforme dados de 1996 do Livro Branco da Previdência. A cobertura dessa população é uma questão de justiça social indiscutível, mas é necessário saber que aí existe um custo que precisa ser financiado.

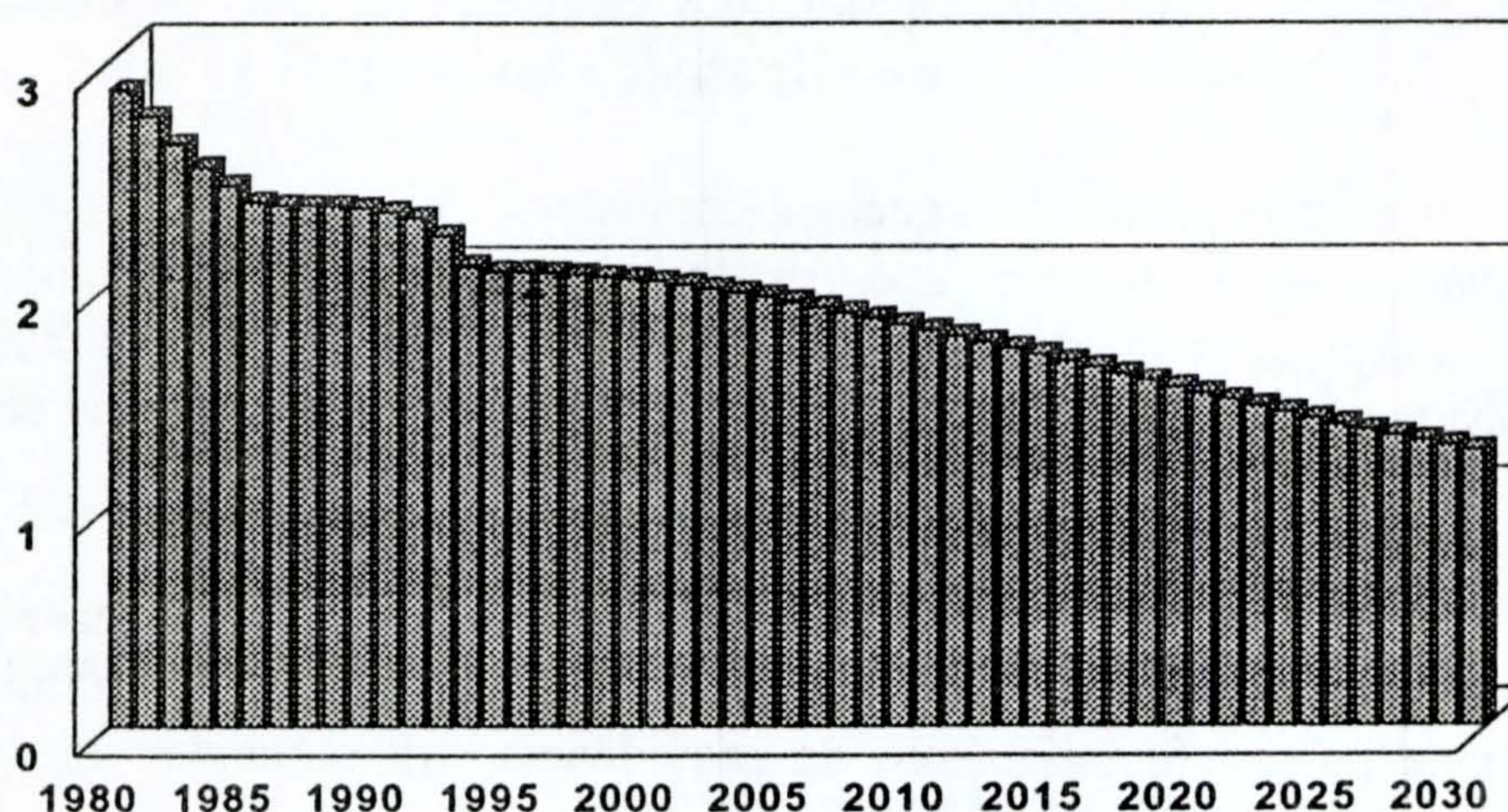
Não existe mágica: toda despesa requer a existência de uma receita que possa financiá-la. Ou enfrentamos esta realidade, ou estaremos abrindo mão do nosso dever de construir um futuro sustentável para os brasileiros.

O financiamento da previdência social em bases correntes, como se faz no Brasil, representa um ônus sobre a população trabalhadora do presente que tem de sustentar os atuais inativos.

Manda o bom senso que eventuais superávits no sistema previdenciário sejam poupados e aplicados adequadamente para financiar as crescentes despesas no futuro.

No início, um grande número de trabalhadores ativos financia um pequeno número de inativos, gerando superávit corrente no sistema. De fato, nos anos 50, havia 8 ativos para cada inativo. Hoje já somos pouco mais de 2 contribuintes para cada aposentado. (Gráfico 7).

Gráfico 7
RAZÃO DE DEPENDÊNCIA
CONTRIBUINTES POR BENEFICIÁRIO

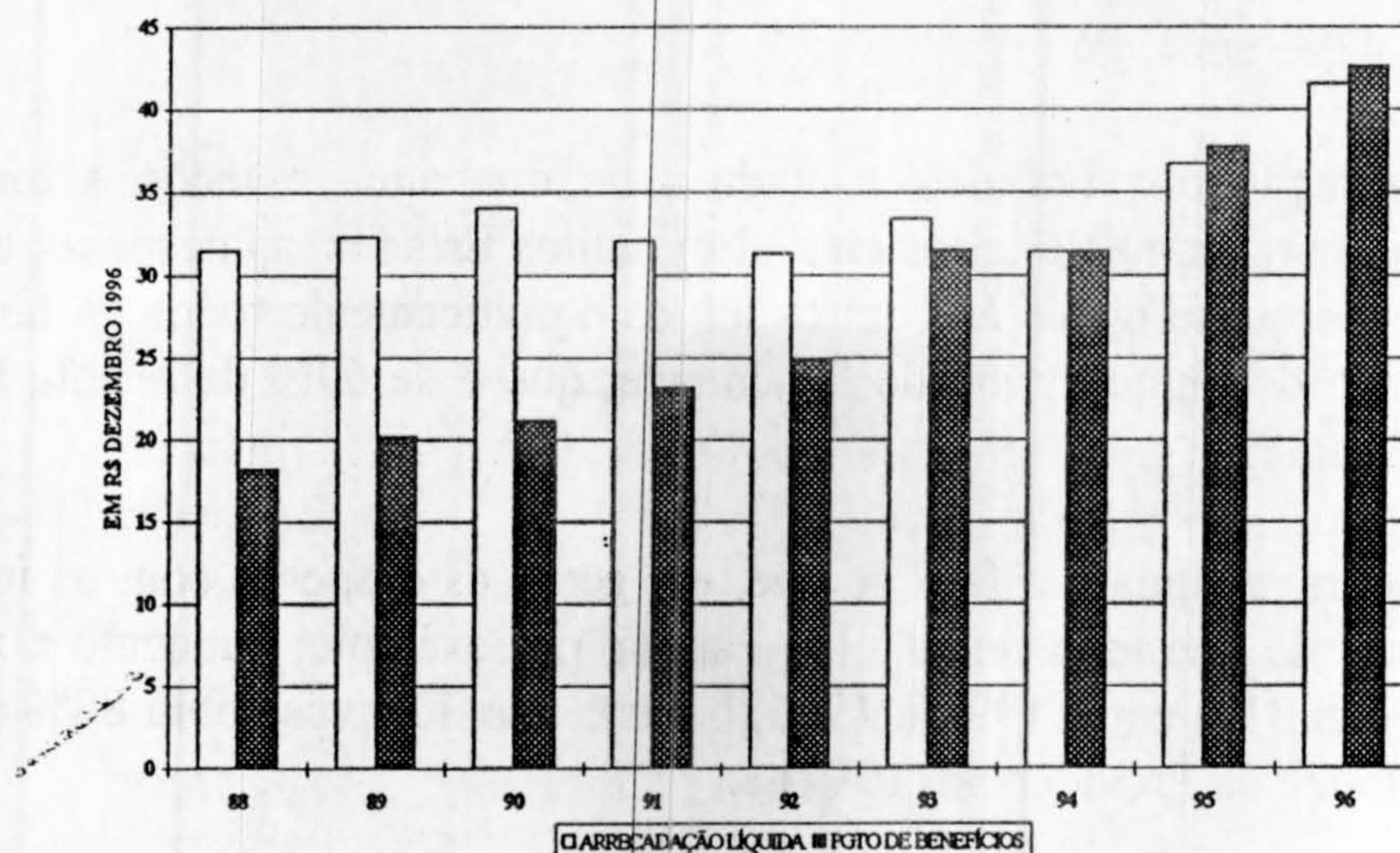


Essa tendência decrescente, se nada for feito, deve permanecer nos próximos anos, como se pode verificar no gráfico a seguir. Dentro de uns 30 anos, seremos um contribuinte para cada inativo. Após essa data, a relação tenderá a inverter-se.

O sistema de repartição simples em bases correntes, portanto, poderá tornar-se inviável. Além da elevação das alíquotas de contribuição, tanto do

empregado como do empregador, será necessário que os próprios aposentados e pensionistas contribuam para o financiamento da previdência. (Gráfico 8).

Gráfico 8

PREVIDÊNCIA: ARRECADAÇÃO LÍQUIDA X BENEFÍCIOS
(1988 - 1996)

Fonte: MPAS

Eventuais sobras, portanto, deveriam ser guardadas para cobrir futuros déficits correntes. No entanto, os superávits auferidos no passado foram utilizados indevidamente e serviram de base para aumentos imprevistos tanto no número como no valor dos benefícios, elevando-se, conseqüentemente, as despesas correntes.

Temos, portanto, uma situação de iniquidade entre a geração que comprometeu impensadamente os recursos da previdência e a geração futura de trabalhadores, que precisará aumentar sua contribuição para poder continuar financiando os aposentados e pensionistas.

Estima-se que a contribuição atual para o regime do INSS, de cerca de 22% sobre a folha de pagamentos das empresas, precisará elevar-se a 44% para financiar os gastos da previdência no ano 2020.

No caso da **previdência dos servidores públicos**, o seu peso sobre as receitas fiscais encontra-se também em níveis muito elevados. A despesa com aposentadoria de servidores públicos federais, conforme dados de 1996, atingiu quase R\$ 17 bilhões por ano, enquanto que a arrecadação das contribuições dos servidores ativos somou apenas R\$ 2,6 bilhões, o que corresponde a 15% do valor dos benefícios pagos. Assim sendo, a União teve que aportar os 75% restantes, ou seja, mais de R\$ 14 bilhões.

Ressalte-se que, nesse ano, os gastos com pessoal no governo federal foram da ordem de R\$ 41,6 bilhões. Assim, a despesa com pessoal, que se situava na faixa de R\$ 18,3 bilhões em 1987 (em valores atualizados para dezembro de 1996), cresceu, em nove anos, 127%, em termos reais, ao mesmo tempo em que os gastos com inativos subiram 306%. Com isso, o percentual dos gastos com inativos no total da despesa com pessoal ascendeu de 23%, em 1987, para 42%, em 1996.

A situação nos Estados é ainda mais dramática e tende a tornar-se dramática em praticamente todos eles. Em muitos Estados, as despesas com os inativos já são quase iguais às com os ativos e praticamente todos gastam com pessoal acima do limite permitido legalmente, que é de 60% da receita líquida (Lei Rita Camata).

Mais grave ainda é o fato de que, em geral, as despesas com os inativos crescem mais do que as receitas. No Paraná, por exemplo, enquanto a receita líquida evoluiu 31% entre 1991 e 1996, o gasto com inativos subiu 88% (dados do Livro Branco da Previdência, 1997).

No Rio de Janeiro, por outro lado, o déficit atuarial do sistema previdenciário do Estado montava, em 1995, a R\$ 27 bilhões. A relação entre o benefício médio pago aos aposentados e a remuneração média paga aos ativos era de 153% – isto é, em média os aposentados ganhavam 53% a mais do que os servidores ativos. Assim, embora o número de inativos representasse 60% do total dos ativos, a folha dos inativos representava 92% da folha dos ativos.

Os gastos com inativos representam um peso muito grande no orçamento público, porque são custeados com recursos fiscais que, de outra forma, poderiam ser aplicados em atividades-fins, como educação, saúde, segurança e infra-estrutura.

É, pois, de extrema importância, a questão da sustentabilidade futura do INSS e dos demais sistemas previdenciários. No entanto, tradicionalmente tem faltado uma visão de longo prazo na previdência social brasileira. A situação tende a agravar-se, se não tivermos a responsabilidade e a coragem de adotar medidas saneadoras no presente. Estamos diante da possibilidade de um conflito entre gerações ou, então, da falência do sistema. A defasagem entre as despesas previdenciárias e as contribuições tende a aumentar, podendo atingir cerca de 7% do PIB no espaço de uma geração. (Ver Gráficos 9 e 10).

Gráfico 9
**CONTRIBUIÇÕES SOBRE FOLHA E DESPESAS
PREVIDENCIÁRIAS**

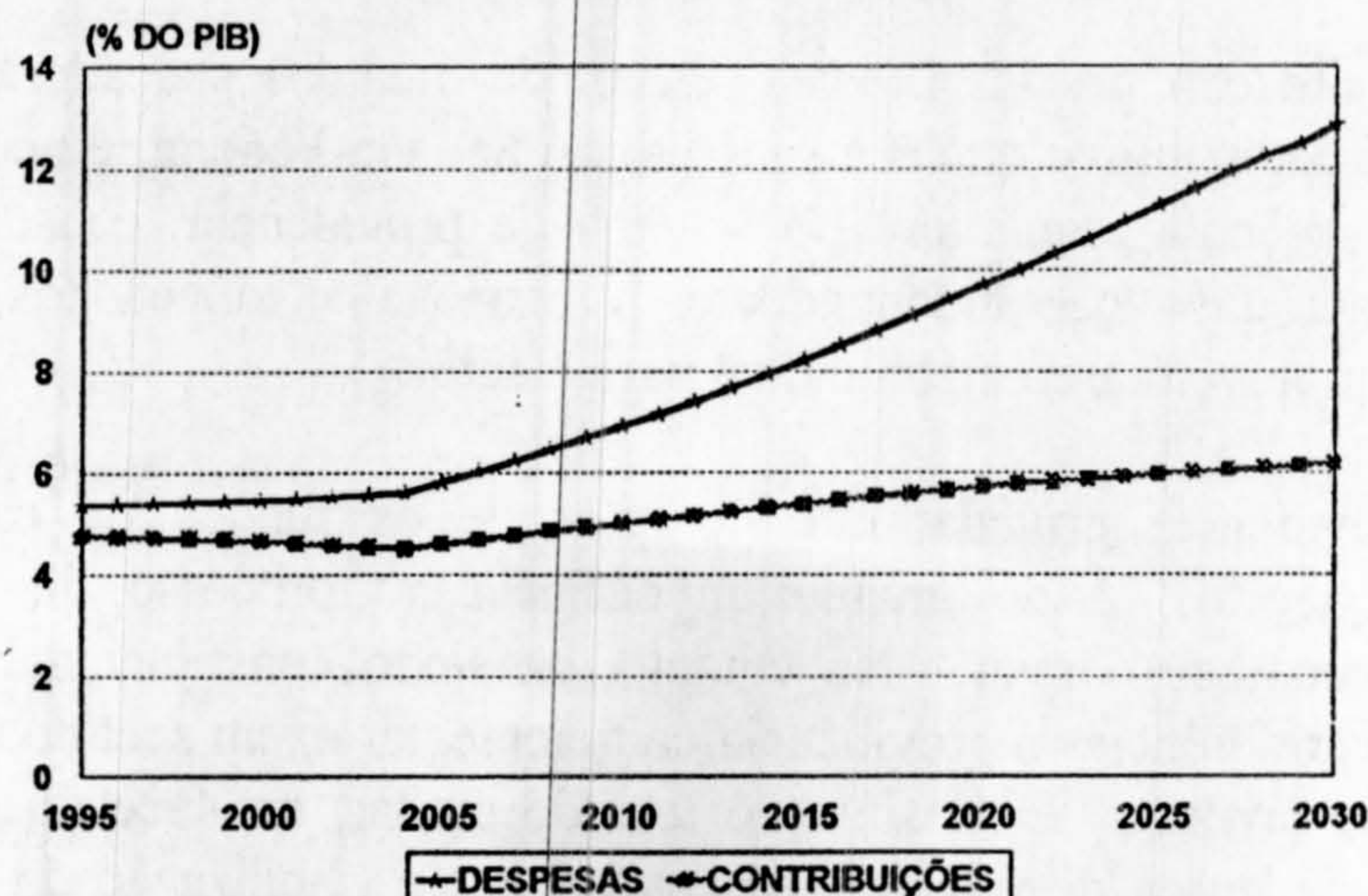
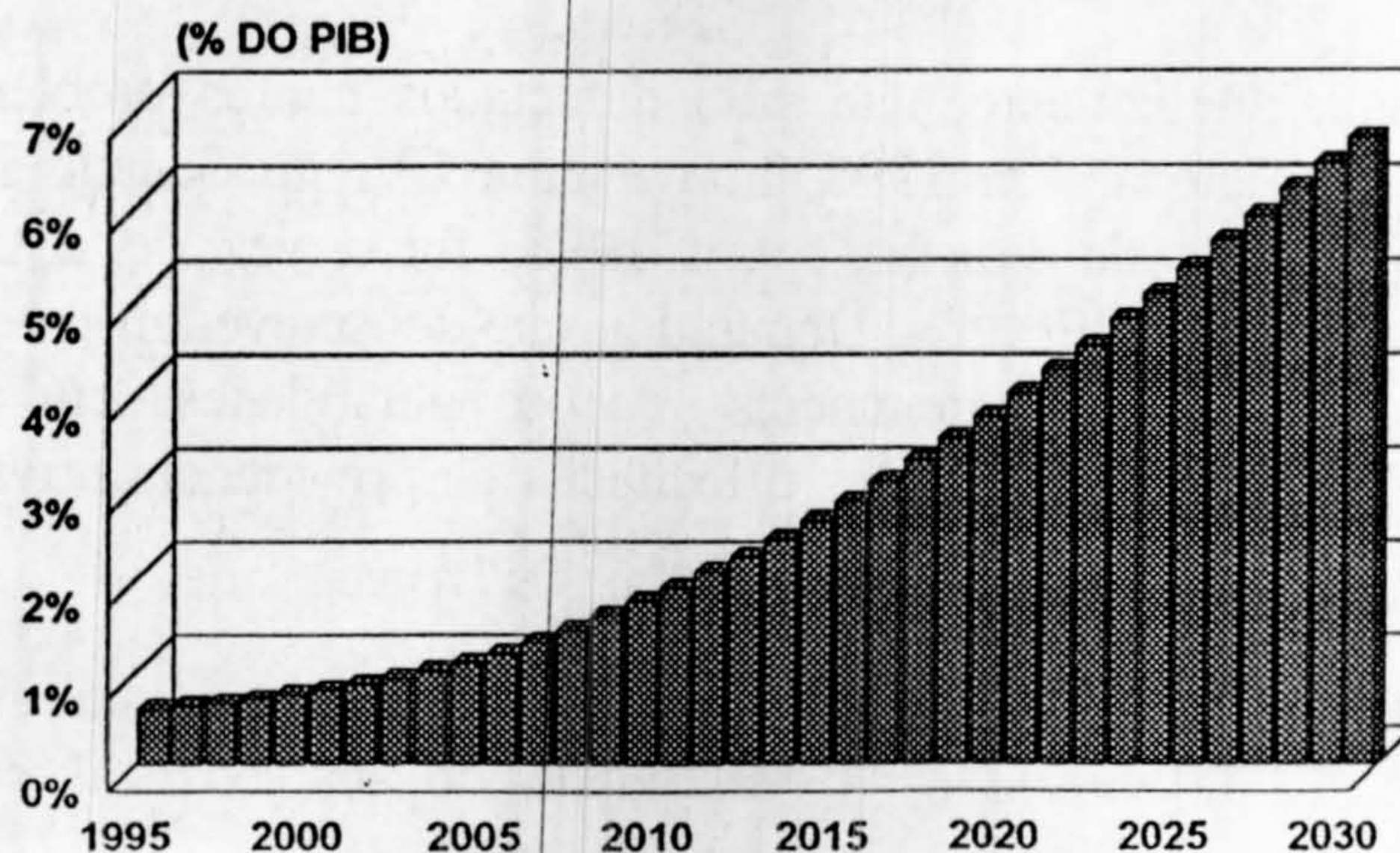


Gráfico 10
**NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO
SISTEMA ATUAL**



Devo ressaltar, ainda, que a previdência complementar dos empregados das empresas estatais também apresenta problemas. Os fundos fechados são baseados no princípio da capitalização, mediante contribuição da empresa e do empregado. No entanto, nem sempre estão de acordo com planos atuariais consistentes e adequados. Muitas vezes, administrações ineficientes ou medidas errôneas induzidas por interferências das próprias patrocinadoras ou do governo comprometeram a rentabilidade do patrimônio dos fundos.

Atualmente, o déficit atuarial do sistema de previdência complementar (Fundos Fechados de Pensão) é de cerca de R\$ 23 bilhões, conforme dados do Livro Branco da Previdência.

Essa situação precisa mudar. Além de medidas saneadoras, como as propostas no Substitutivo que ora submeto ao Senado Federal, é necessário que se crie uma agência reguladora do sistema de previdência fechada, e que se assegure a administração independente, profissional e idônea dos fundos. É necessário um novo marco institucional para o setor.

A previdência privada, que compreende os fundos de capitalização, fechados e abertos, é de grande importância no processo de reforma da seguridade social no Brasil. No entanto, no texto constitucional vigente há pouquíssimas referências à previdência complementar e, em sentido mais amplo, à previdência privada. Essa situação terá de mudar, em face do aumento da necessidade de busca de novas alternativas para a viabilização da previdência social no País. Os sistemas baseados na repartição simples de receitas serão sempre dependentes da solidariedade das gerações futuras, enquanto os fundos de pensão podem oferecer uma base de sustentação mais sólida, menos dependente da conjuntura futura.

No Brasil, infelizmente, têm sido detectados muitos problemas com o setor nos últimos anos. Em 1992, houve uma CPI no Senado Federal que investigou os Fundos de Pensão. Em 1995, foi a vez de a Câmara dos Deputados instalar sua CPI. Os Deputados que subscreveram o requerimento apontaram as constantes denúncias de irregularidades em relação à administração das entidades abertas e fechadas de previdência privada como o fator de maior relevância para a constituição da CPI.

Ao lado de graves denúncias, dois aspectos mereceram uma atenção especial da CPI: de um lado, a fragilidade do marco legal do setor de previdência privada e, de outro lado, a precária fiscalização das atividades das entidades de previdência privada, apesar de haver pelo menos uma dúzia de órgãos e instituições partilhando essa responsabilidade.

De fato, a previdência privada merece especial atenção, não só pelo fato de todos os grandes escândalos financeiros contarem com a participação dos fundos de pensão, mas também e principalmente porque milhares de participantes dependem diretamente do bom desempenho dessas entidades para verem garantida a complementação de sua aposentadoria para a qual contribuem regularmente.

Além disso, a previdência privada representa uma das principais, senão a principal, fonte de financiamento de longo prazo para o desenvolvimento econômico do País.

A urgência para que se defina um novo ordenamento jurídico para a previdência privada decorre, ainda, entre outros, do grave desequilíbrio financeiro dos fundos de pensão patrocinados por estatais federais. A sua insuficiência de cobertura aumentou em 6,9% de 1994 para 1995, enquanto os ativos diminuíram em 1,82%. As informações, quanto a 1996, apontam para a mesma tendência de fragilidade dos fundos de pensão.

E, pois, de extrema importância que se defina um novo marco jurídico para o setor, principalmente quanto à regulação e fiscalização da previdência privada, e que se dê um tratamento específico às entidades patrocinadas por empresas estatais.

A aposentadoria por tempo de serviço

O Brasil é um dos poucos países do mundo a adotarem um sistema previdenciário com base no tempo de serviço. Os outros são: Benin, Egito, Equador, Irã, Iraque, Itália e Kuwait (ver quadro a seguir). Mas o Brasil é o único que permite o retorno dos aposentados ao mercado de trabalho. (Quadro 3).

Países que Adotam a Aposentadoria por Tempo de Serviço

Países	Tempo Mínimo Serviço (anos)	Cálculo	Valor do Benefício		Afastamento Obrigatório
			Min.	Max.	
Benin	30	30%+2% p.a.	80%	90%	Sim
Brasil*	30(h) e 25(m)	70%+6% a.p.	70%	100%	Não
Egito	20	2,22% p.a.	44%	90%	Sim
Equador	35	50%+1,25% p.a.	50%	100%	Sim
Irã	30	2,9% p.a.	50%	100%	Sim
Iraque	30	2,5% p.a.	75%	100%	Sim
Itália	35	1% a 2% p.a.	35%	80%	Sim
Kwait	20	65%+2% a.p.**	65%	95%	Sim

A aposentadoria por tempo de serviço é devida a partir do momento em que o segurado completa 25 anos de serviço, se mulher, ou 30, se homem, sendo o seu valor integral, no caso de professores, e proporcional, para os demais

segurados, os quais têm direito ao valor integral, respectivamente, aos 30 ou 35 anos de serviço.

Deve-se observar que os trabalhadores do setor privado que se aposentam com o tempo mínimo de serviço exigido recebem 70% do que fariam jus se esperassem mais cinco anos para requerer o benefício. Ademais, cada ano de serviço além daquele mínimo representa um acréscimo de 6% nesse percentual, que não pode ultrapassar 100%.

No setor público, a forma de cálculo do valor do benefício não segue esses mesmos critérios.

Para os servidores públicos federais, por exemplo, a sistemática de cálculo é bem mais generosa, pois a proporcionalidade só incide sobre o vencimento e gratificações permanentes. Ou seja, independentemente do seu tempo de serviço, o servidor continua a receber, ao se aposentar, a totalidade das parcelas referentes à incorporação de gratificação por função, adicional por tempo de serviço e gratificações de produtividade, além de ter assegurada a percepção de quaisquer vantagens que venham a ser concedidas aos ativos.

Ressalte-se que as parcelas incorporadas integralmente na aposentadoria proporcional são percebidas, em geral, pelos servidores de mais elevada remuneração.

Para justificar a aposentadoria por tempo de serviço, argumenta-se impropriamente que a maioria absoluta dos brasileiros, principalmente os de mais baixa renda, começa a trabalhar muito cedo, entre os 10 e os 14 anos de idade, e que a nossa expectativa de vida ao nascer praticamente coincide com a idade para a concessão da aposentadoria por velhice. Com isso, sem a aposentadoria por tempo de serviço, a grande maioria da população, após muitos anos de serviço, estaria condenada a morrer sem jamais receber o benefício previdenciário.

As pesquisas demonstram, no entanto, que esses argumentos são completamente falaciosos.

No que concerne à expectativa de vida ao nascer, já mencionamos que, no Brasil, essa variável é muito afetada pela mortalidade infantil, sendo mais adequado considerar a expectativa de sobrevida em faixas etárias mais elevadas.

Assim procedendo, constata-se que as pessoas que vivem o suficiente para pleitear aposentadoria por tempo de serviço podem esperar viver, em

média, muito mais do que os 66 anos correspondentes à expectativa de vida ao nascer. De fato, os que atingem, por exemplo, 50 anos de idade, podem esperar viver, em média, até os 71,9 anos, se homens, ou 76,2 anos, se mulheres. Note-se, ainda, que, nas idades de 60 e 65 anos, os dados do IBGE mostram que não existem grandes diferenças entre ricos e pobres, no que diz respeito à expectativa de sobrevida. Por outro lado, as pessoas que se aposentam por tempo de serviço contribuem por menos tempo e depois permanecem mais tempo recebendo os benefícios. (Quadro 4).

Quadro 4: Duração Média dos Benefícios

	Homens	Mulheres
T.S.	17,6 anos	22,4 anos
Especial	19,2 anos	24,9 anos
Idade	10,8 anos	16,5 anos
Invalidez	16,0 anos	22,6 anos

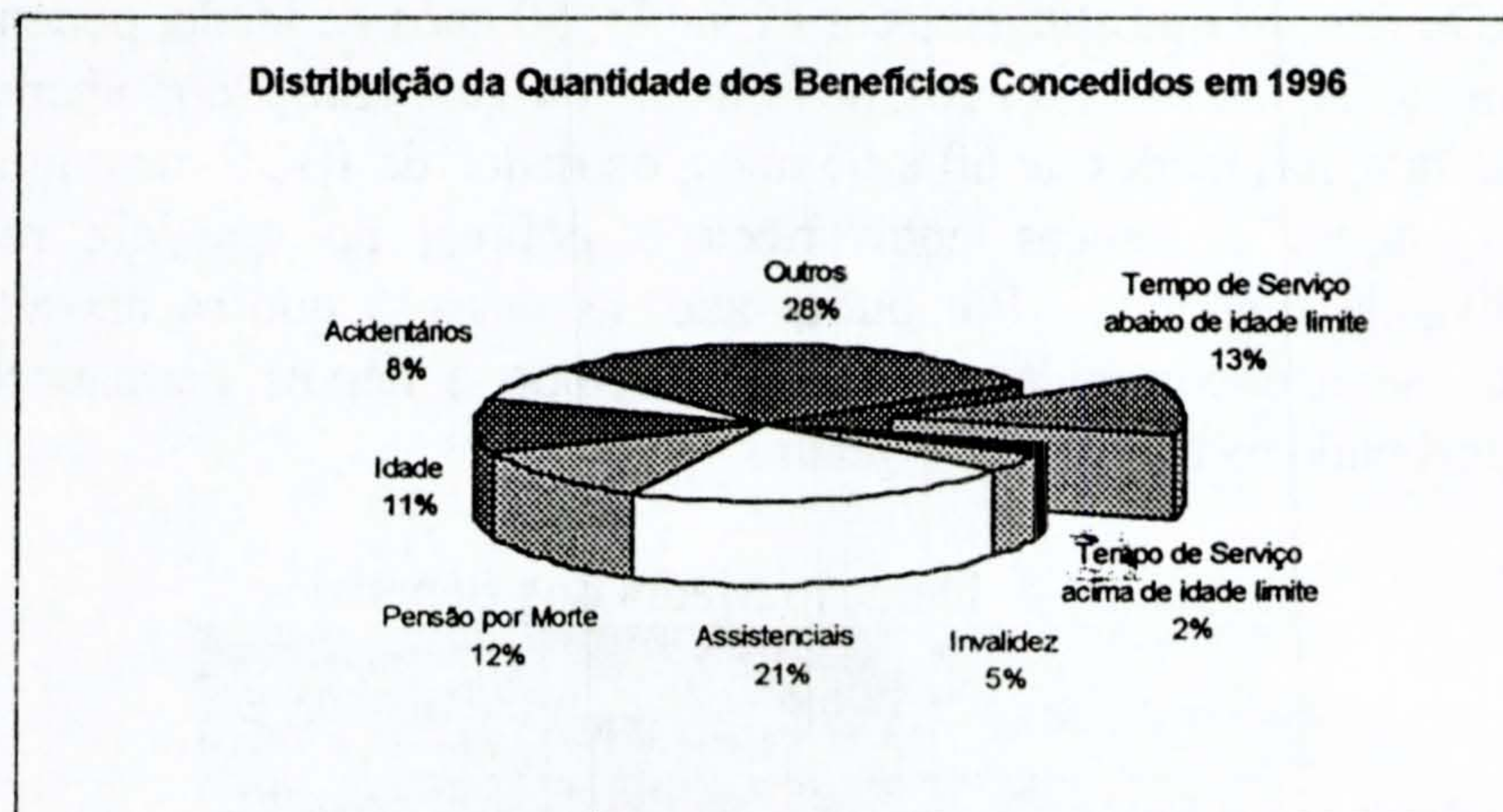
Ademais, pesquisas demonstram que só trabalhadores com empregos estáveis e de renda mais elevada conseguem comprovar o tempo de serviço exigido e o fazem freqüentemente aos 45 anos ou menos de idade.

Os trabalhadores de renda mais baixa sempre se aposentam depois dos 60 anos. Com isso, tem-se um processo de redistribuição de renda às avessas, com os mais pobres trabalhando por um período maior, para financiar a aposentadoria dos mais ricos, que passam mais tempo em gozo do benefício.

Nesse sentido, a aposentadoria por tempo de serviço tornou-se um expediente capaz de garantir aposentadorias precoces para segmentos de melhor renda, que geralmente não abandonam o mercado formal de trabalho. Nesses casos, a aposentadoria tornou-se uma simples complementação de renda.

É interessante observar alguns dados sobre esse benefício.

No âmbito do INSS, foram concedidos, em 1996, 2,2 milhões de novos benefícios, sendo que 302 mil – cerca de 15% do total – foram aposentadorias por tempo de serviço.

Gráfico 11

Como expresso na tabela a seguir, as aposentadorias urbanas por idade, que beneficiam uma clientela de baixo poder aquisitivo, foram concedidas a pessoas na faixa dos 62,7 anos de idade, em média. Já as aposentadorias urbanas por tempo de serviço, cujos beneficiários são pessoas de maior poder aquisitivo, foram concedidas a pessoas na faixa dos 49,4 anos de idade, em média. As pessoas de baixo poder aquisitivo que excepcionalmente conseguem se aposentar por tempo de serviço geralmente o fazem em idades mais elevadas.

Quadro 5
INSS: Idades médias na concessão de benefícios – 1991 a 1996

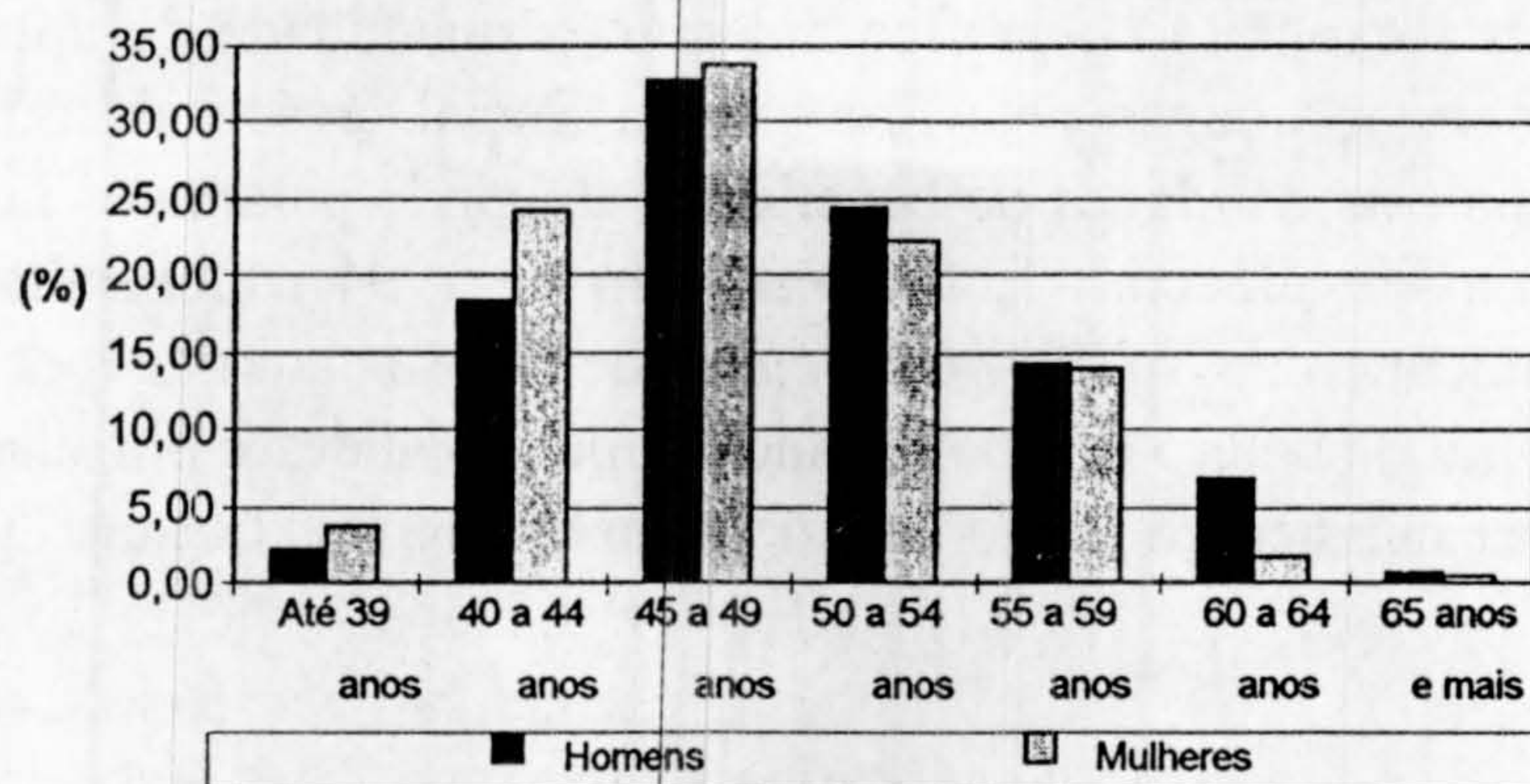
Grupos de Espécies	Total	Homens	Mulheres	Total Urbano	Total Rural
Aposentadoria por Idade					
1991	64,74	-	-	63,07	66,06
1992	63,20	64,13	62,56	64,94	62,84
1993	62,85	64,46	62,00	65,03	62,49
1994	62,93	64,92	61,82	64,96	62,28
1995	63,36	65,45	61,76	64,88	61,74
1996	60,96	62,89	59,34	62,72	59,70
Apos. Tempo de Serviço					
1991	-	-	-	53,14	-
1992	53,19	53,59	51,48	53,19	57,26
1993	52,97	53,42	51,20	52,96	56,69
1994	52,74	53,17	50,95	52,74	57,24
1995	51,50	51,89	49,95	51,50	55,52
1996	49,44	49,68	48,33	49,43	53,08

Fonte: DATAPREV / SÍNTESE e Anuário Estatístico da Previdência Social 4.2

Além disso, os dados de 1996 revelam que 69% dos homens se aposentam com 30 a 34 anos de serviço e 78,1% das mulheres se aposentam com 25 a 29 anos de serviço. Da mesma forma, 78,3% dos homens e 83,9% das mulheres se aposentam com menos de 55 anos de idade.

Gráfico 12

Distribuição da Concessão da Aposentadoria por Tempo de Serviço por Faixa Etária - RGPS/1996



Obs: A distribuição por idade refere-se somente aos 15% do total de benefícios concedidos, que são aqueles referentes às pessoas que se aposentam por tempo de serviço.

Contribui para acentuar ainda mais essas distorções o fato de que a idade média de concessão da aposentadoria urbana por tempo de serviço tem caído vertiginosamente. De 1992 a 1996, houve a diminuição de quase 4 anos na média de idade para a concessão dessa modalidade de benefício.

A precocidade na concessão de aposentadoria pode fazer com que o tempo médio de duração do benefício seja superior ao tempo de contribuição. De fato, dadas as estimativas do IBGE para a expectativa de sobrevida nas diversas faixas etárias, é de se esperar que, em média, as mulheres que se aposentam por tempo de serviço com 48,3 anos de idade, recebam a aposentadoria por 28 anos, depois de terem contribuído por apenas 27,1 anos.

Essa situação configura-se insustentável do ponto de vista atuarial e socialmente injusta, onerando as gerações atuais de contribuintes, principalmente os mais pobres, que, no regime de repartição, financiam tais distorções e, certamente, não se aposentarão nas mesmas condições.

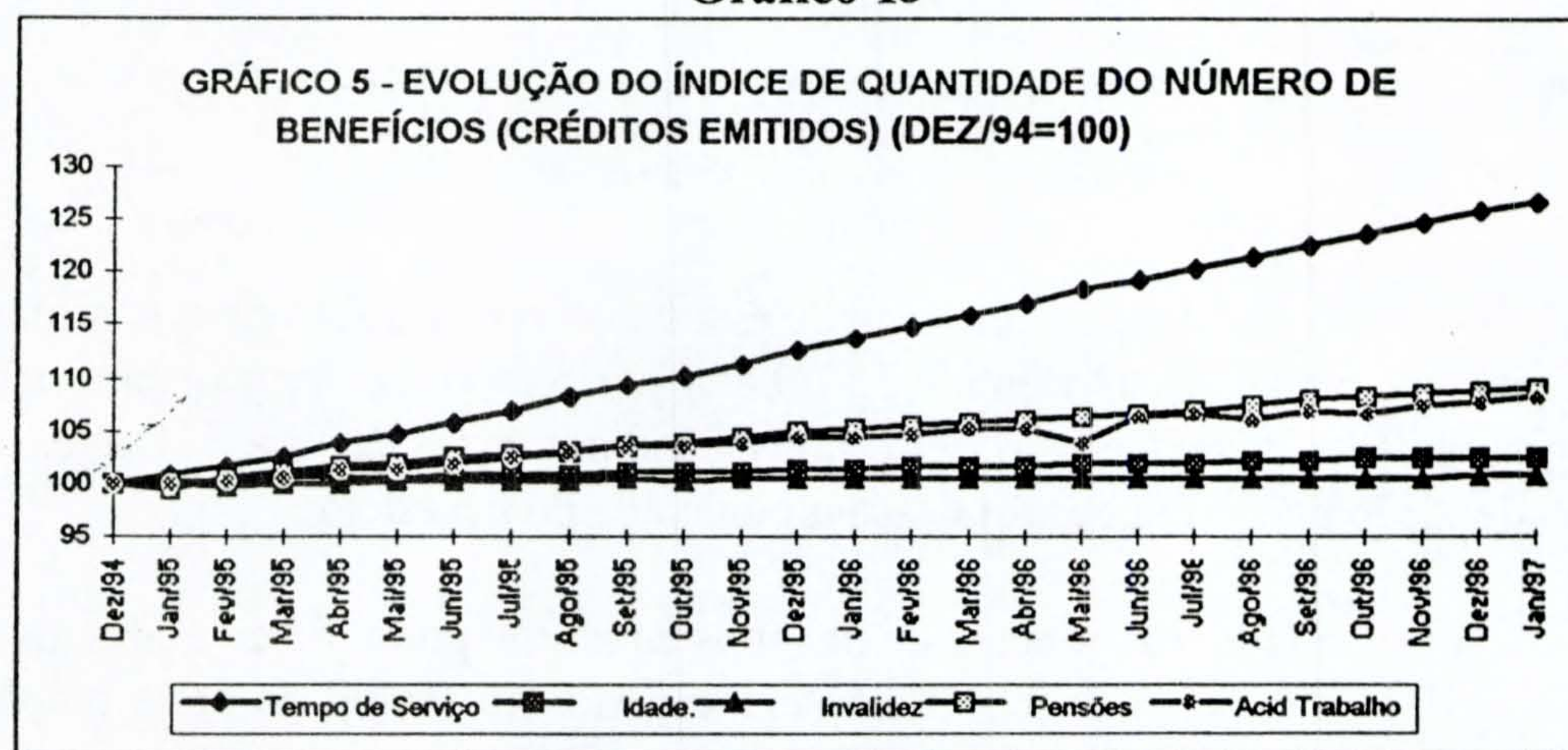
É interessante citar que, nos países da Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE), que são mais ricos e onde a expectativa

de vida é maior que a brasileira, a duração média do benefício previdenciário é de 18,6 anos para as mulheres e de 15,2 anos para os homens, conforme dados do Centro Latino-Americano de Demografia (CELADE).

Um outro ponto a observar é que as distorções no sistema previdenciário brasileiro, decorrentes da aposentadoria por tempo de serviço, tendem a se agravar se não forem introduzidas restrições a sua concessão, como a exigência de uma idade mínima que proponho em meu Substitutivo.

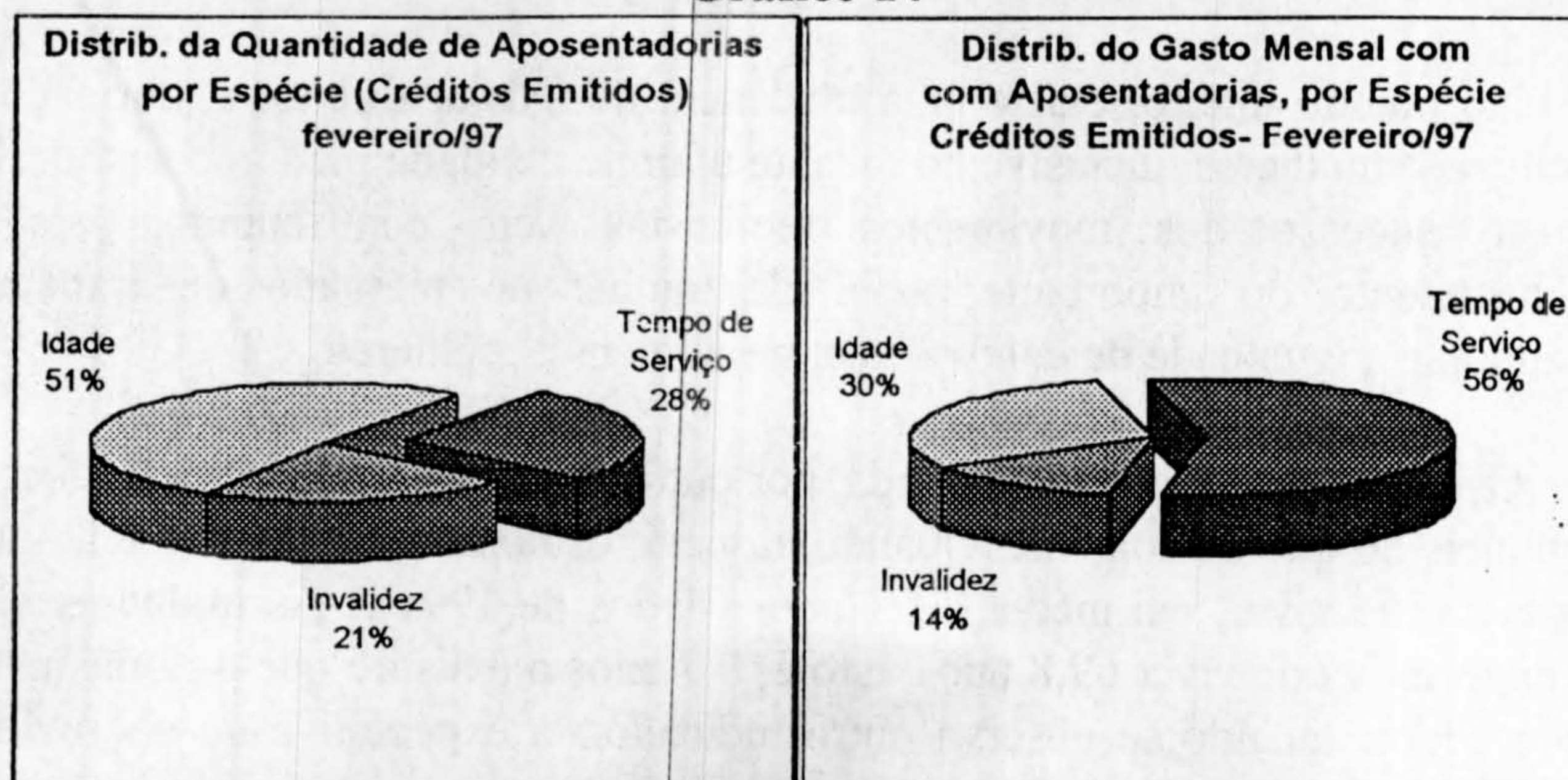
Como está explícito no gráfico a seguir, a quantidade de aposentadorias por tempo de serviço pagas pela Previdência Social cresce absurdamente em relação às demais modalidades de benefícios, atingindo patamares insuportáveis para o caixa da Previdência. Entre dezembro de 1994 e dezembro de 1996, houve um aumento de 25,8% no número de aposentadorias por tempo de serviço, enquanto o número de aposentadorias por invalidez e por idade, que são as modalidades clássicas e universais de aposentadorias, cresceu ao redor de 2%.

Gráfico 13



Deve-se salientar, ainda, que, conforme dados de fevereiro de 1997 dispostos nos gráficos a seguir, 4,8 milhões de beneficiários, equivalentes a 51% dos aposentados pelo INSS, recebem aposentadorias por idade, consumindo R\$ 650 milhões a cada mês, o que corresponde a 30% do gasto total com aposentadorias. Inversamente, 2,6 milhões de beneficiários, ou 28% do total de aposentados, recebem aposentadoria por tempo de serviço, sendo o gasto mensal com essa modalidade de R\$ 1,25 bilhão, equivalentes a 56% do total de despesas com aposentadorias. Assim sendo, o valor médio das aposentadorias por idade é de R\$ 133,90, enquanto que o das aposentadorias por tempo de serviço alcança R\$ 476,20.

Gráfico 14



Com relação aos servidores civis do Executivo na União, a partir de dados obtidos por amostragem e referentes a novembro de 1995, estimou-se a idade média de aposentadoria voluntária com proventos integrais em 57,8 anos para os homens e 54,5 anos para as mulheres. Ademais, 67,5% dos servidores do sexo masculino se aposentaram antes de 60 anos de idade e 60,3% das mulheres o fizeram com menos de 55 anos.

A situação piora quando consideramos a modalidade proporcional da aposentadoria por tempo de serviço, que permite precocidade ainda maior na obtenção do benefício: a idade média de aposentadoria foi, nesse caso, 55,3 anos e 51,8 anos, respectivamente, para os servidores do sexo masculino e do feminino, sendo que 72,7% dos servidores civis masculinos se aposentaram com menos de 60 anos e 71,3% das mulheres com menos de 55 anos de idade.

Em relação às mulheres, deve-se mencionar ainda que, de 1994 para 1995, houve um aumento de 60% no número de aposentadorias proporcionais concedidas, enquanto as aposentadorias integrais cresceram apenas 8%.

A taxa de retorno do indivíduo que se aposenta na modalidade proporcional, cabe ressaltar, tende a ser maior do que a daquele que se aposenta na integral, pois deixa de contribuir antes para a Previdência e recebe o benefício por mais tempo.

Os dados acima apresentados para a aposentadoria por tempo de serviço permitem vislumbrar outra característica do sistema previdenciário brasileiro que se distancia da tendência mundial: às diferenciações por gênero.

As diferenciações por gênero

No mundo inteiro, existe uma tendência de igualar direitos e obrigações de homens e mulheres, inclusive no tocante a limite de idade para aposentadoria. O justo sucesso dos movimentos feministas vem contribuindo para o reconhecimento do importante papel da mulher no mercado de trabalho, buscando-se a igualdade de condições entre homens e mulheres.

Os dados de expectativa de vida, por outro lado, mostram que as mulheres vivem mais do que os homens. Quando nascem, os homens brasileiros têm uma expectativa de viver, em média, 61,1 anos (dados de 1991). As mulheres têm uma expectativa de viver 69,8 anos, isto é, 8,7 anos a mais do que o homem. O mesmo ocorre quando se observa outro indicador: a expectativa de sobrevida, isto é, o número de anos adicionais que uma pessoa pode esperar viver após uma certa idade. Tomando-se a população com cinquenta anos de idade, a expectativa de sobrevida é de mais 21,9 anos para os homens e de 26,2 anos para as mulheres.

Nesse contexto, não há justificativa lógica para que as mulheres se aposentem antes dos homens. No entanto, parece-nos que a sociedade brasileira não está ainda convicta de que os requisitos para aposentadoria devam ser os mesmos para ambos os sexos. Por essa razão, embora não tenha, nesse caso, respaldo da lógica demográfica, mantenho, em meu Substitutivo, a diferença de 5 anos em favor das mulheres, tanto em limite de idade como de contribuição.

II.4 - AS TENDÊNCIAS MUNDIAIS

É importante observar, no entanto, que a crise que abrange o sistema de previdência social não afeta apenas o Brasil.

Trata-se de fenômeno que vem ocorrendo em muitos países, inclusive em países desenvolvidos que se notabilizaram pela excelência do Estado Social, como a Suécia e a Alemanha. Vários países vêm adotando ou discutindo reformas corajosas dos seus sistemas de previdência. Entre eles, destacam-se os Estados Unidos, a Espanha, a Alemanha, a Suécia, a Hungria, o Chile, a Argentina, a Austrália, o Peru e o Uruguai.

Durante os trabalhos de preparação deste Parecer, realizamos, no Senado Federal, um **Seminário Internacional sobre a Previdência Social**, para o qual convidei todos os membros do Congresso Nacional. Minha intenção, ao convocar esse Seminário, foi a de conhecer o que está acontecendo em outros países e observar como a questão da previdência vem sendo tratada.

Com o apoio do IPEA, reuni expositores de diversos países e do Banco Mundial para relatarem e debaterem suas experiências. Esse encontro, de grande valor informativo, corroborou todas as minhas preocupações diante da difícil questão previdenciária no Brasil e também as premissas que fundamentaram minha proposta de Substitutivo, que já se encontrava então delineada.

Uma conclusão irrefutável, a partir da comparação entre a proposta que ora apresento e a experiência internacional, é que *a reforma possível, no Brasil, neste momento, não é ainda a reforma definitiva que precisa ser feita em nosso sistema da previdência*. Antes de uma reforma mais profunda, precisamos corrigir falhas gritantes. A previdência brasileira precisa retomar o contato com as bases doutrinárias que justificaram a sua criação. Contudo, devemos nos apressar, porque o problema se torna progressivamente mais grave com o passar do tempo.

Problemas de desequilíbrio fiscal, déficit atuarial, iniquidade e distorções ocorrem, em maior ou menor grau, em muitas economias. No momento, entretanto, parece-me que é no Brasil que eles se mostram mais agudos. Mesmo porque outros países já vêm enfrentando o problema com reformas profundas.

Nos Estados Unidos, predomina a preocupação com o longo prazo. O Congresso tem a responsabilidade de assegurar o equilíbrio atuarial do sistema pelos 75 anos seguintes, cobrindo o espaço de três gerações. Embora, de acordo com os estudos atuariais, o sistema esteja em equilíbrio pelos próximos 25 a 30 anos, um possível déficit depois desse período já é discutido hoje como uma crise preocupante. A questão do envelhecimento da população e a sustentabilidade a longo prazo do sistema previdenciário é tema recorrente na sociedade americana. Lá não existe aposentadoria por tempo de serviço e o cálculo do valor do benefício é feito com base na média dos salários dos últimos 35 anos. A reforma em discussão pretende estender esse prazo para 38 anos.

O Chile implementou sua reforma em 1981, uma experiência que já dura mais de 15 anos. O novo sistema, que substituiu completamente o antigo, é gerenciado pelo setor privado, baseia-se em esquema de capitalização com contribuição definida e garante pensão mínima para os aposentados.

A reforma peruana foi implementada em 1993. Embora criando um sistema novo, tornou opcional a adesão por parte dos trabalhadores. O novo sistema também é gerenciado privadamente, baseia-se em capitalização com contribuições definidas (em vez de benefício definido) e assegura pensão mínima.

A Argentina avançou na direção de um sistema privado com contribuições definidas, porém opcional. Os trabalhadores têm a escolha entre permanecer num sistema totalmente público ou aderir a um sistema privado baseado no princípio da capitalização das contribuições.

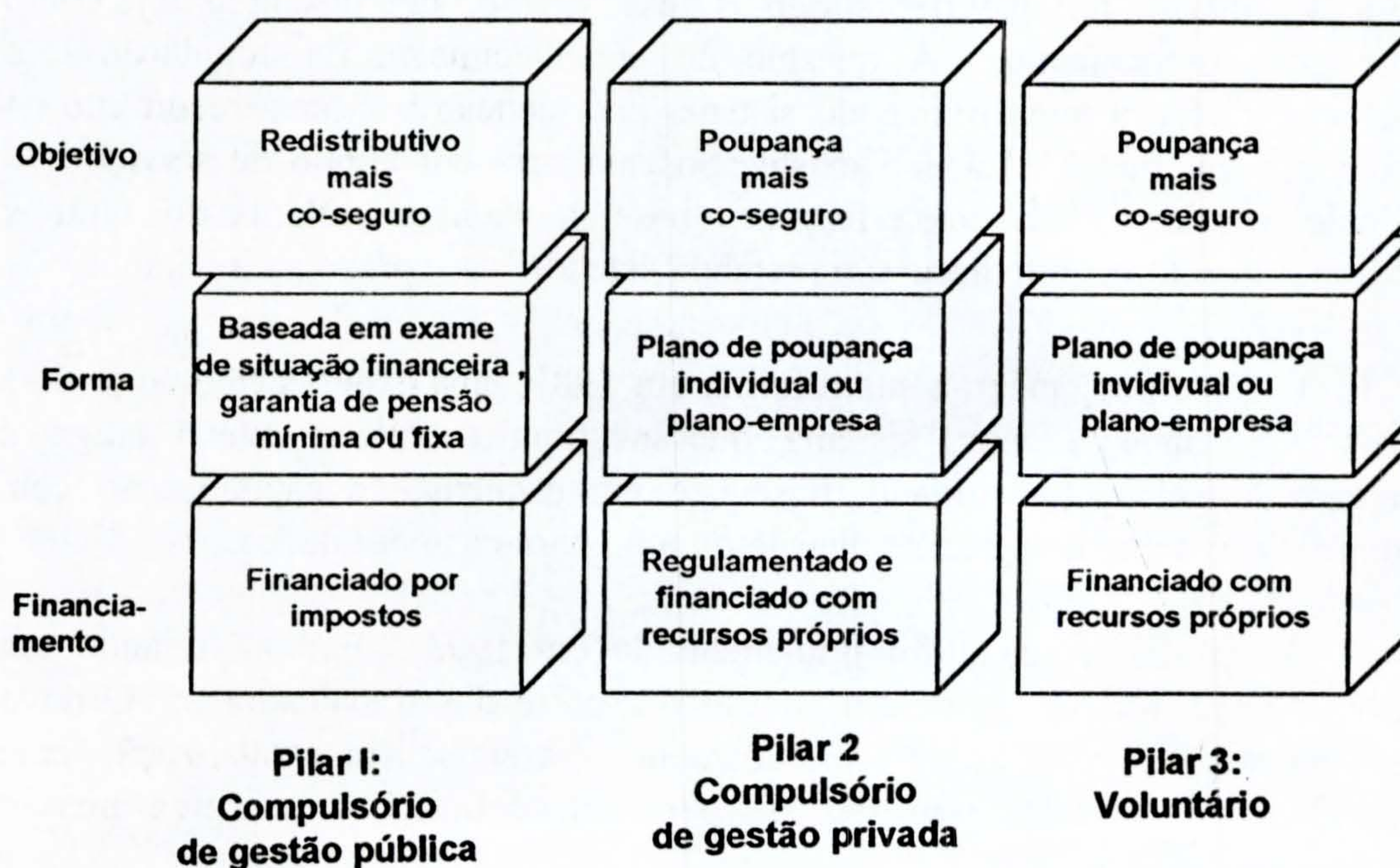
No Uruguai, o novo sistema, implementado em abril de 1996, é baseado em múltiplos pilares, inclui a capitalização em fundos privados e mantém o sistema público, opcional para os trabalhadores com menos de 40 anos e mandatório para os demais, com benefícios definidos.

A reforma sueca exige que o sistema seja autofinanciável e que os benefícios se baseiem na média dos ganhos durante toda a vida, e não nos últimos salários, como no Brasil.

A reforma do sistema previdenciário da Hungria, por sua vez, foi motivada por uma imensa crise fiscal decorrente do paternalismo prevalecente anteriormente. A reforma, que segue o modelo dos três pilares adotados na América Latina, inclui aumento do limite de idade para aposentadoria, bem como medidas para reduzir o valor dos benefícios.

As tendências que seguem as diversas reformas, em particular na América Latina, têm elementos comuns. Muitos países estão adotando, ou já adotaram, medidas com vistas a um sistema de previdência social baseado em 3 pilares (ver Gráfico 15):

Gráfico 15
Características Predominantes dos Modelos de
Reforma da Seguridade Social na América Latina



a) o primeiro, mandatório e de caráter redistributivo, objetiva assegurar um benefício mínimo para toda a população em idade de se aposentar. Este sistema é gerenciado pelo setor público;

b) o segundo, também mandatório, adota o regime de contribuição definida (em vez de benefício definido). Esse sistema é regulado pelo setor público, porém operado pelo setor privado; e

c) o terceiro, voluntário, é financiado com fundos privados, dos próprios beneficiários, e operado pelo setor privado. Também requer regulação governamental.

Em síntese, muitos países estão enfrentando a crise da previdência com reformas corajosas. Em geral, as reformas desses países estão buscando alcançar, em primeiro lugar, a sustentabilidade financeira do sistema, no longo prazo. Outros objetivos são os de minimizar conflitos intergeracionais, elevar a capacidade de poupança, eliminar desequilíbrios fiscais e reduzir distorções alocativas no sistema econômico (por exemplo, o efeito dos encargos previdenciários sobre o custo do fator trabalho).

Há tendência, como acima exposto, à adoção de sistemas múltiplos diferenciados (sistemas multi-pilares). Muitos incluem um esquema de capitalização obrigatória, enquanto reconhecem que o sistema de previdência social tem implicações para o crescimento e a eficiência da economia e deveria ser forte o suficiente para resistir às mudanças demográficas em curso.

II.5 – CONDIÇÕES PARA O SUCESSO DA REFORMA PROPOSTA

Estou convencido de que as medidas propostas no Substitutivo que agora apresento poderão mudar as tendências atuais dos diversos regimes de previdência social, na direção de maior sustentabilidade, justiça e equidade.

Contudo, as medidas não dispensam – ao contrário, exigem – o contínuo esforço do governo e da sociedade na busca de maior eficiência administrativa, transparência e honestidade na gestão dos recursos. Devo reconhecer o esforço que já vem sendo feito pelo Governo, através de medidas de grande importância, tais como o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

Será necessário, além disso, que se estabeleçam mecanismos para a regulação independente, o monitoramento e avaliação permanentes da previdência social no Brasil.

Em particular, é necessário que o Congresso Nacional disponha de informações confiáveis, de caráter analítico e atuarial, necessárias para acompanhar a evolução da previdência social brasileira.

Penso em um Grupo de Estudos de caráter permanente, institucionalmente incumbido de coletar e produzir essas informações, de modo a dar condições aos membros do Congresso de adotar, em tempo, as medidas necessárias visando à sustentabilidade financeira e à adequabilidade da Previdência Social. É necessário que a sociedade brasileira e, de modo particular, o Congresso Nacional, acompanhem permanentemente, com o auxílio de indicadores adequados, o desempenho dos diversos regimes. As informações deverão ser confiáveis e transparentes, para que, do amplo debate envolvendo todos os interessados, possa resultar a conscientização sobre a necessidade de adoção das medidas requeridas para manter a sustentabilidade do sistema.

Em meu Substitutivo, como veremos a seguir, procuro enfrentar os problemas anteriormente mencionados, visando a reduzir, dentro do possível, as distorções do sistema previdenciário brasileiro e adequá-lo melhor aos princípios básicos que devem nortear uma previdência social pública.

As alterações que introduzi, nem sempre na intensidade tecnicamente recomendável, levam em consideração o grau de conscientização atual da sociedade sobre a origem das dificuldades vislumbradas e sobre as medidas necessárias a uma correção de rumo.

As propostas contidas no meu Substitutivo representarão, com certeza, um passo de extrema importância no sentido de afastar o fantasma de inviabilização que ronda a previdência social em nosso País. É provavelmente tudo o que pode ser feito no momento.

É possível que outras reformas ainda mais profundas venham a tornar-se imprescindíveis dentro de algum tempo, mas elas deverão resultar do consenso que se possa estabelecer com a democratização das informações e análises sobre todos os aspectos dos diversos regimes da previdência social.

Há, no entanto, muito que se pode fazer agora, conforme veremos a seguir.

II.6 – A NOSSA PROPOSTA

Princípios básicos

Todos os privilégios e distorções antes citados são incompatíveis com o que se espera de um sistema de Previdência Social. É necessário que haja a adequação a alguns princípios básicos, que orientam a maior parte dos sistemas previdenciários no mundo.

O primeiro princípio é o da proteção em caso de perda da capacidade de trabalho. A aposentadoria é um seguro de renda destinado àqueles que perderam sua capacidade de trabalho e está relacionado, essencialmente, à velhice. O limite de idade para a concessão desse benefício, portanto, é um dos princípios universais em que se baseiam os sistemas previdenciários em todo o mundo. A quase totalidade dos países o adota. E, na maioria dos casos, a concessão da aposentadoria pressupõe o não retorno do trabalhador ao mercado de trabalho.

A aposentadoria não é um complemento de renda que o trabalhador, depois de certo tempo de serviço, pode dispor. Não faz sentido que o cidadão, depois de obter a aposentadoria, retorne ao mercado de trabalho para disputar, com os mais jovens, os empregos disponíveis. Não faz sentido, igualmente, que a sociedade arque com os custos desse benefício, se o cidadão ainda tem plena capacidade de trabalho.

O segundo princípio é o do caráter contributivo com equidade. Um sistema de proteção ao trabalhador, como o previdenciário, de prestação continuada, envolve uma enorme massa de recursos e de obrigações. Para que ele sobreviva ao longo do tempo, é necessário que cada participante contribua com uma parcela de sua renda, durante sua vida ativa. Se um cidadão recebe uma aposentadoria sem ter, em algum momento, contribuído para ela, o sistema como um todo estará pagando a conta de seu benefício, pois os recursos terão que ser retirados de outros contribuintes.

Ao mesmo tempo, a contribuição precisa ser estabelecida de acordo com a capacidade de cada indivíduo, e a retribuição deve ser proporcional a essa mesma contribuição. Esse é o princípio da equidade. Quando isso não ocorre,

determinadas pessoas ou grupos de pessoas estarão usufruindo vantagens para as quais não contribuíram devidamente.

Há também os princípios da **universalidade e uniformidade**. Todos os membros da sociedade devem estar protegidos pelo sistema de seguridade social, de acordo com o princípio da universalidade. Os riscos sociais atingem a todos e, por essa razão, não faz sentido que apenas alguns grupos fiquem protegidos e outros não. Esse princípio permite que o Estado imponha a obrigatoriedade da adesão ao sistema, de tal forma que a proteção seja estendida a todos os cidadãos. Na medida do possível, mediante a previdência social. No entanto, para os necessitados e para aqueles em situação especial de carência social, mediante a assistência social.

O sentido de justiça, que deve imperar em sistemas como esses, impõe a uniformização das regras, de maneira que os benefícios sejam semelhantes para o universo dos participantes. Não é aceitável, sob nenhum ponto de vista, que as regras diferenciem categorias profissionais ou que privilegiem alguns cidadãos, em detrimento de outros, sem razões que sejam do conhecimento da sociedade e por ela aceitas.

O último princípio é o da **viabilidade a longo prazo**. Por definição, o sistema previdenciário depende de variáveis de difícil previsão. Essas variáveis podem ser de natureza demográfica, estarem relacionadas com o nível da atividade econômica ou com as transformações a que o mercado de trabalho está sujeito ao longo do tempo. É difícil avaliar, com exatidão, a duração dos benefícios concedidos ou se, com todas as mudanças populacionais e de mercado de trabalho em curso, a forma de financiamento será suficiente para cobrir os benefícios mantidos.

O equilíbrio financeiro e atuarial é necessário não apenas para dar segurança às pessoas que contribuem mensalmente para o sistema, cuja expectativa é usufruir dos benefícios no futuro, mas também para garantir o pagamento dos benefícios àqueles que contribuíram no passado. Os cálculos dos atuários, portanto, são feitos para várias gerações.

Assim, a implementação de tais princípios é uma exigência imposta pelas mudanças na política e na economia do País. Por um lado, a democracia exige transparência na alocação de recursos públicos escassos, uniformidade de regras com o fim de privilégios e prioridade para a realização de despesas com maior retorno social. Por outro lado, a necessidade de incremento de competitividade exige uma reestruturação produtiva com ênfase na equidade social e na liberação de recursos para investimentos em capital humano, de modo a criar condições

sistêmicas para a sustentação de um novo modelo de desenvolvimento econômico que permita a participação do Brasil em um mundo globalizado.

Aspectos gerais do Substitutivo

Em consonância com os princípios acima explicitados, o Substitutivo que proponho ataca os problemas e distorções de nosso sistema previdenciário, introduzindo várias alterações no texto constitucional. Mantém, entretanto, algumas características do sistema vigente, que julgamos que a sociedade brasileira ainda deseja ver preservadas.

Particularmente relevante, entre as características mantidas, é a distinção entre os regimes previdenciários para os servidores públicos e os trabalhadores do setor privado. Essa separação de regimes, entretanto, não impediu que incluíssemos algumas restrições comuns a esses regimes, adiante comentadas, e que deixássemos determinado que o regime dos servidores públicos deverá observar, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

Nesse contexto, cada nível de governo manterá, como ocorre atualmente, o regime previdenciário próprio dos seus servidores, enquanto que os trabalhadores do setor privado se filiarão ao regime geral ora gerido pelo INSS. Nesses regimes, as formas de cálculo e de reajustamento do valor dos benefícios receberam tratamento diferenciado.

O servidor público civil continuará tendo os seus proventos de aposentadoria e a pensão referidos à última remuneração que percebia na ativa, fazendo jus a reajustes para manter o seu valor real sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade. Enquanto isso, remetemos à lei a determinação da forma de cálculo e de reajustamento do valor dos benefícios para os trabalhadores do setor privado, conservando os dispositivos da Constituição de 1988 relativos à atualização dos salários-de-contribuição considerados nesse cálculo, o valor mínimo dos benefícios e a preservação, em caráter permanente, de seu valor real.

Vale salientar que estendemos, no que couber, aos ministros do Tribunal de Contas da União e aos membros da magistratura e do Ministério Público as normas aplicáveis à aposentadoria e pensão dos servidores públicos civis.

Para os servidores militares, como em quase todos os países e tendo em vista a linha adotada pelo Poder Executivo e pela Câmara dos Deputados, que

reconhece suas peculiaridades profissionais, optamos por preservar o seu regime previdenciário próprio, que deverá, entretanto, passar a ser definido por lei complementar. Esta lei complementar deverá ser encaminhada ao Congresso Nacional até seis meses a contar da publicação da Emenda.

Da mesma forma, a concessão e manutenção de aposentadoria e pensão decorrentes do exercício de mandato eletivo, comentadas adiante com mais detalhes, deverão ter suas normas gerais fixadas em lei complementar.

Aposentadoria por tempo de serviço

No que concerne aos novos requisitos a serem observados, tanto no regime previdenciário dos servidores públicos civis, quanto no dos trabalhadores da iniciativa privada, devemos destacar como ponto central a alteração na aposentadoria por tempo de serviço, que passa a só ser devida a quem atinge 35 anos de contribuição e 60 de idade, se homem, e 30 anos de contribuição e 55 de idade, se mulher. Para os professores que exercem efetivamente as funções de magistério no ensino fundamental, a lei poderá reduzir em 5 anos cada um desses requisitos. Fica expressamente vedada, no entanto, a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos diversos segurados e aos servidores públicos, ressalvando-se tão-somente os que exercem atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Dada a importância dessa mudança na aposentadoria por tempo de serviço, convém esclarecer que todas as proposições que vêm sendo discutidas no âmbito da reforma da previdência eliminam a aposentadoria por tempo de serviço proporcional, enquanto que a introdução de limite mínimo de idade está presente nas principais proposições.

De fato, a proposta do Poder Executivo, embora não dispusesse, explicitamente, sobre o assunto, deixava o caminho aberto para a regulamentação do limite de idade por lei complementar. Já a Emenda Aglutinativa do Deputado Michel Temer estabelecia essa exigência apenas para o regime do servidor público.

As propostas de emenda à Constituição apresentadas pelo Deputado Eduardo Jorge (PEC n.º 172/93, na Câmara dos Deputados) e pelo Senador Roberto Freire (PEC n.º 14/96) buscam assegurar a todos, mediante regime unificado, aposentadoria aos 34 anos de serviço, condicionada a critérios que considerem, simultaneamente, remuneração e idade do segurado, segundo lei

que disporia sobre o assunto. Ademais, a PEC do Deputado Eduardo Jorge elimina a aposentadoria especial do professor e a do Senador Roberto Freire a limita aos professores do ensino fundamental.

Apesar de a Câmara dos Deputados não ter acatado a proposta do Poder Executivo, no tocante à combinação entre tempo de contribuição e idade mínima, adoto o limite mínimo de idade em meu Substitutivo, por estar convencido de que essa é uma medida de grande alcance social.

Por outro lado, ao contrário das demais propostas de reforma da previdência social, que tinham previsão de eficácia a partir de uma lei ou ao final de um certo prazo, o meu Substitutivo propõe a imediata vigência das novas regras de acesso à aposentadoria. No entanto, em respeito aos direitos adquiridos e à expectativa de direitos dos atuais servidores públicos e segurados da Previdência Social, o Substitutivo estabelece regras de transição opcionais para aposentadoria por tempo de serviço, quer em termos integrais ou proporcionais. Essas regras de transição estão expressas nos arts. 3º, 9º e 10 do Substitutivo.

Para aqueles que implementarem, até a data da publicação da Emenda, todos os requisitos atualmente exigidos para auferir aposentadoria, fica assegurado o seu direito a esse benefício nas condições então vigentes.

Os que ainda não tenham atendido a essas condições estarão sujeitos não só a um limite mínimo de idade (53 anos, se homem, e 48, se mulher), mas também ao cumprimento de um maior tempo de serviço. Ou seja, o tempo que falta para que a pessoa se aposentar pelas regras vigentes deverá ser acrescido em 20%, no caso de aposentadoria integral, e em 40%, na hipótese de aposentadoria proporcional.

Os professores, os magistrados e os membros do Ministério Público e de Tribunal de Contas estão sujeitos a essas mesmas regras, mas o seu tempo de serviço até a publicação da Emenda deverá ser contado com um acréscimo de 17%. No caso das professoras, esse acréscimo é de 20%.

Essas regras de transição, conforme explicamos em detalhes em documento que divulgamos amplamente, foram cuidadosamente elaboradas, levando em consideração a situação particular de cada um desses grupos. Como resultado, temos regras socialmente justas e perfeitamente assimiláveis pelos indivíduos por elas afetados.

Tempo de contribuição versus tempo de serviço

Outra alteração comum aos regimes previdenciários dos servidores públicos e dos trabalhadores da iniciativa privada refere-se à substituição do termo "tempo de serviço" por "tempo de contribuição", como a variável a ser considerada para efeito de habilitação aos benefícios.

Com efeitos benéficos sobre o equilíbrio financeiro e atuarial desses regimes, essa inovação traz, como idéia subjacente, o resgate do caráter efetivamente contributivo que deve permear esses regimes, evitando-se que períodos em que não foram feitas contribuições gerem direitos à percepção de benefícios.

Ressalte-se que a redação final da PEC aprovada na Câmara dos Deputados já traz essa mudança de termos. No entanto, um de seus dispositivos (o art. 2º, II) tornava essa alteração praticamente inócua, pois estabelecia que vários tempos de serviço sem o aporte de contribuições seriam considerados tempo de contribuição.

Em meu Substitutivo, esse dispositivo da equivalência de tempos foi retirado, explicitando-se, no entanto, por uma questão de justiça e coerência, que todo o tempo de serviço considerado para efeito de aposentadoria pela legislação vigente, se cumprido até que a nova lei discipline a matéria, será considerado como tempo de contribuição. Só não será permitida, entretanto, a contagem fictícia de tempos de serviço, como a contagem em dobro do período de licença prêmio e tantas outras identificadas nos regimes dos servidores públicos.

Deve-se notar que essa proibição de que a lei estabeleça qualquer forma de contagem fictícia de tempo de contribuição, é outro importante dispositivo, visando a coibir benesses socialmente indefensáveis.

Equilíbrio financeiro e atuarial

Várias das inovações acima referidas deverão contribuir decisivamente para o equilíbrio financeiro e atuarial dos diversos regimes previdenciários. Para fortalecer ainda mais esse princípio basilar, explicitamos claramente que todos esses regimes devem observar critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Para viabilizar a aplicação efetiva desse dispositivo, o Substitutivo explicita que os servidores públicos civis e seus pensionistas e o respectivo ente estatal devem contribuir para custear o seu regime próprio de previdência. A justificativa de tal proposta se baseia no fato de que as aposentadorias e pensões superam as remunerações na ativa, e estavam, até recentemente, isentas de qualquer recolhimento previdenciário. Como a previdência social é custeada por toda a sociedade brasileira, devem participar também de seu custeio aqueles diretamente interessados em sua solvência e vitalidade financeira. Seria diferente se esses regimes estivessem atuarialmente equilibrados e as aposentadorias e pensões refletissem toda a vida contributiva dos servidores. Como inexiste tal situação e o custo de manutenção desses benefícios recai sobre todos os brasileiros, não se justifica a ausência dos inativos no custeio da previdência social.

No âmbito da seguridade social, o Substitutivo define que as contribuições sociais dos segurados e as dos empregadores incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho só poderão ser utilizadas para o pagamento dos benefícios do regime geral de previdência social, atualmente gerido pelo INSS. Essa vinculação de receitas permitirá uma programação de longo prazo, garantindo que eventuais superávits possam ser acumulados, ao invés de se destinarem a outras despesas.

Assim, com a definição clara de fontes de financiamento adequadas, será possível estabelecer critérios precisos para a preservação do desejado equilíbrio financeiro e atuarial.

Período de carência

Um outro ponto, aprovado na Câmara dos Deputados e mantido em meu Substitutivo, é a exigência de 10 anos de efetivo exercício no serviço público, para a percepção de aposentadoria voluntária concedida por qualquer regime próprio de servidor público. Passa-se a exigir, ademais, 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

Essas exigências objetivam evitar a aposentadoria voluntária de pessoas recém-ingressadas no serviço público, bem como a concessão de benefícios com base na remuneração de cargos que tenham sido exercidos por um período de tempo muito exíguo.

A existência de regras diferenciadas para os trabalhadores do setor privado e os servidores públicos só se justifica na medida em que se considerem

diferentes as condições de trabalho desses dois segmentos da população. Assim sendo, é apenas uma questão de coerência exigir a permanência de um tempo mínimo no serviço público para que a pessoa possa ser considerada apta a receber um benefício definido especialmente para aquele grupo. É interessante citar que, atualmente, sem essa exigência e com a contagem recíproca de tempo de serviço, é possível a uma pessoa com apenas dois anos de serviço público federal usufruir de todas as regras especiais estabelecidas para esses servidores públicos.

Por outro lado, essas restrições visam a estabelecer uma correspondência mais rígida entre o valor do benefício a ser obtido e o montante das contribuições aportadas. O desequilíbrio entre essas duas variáveis gera a exigência de um aporte adicional de recursos, normalmente oriundo do Tesouro ou de contribuintes que, com raras exceções, não terão acesso à aposentadoria em condições similares.

Assim sendo, a imposição desses "períodos de carência" é importante, sob o ponto de vista do equilíbrio atuarial e da equidade, pois evita a concessão de benefícios a quem não tenha contribuído para aquele regime previdenciário, com base no valor sobre o qual será calculado o seu benefício, por um período de tempo minimamente aceitável. Ressalte-se que, para os que já são servidores públicos, exige-se o cumprimento somente dos 5 anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria voluntária.

Vedação de acumulação de proventos com remuneração

Todas as propostas de reforma analisadas proíbem a acumulação de provento de aposentadoria com remuneração de cargo, emprego ou função pública, o que foi mantido em meu Substitutivo. Ressalvamos, no entanto, todos os cargos acumuláveis na forma da Constituição, e os cargos eletivos.

Essas medidas devem contribuir também para desestimular a aposentadoria precoce, uma vez que coíbem uma prática que se estava verificando em níveis inaceitáveis: a de o servidor se aposentar com vistas a ingressar novamente no serviço público e assim aumentar substancialmente a sua renda mensal.

Incluímos, no entanto, um dispositivo transitório explicitando que essa acumulação é permitida aos servidores inativos que, até a data de publicação da Emenda, tenham ingressado novamente no serviço público pelas formas previstas na própria Constituição. Apesar de haver entendimentos do Supremo

Tribunal Federal de que essa acumulação já é inconstitucional atualmente, consideramos pertinente assegurar esse direito a essas pessoas, dado que a administração pública sancionou todas as decisões individuais que foram tomadas contando com a sua legalidade.

Para qualificar esta suspensão da aplicação da vedação de acumulação de proventos e remuneração, propomos um prazo de cinco anos para vigência desta exceção a favor dos servidores inativos que ingressaram novamente no serviço público. Durante este período, a Administração disporá de tempo para absorver o impacto da introdução deste parágrafo 7º ao art. 37, enquanto os servidores afetados poderão se preparar para enfrentar esta nova situação. Como a vedação se refere à acumulação de pagamentos por seus serviços e pela aposentadoria, haverá sempre a possibilidade de permanecer no serviço público com a opção por proventos ou remuneração.

Vedação de acumulação de aposentadorias e limite máximo para o seu valor

Com exceção apenas das aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição, pretende-se vedar a concessão de mais de uma aposentadoria como servidor público a uma mesma pessoa e estabelecer um limite máximo para o total de proventos de aposentadoria que um indivíduo pode receber dos cofres públicos. Dessa forma, elimina-se a distorção antes mencionada de alguns poucos servidores aposentados auferirem dos cofres públicos um valor muito superior ao que se permite que receba na ativa.

Por outro lado, como é perfeitamente legal e aceitável a um servidor público exercer simultaneamente uma atividade privada, que o sujeitará a contribuir compulsoriamente para o regime geral de previdência social, atualmente gerido pelo INSS, preservamos o seu direito de acumular, observado o limite máximo para o seu valor conjunto, uma aposentadoria como servidor público e outra por esse regime.

Entendemos, no entanto, que a lei poderá exigir, para a obtenção de aposentadoria pelos dois regimes, o cumprimento de um número maior de anos de contribuição para o segundo regime pelo qual a pessoa queira se aposentar, evitando assim que requisitos estabelecidos para atender a trabalhadores com maior dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho sejam utilizados para elevar a renda de quem já conta com uma proteção adequada. Vale mencionar que esse é o objetivo de dispositivo da Medida Provisória n.º 1.523, que vem sendo reeditada, e que determina que não será concedida aposentadoria

por idade pelo regime geral de previdência social a quem já for aposentado por outro regime. Para a aposentadoria por idade, exige-se um prazo menor de carência exatamente para amparar aqueles que têm dificuldade em manter um fluxo regular de contribuições. No entanto, tem-se observado que pessoas de maior nível de renda e de informação, valem-se dessa aposentadoria para acumular benefícios para os quais não contribuíram em montante e prazo adequados.

Ainda para evitar a acumulação indevida de aposentadorias, o Substitutivo propõe que só possa se filiar ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, pessoa que não seja participante de outro regime próprio de previdência. Com isso, procura-se preservar o INSS como sistema universal, de livre acesso aos que não possuem outro regime de previdência. Mas veda-se o acesso aos que pretendem tão-somente obter uma fonte de renda extra com uma segunda aposentadoria.

Pensão proporcional

O Substitutivo incorporou a tendência mundial de estabelecimento de critério de proporcionalidade para fixação do valor da pensão, ao invés da regra constitucional atual que determina, para os servidores públicos, que a pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do falecido, até o limite estabelecido em lei. Pretendemos, com essa alteração, definir o marco jurídico para uma melhor administração desse benefício previdenciário, que poderá passar a corresponder a um percentual variável do valor da remuneração ou provento do falecido.

Para os trabalhadores do setor privado, não se faz necessário mudar esse aspecto referente à pensão por morte, dado que a Constituição não impede que se adote a proporcionalidade no cálculo de seu valor.

Financiamento da seguridade social

Já abordamos uma importante alteração nas regras de financiamento da seguridade social: a vinculação de algumas contribuições sociais ao pagamento de benefícios do regime geral de previdência social. Há, entretanto, outros aspectos que devem ser explicitados.

A nova redação do artigo que trata das contribuições sociais para a seguridade social segue o que foi aprovado na Câmara dos Deputados e que aperfeiçoa o texto constitucional em vários aspectos.

De um lado, ao se definir os contribuintes, explicita-se a abrangência do atual conceito de empregador e inclui-se a referência a todos os segurados da Previdência Social e não apenas os trabalhadores.

Quanto às bases sobre as quais devem incidir as contribuições dos empregadores, são listados todos os pagamentos relacionados a trabalhos que lhe são prestados, a sua receita ou o faturamento e o seu lucro. Inclui-se, no entanto, um dispositivo que permite a diferenciação de alíquotas ou bases de cálculo, em razão da natureza da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra. Com isso, tende-se a propiciar maior eficiência e progressividade na arrecadação de contribuições sociais.

Retirou-se, ademais, a menção aos garimpeiros, como um dos grupos que podem contribuir para a seguridade social com uma alíquota incidente sobre o resultado da comercialização da produção. Esse dispositivo tornou-se inaplicável, por entrar em conflito com o art. 153, § 5º, da Constituição que determina que o ouro, como ativo financeiro, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

Acatando a linha de decisão aprovada na Câmara dos Deputados, o Substitutivo elimina a previsão de compensação financeira entre os regimes previdenciários e prevê que lei complementar estabelecerá os critérios para a contagem recíproca de tempo de contribuição.

Por fim, uma questão acessória ao financiamento da previdência social, que consta das propostas do Poder Executivo e da Câmara dos Deputados e que mantivemos, consiste na exigência constitucional de contrapartida aos recursos do Sistema Único de Saúde por parte dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Duas iniciativas foram introduzidas neste Substitutivo: trata-se da criação de mecanismo para fortalecimento financeiro do INSS e dos cofres públicos para fazer face ao pagamento das aposentadorias e pensões concedidas e a conceder, tal como consta dos art. 249 e 250.

No art. 249, abre-se a possibilidade para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabelecerem um fundo alimentado por ativos, bens e direitos do ente público e pela contribuição previdenciária dos servidores, em reforço à capacidade dos respectivos tesouros para fazer o pagamento de seus respectivos encargos previdenciários. Em essência, consiste numa melhoria da

gestão pública, pois se tornará mais transparente o vulto dos passivos previdenciários das instâncias federal, estadual e municipal. De grande vulto e exigentes de uma boa administração, os passivos previdenciários não têm tido visibilidade perante a opinião pública no mesmo grau de intensidade da dívida mobiliária. Ao contrário do passivo previdenciário, a dívida mobiliária é acompanhada atentamente pela Imprensa e há normas e procedimentos para sua administração, contando com participação do Banco Central e do Senado Federal. A criação deste tipo de fundo permitirá dar maior transparência a esta questão, criando condições para um debate mais amadurecido acerca de formas alternativas para atender à segurança dos servidores quanto à previdência social.

No art. 250, busca-se criar mecanismo de participação do INSS na repartição das receitas derivadas da privatização das estatais, para cuja implantação, em muitos casos, foram utilizadas reservas técnicas da previdência social. Com a melhoria da gestão dos passivos do Tesouro Nacional, será possível transferir ao INSS alguns direitos e ativos da União, visando à criação de reservas técnicas, o que terá um impacto direto no equilíbrio financeiro e atuarial da previdência social.

As duas iniciativas dependem de lei a tramitar no legislativo, o que dará oportunidade para o aperfeiçoamento de seu alcance e permitirá o estabelecimento de uma adequada administração.

Acidentes do trabalho

Algumas propostas de reforma retiraram a menção explícita de que a previdência social deve atender aos eventos de morte, invalidez e doença decorrentes de acidente do trabalho. Consideramos, no entanto, importante manter essa determinação, de modo a garantir que a participação da iniciativa privada na cobertura desses riscos seja sempre complementar à da previdência social, mas nunca sua substituta. A experiência brasileira anterior mostra que o segurado pode ser o grande prejudicado se houver uma privatização total do seguro de acidentes do trabalho.

Com base nas conclusões e recomendações do Seminário Internacional "Os Riscos do Trabalho na Íbero-América", realizado em Salvador, Bahia, em 19.04.96, estamos propondo uma participação complementar do setor privado na cobertura do risco de acidente do trabalho. Neste sentido, foi introduzido um novo parágrafo ao art. 201, com a seguinte redação: "A cobertura do risco de acidente do trabalho poderá ser complementada por seguro privado, na forma que a lei estabelecer."

A quebra do vigente monopólio do poder público, com abertura ao setor privado, poderá trazer os seguintes benefícios: a) ênfase na prevenção, pois há a internalização do custo do acidente na empresa, o que fornece incentivos econômicos para o gasto em prevenção; b) liberdade de escolha e competição entre os agentes; e c) aumento da poupança interna e desenvolvimento do mercado de capitais. No entanto, há alguns aspectos negativos, que exigem uma cautela a favor de um regime misto, combinando as vantagens dos dois tipos de seguros. Cabe indicar os seguintes pontos negativos do seguro privado: a) baixo nível de cobertura, aumentando as dificuldades das empresas localizadas no Interior ou em pequenas cidades; b) seleção adversa, concentrando a atuação em setores de baixo risco; c) fortalecimento da oligopolização do mercado de seguros; e d) invibialização econômica das empresas de alto nível de risco de acidente de trabalho.

No lado do seguro público, há diversas vantagens, como a cobertura universal e completa, a socialização dos custos, a arrecadação unificada, a baixo nível de custo administrativo, e a primazia do foco aos objetivos sociais. No entanto, há aspectos negativos graves, que podem ser minorados com uma complementação equilibrada com a iniciativa privada: ênfase na indenização e não à prevenção, ineficiência operacional, e conflitos institucionais entre os responsáveis pela cadeia de prevenção, indenização, reabilitação, assistência médica e reintegração do trabalhador.

Pelas razões acima indicadas, proponho que uma lei venha a estabelecer as regras de parceria entre o INSS e a iniciativa privada, de modo que o País possa deixar de liderar o *ranking* internacional da prevalência de acidentes de trabalho.

Separação das atividades de assistência social

O Substitutivo estabelece que o salário-família e o auxílio-reclusão são devidos apenas aos dependentes dos segurados de baixa renda. Com isso, será possível pagar a um número menor de pessoas, mas pagar, mais e melhor, a quem é carente e de fato necessita dessa assistência. Por outro lado, o Substitutivo acompanha a proposta da Câmara dos Deputados, ao manter o piso dos benefícios da assistência social em um salário mínimo, como expresso no art. 203, inciso V, do texto constitucional.

Previdência privada

Um aspecto particularmente importante de meu Substitutivo e que eu gostaria de expor agora com mais detalhes relaciona-se ao tratamento dado à questão da previdência privada.

No texto constitucional vigente, há pouquíssimas referências à previdência complementar. No entanto, à medida que cresce a proporção da população inativa, maior relevância terão as formas de financiamento de seu sustento que não sejam as baseadas na repartição simples de receitas. Estas últimas serão sempre dependentes da solidariedade das gerações futuras, enquanto os fundos de pensão podem oferecer uma base de sustentação mais sólida, menos dependente da conjuntura futura.

No Brasil, infelizmente, têm sido detectados muitos problemas com o setor nos últimos anos. Em 1992, houve uma CPI no Senado Federal que investigou os Fundos de Pensão. Em 1995, foi a vez de a Câmara dos Deputados instalar sua CPI. Os Deputados que subscreveram o requerimento apontaram as constantes denúncias de irregularidades em relação à administração das entidades abertas e fechadas de previdência privada como o fator de maior relevância para a constituição da CPI.

Na preparação do meu Substitutivo, o relatório dessa CPI mais recente, publicado no Suplemento do Diário da Câmara dos Deputados, n.º 234, de 17 de dezembro de 1996, foi intensamente utilizado.

Ao lado de graves denúncias, dois aspectos mereceram uma atenção especial da CPI: de um lado, a fragilidade do marco legal do setor de previdência privada e, de outro lado, a precária fiscalização das atividades das entidades de previdência privada, apesar de haver pelo menos uma dúzia de órgãos e instituições partilhando essa responsabilidade.

No que se refere à Lei n.º 6.435, de 1977, que é a principal lei ordenadora do setor, é inusitado o seguinte comentário citado no relatório da CPI: "(...) sua elaboração deu-se não pelo fato de haver preocupação do poder público com os crimes praticados contra a economia popular, mas sim por iniciativa de um grupo de montepios interessados em eliminar concorrentes" (p. 21). A CPI, ressalte-se, deu uma significativa contribuição ao aperfeiçoamento da legislação, ao apresentar uma minuta de projeto de lei complementar dispondo sobre previdência privada.

De fato, a previdência privada merece especial atenção, não só pelo fato de todos os grandes escândalos financeiros contarem com a participação dos fundos de pensão, mas também e principalmente porque milhares de participantes dependem diretamente do bom desempenho dessas entidades para verem garantida a complementação de sua aposentadoria para a qual contribuem regularmente.

A urgência para que se defina um novo ordenamento jurídico para a previdência privada decorre, ainda, entre outros, do grave desequilíbrio financeiro dos fundos de pensão patrocinados por estatais federais. A sua insuficiência de cobertura aumentou em 6,9% de 1994 para 1995, enquanto os ativos diminuíram em 1,82%. As informações, quanto a 1996, apontam para a mesma tendência de fragilidade dos fundos de pensão. Os montantes da insuficiência são elevados: R\$ 20,9 bilhões em 1994 e R\$ 22,4 bilhões em 1995. Uma enérgica ação se faz, pois, necessária, sob pena dessa conta ter seu equacionamento às custas do cidadão, quer como usuário dos serviços públicos prestados por essas entidades estatais, quer como contribuinte dos cofres públicos.

É, pois, de extrema importância que se defina um novo marco jurídico para o setor, principalmente quanto à regulação e fiscalização da previdência privada, e que se dê um tratamento específico às entidades patrocinadas por empresas estatais. Com esse objetivo, meu Substitutivo prevê uma lei complementar geral para o setor e uma específica destinada a regular a relação entre o Estado e as entidades fechadas de previdência privada por ele patrocinadas. Espera-se que a lei complementar geral para o setor seja o substituto moderno e inovador para a ultrapassada Lei 6.435, estabelecendo um novo contexto institucional, com ênfase para a criação de um novo marco regulatório, de proteção aos direitos do cidadão. Espera-se ainda a criação de novas e vigorosas formas de poupança, para a geração de uma oferta de recursos estáveis para investimento de longo prazo. O resultado final será o estabelecimento de bases mais sustentáveis para o desenvolvimento da economia e para a geração de emprego.

Algumas determinações são estabelecidas na própria Constituição: o seu caráter facultativo, a exigência de capitalização das contribuições, o acesso dos participantes às informações relativas à gestão dos respectivos planos de benefícios e a vedação de aporte de recursos públicos a qualquer entidade de previdência privada, e não somente àquelas com fins lucrativos.

Fica definido, ademais, que as contribuições do empregador não integram a remuneração dos participantes, nem tampouco, juntamente com os benefícios e

as condições contratuais estabelecidas entre os participantes e essas entidades, integram o contrato de trabalho dos participantes.

Para os fundos de pensão ligados à esfera pública, determina-se a participação paritária do patrocinador e dos participantes no seu custeio, o ajuste atuarial dos planos de benefícios e serviços aos seus ativos e a inserção dos participantes nos colegiados e instâncias de decisão.

Como a crise do setor é profunda, o Substitutivo propõe três prazos para o encaminhamento das soluções:

- cento e oitenta dias para que as leis complementares sejam enviadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional;

- um ano para que as entidades fechadas de previdência privada patrocinadas por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, revisem seus planos de benefícios e serviços, de modo a ajustá-los atuarialmente a seus ativos; e

- o início da exigência de contribuição paritária a partir da vigência da nova lei que normatizará as relações entre a estatal e seu respectivo fundo e que estabelecerá um novo contexto para o funcionamento dos fundos de pensão.

Esta nova lei deverá estabelecer as condições de implementação da paridade de contribuição da patrocinadora e dos participantes. Terá de definir novos conceitos para segregar, do aporte de recursos da patrocinadora, a parcela de recursos que correspondem ao reembolso das despesas do fundo, com os benefícios concedidos pela patrocinadora, no período anterior à criação deste. Isto deve-se à agrupação equivocada de transferências de recursos sob a denominação “contribuição da patrocinadora”, o que, em alguns casos, prejudica a análise das finanças dos fundos de pensão.

Outra contribuição da lei será a profissionalização da direção dos fundos de pensão e a valorização do participante na gestão dos mesmos. Neste novo contexto, a paridade deverá se refletir em maior comprometimento do participante com o vigor financeiro das entidade de previdência.

Em síntese, o Substitutivo espera criar o marco constitucional para o desenvolvimento da previdência privada, que além de ser uma importante fonte de recursos estáveis para investimento, é também a mais sólida fonte de renda para as pessoas inativas.

Abertura à implantação de previdência complementar para o servidor público

A estabilização da economia está permitindo melhor compreensão da crescente pressão dos encargos previdenciários sobre as escassas receitas públicas. O que era antes encoberto pela névoa da inflação, agora torna-se evidente. De modo generalizado, está sendo bem compreendida a situação fiscal da União, Estados e Municípios, principalmente quanto à exaustão de sua capacidade de investimento.

Entre os diversos fatores relevantes, tem destaque o custo da folha de pagamento do pessoal inativo. Diversos governos estaduais e municipais já perceberam as vantagens da implantação de um regime de capitalização de contribuições para assegurar a aposentadoria de seus servidores. Mediante uma combinação de regimes, o adequado atendimento aos encargos previdenciários teria maior vigor financeiro e seria menos vulnerável às conjunturas fiscais no futuro.

Esta reforma da previdência social criaria a possibilidade, mediante a previsão de uma lei complementar que estabelecesse as normas gerais, que a União, os Estados e os Municípios venham a criar mecanismos de previdência complementar para seus servidores.

Cabe esclarecer que este mecanismo seria uma opção para os atuais servidores, e se trata de uma abertura às inovações para fazer frente ao passivo previdenciário futuro, em nada diminuindo os direitos e prerrogativas do atual servidor público. Consiste em deixar aberta uma linha moderna e segura para atender ao justo e universal direito à aposentadoria por parte do servidor público. Em síntese, criar a possibilidade de acesso do servidor público à mais garantida forma de previdência, baseada na capitalização de contribuições, atualmente restrita ao acesso dos empregados das empresas estatais.

Por último, é necessário esclarecer que este novo mecanismo de previdência complementar será beneficiado com a modernização prevista para a previdência privada, tal como proposto no art. 202.

Outras medidas

Em meu Substitutivo, foram adotadas algumas medidas não tratadas anteriormente, as quais quero destacar agora.

A primeira se refere à inclusão de dispositivo que garanta o recolhimento à previdência social das contribuições sociais decorrentes das sentenças proferidas pela Justiça do Trabalho. Para tanto, a Justiça do Trabalho deve passar a ter a competência para executar, de ofício, essas contribuições e seus acréscimos legais. Ressalte-se que esse é um procedimento já adotado para os recolhimentos devidos ao FGTS. Trata-se, portanto, de um reforço às receitas do INSS e um combate a essa forma de evasão fiscal.

O Substitutivo resgatou a iniciativa do Poder Executivo de retirar do texto constitucional a proibição de incidência do imposto de renda sobre os rendimentos de aposentados e pensionistas com mais de 65 anos. Com essa iniciativa se pretende que esses segurados, como todo e qualquer cidadão, também se sujeitem à incidência do imposto de renda, desde que seus rendimentos sejam superiores aos limites de isenção. Como o imposto de renda não incidiu sobre sua contribuição, no passado, cabe agora incidir sobre seus benefícios. Trata-se de uma questão de isonomia.

Essa medida **não** tem nenhum impacto sobre os segurados e pensionistas do INSS que não tenham outra fonte de renda, dado que estão todos isentos do imposto de renda, pois seus rendimentos anuais são inferiores ao limite de isenção, que este ano foi de R\$ 10.800,00.

Na verdade, a iniciativa do Poder Executivo incide sobre os elevados proventos de inatividade, os quais, quase sempre, são oriundos de regimes especiais ou situações fora do alcance do cidadão comum. No meu Substitutivo, por entender que não cabe manter privilégios para os já privilegiados, retomo a iniciativa do Poder Executivo.

Por fim, o meu Substitutivo não acolhe três iniciativas da Câmara dos Deputados que não constavam da proposta inicial do Poder Executivo.

Uma iniciativa se refere à fixação do limite máximo do salário-de-benefício do regime geral de previdência social, expressa no art. 8º da PEC n.º 33/96. Em primeiro lugar, esse tipo de dispositivo não configura matéria constitucional, devendo continuar a ser disciplinado, exclusivamente, por meio de lei. Em segundo lugar, da maneira como está redigido, pode significar um engessamento que se traduza, ao longo do tempo, em valor real inferior ao teto agora fixado.

Outra iniciativa se refere à gestão quadripartite da previdência social (art. 7º da PEC n.º 33/96). O art. 10 e o art. 194, inciso IV, da Constituição Federal já fornecem o suporte necessário para a normatização da matéria por meio de lei.

A terceira iniciativa determina que será considerado trabalhador rural em regime de economia familiar, o produtor que possua até dois empregados, ainda que em caráter permanente. Essa expansão do conceito de regime de economia familiar não é oportuna, pois as condições especiais concedidas a esses trabalhadores exigem uma austera administração, pois do contrário será difícil preservá-las, caso sejam disseminadas. Coerente com esse entendimento, o Substitutivo introduz uma restrição ao acesso a essas condições especiais, ao qualificá-lo como regime exclusivo de economia familiar, no art. 201, § 7º, inciso II.

Comentários adicionais sobre tópicos relevantes

As observações acima explicitam todo o conteúdo de meu Substitutivo. Há, no entanto, dois pontos já abordados sobre os quais gostaria de dar maiores detalhes: a questão do reajuste de aposentadorias e pensões do servidor público civil e o tratamento dispensado aos detentores de mandato eletivo.

Reforma administrativa e reajuste de aposentadorias e pensões dos servidores públicos civis

Antes de entrar no mérito do tema, cabe apresentar alguns antecedentes.

Na Constituição de 1967, a regra de reajuste consistia no seguinte ditame: “Art. 102, § 1º - Os proventos da inatividade serão revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade.” Tal regra foi operada de modo que resultou em uma crescente disparidade entre a renda dos ativos e a dos inativos. Basicamente, para os ativos, embora os reajustes fossem inferiores à inflação, acrescentavam-se, muitas vezes, vantagens adicionais mediante transformações e reclassificações de cargo, que não eram repassadas para os inativos por não serem reajustes.

Quando chegou o momento de elaboração da nova Carta Magna, houve uma pressão muito forte dos servidores sobre os constituintes para criar uma situação de plena paridade entre o ativo e o inativo. Dessa pressão surgiu o seguinte ditame: “Art. 40, § 4º - Os proventos da aposentadoria serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes de transformação ou

reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da Lei.” Essa decisão da Assembléia Constituinte foi adotada em votação onde se obteve o único momento de plena unanimidade, com nenhum voto nulo ou contrário.

O resultado, entretanto, tem sido o engessamento da administração dos recursos humanos do setor público. Qualquer aumento real de remuneração ao servidor ativo tem, necessariamente, de ser repassado aos servidores inativos.

Tomando Minas Gerais como uma amostra significativa do Brasil, observa-se que, segundo dados da Secretaria Estadual de Recursos Humanos, entre março de 1991 e dezembro de 1996, houve um aumento de 49% no número de inativos. Atualmente, os inativos consomem 37% da folha de pessoal e a previsão é de que no ano 2000 o gasto com inativos chegue aos 50%. Nesse Estado, as distorções no sistema previdenciário do serviço público são graves: existem 19 Técnicos Fazendários e 2,3 Procuradores aposentados para cada servidor dessas carreiras em atividade. Da mesma forma, para cada Defensor Público, Fiscal de Tributos e Professor em atividade, há, respectivamente, 1,6, 1,6 e 1,3 aposentados.

Além disso, a média dos benefícios pagos aos inativos da Assembléia Legislativa e do Ministério Público é mais do que o dobro da média dos salários pagos aos servidores em atividade. No caso dos Tribunais, as aposentadorias são, em média, 175% mais altas do que os salários dos ativos.

Nesse contexto, a paridade entre ativos e inativos impede reformar o perfil profissional de alguma carreira e procurar atrair para o serviço público, mediante aumento da remuneração real, pessoas com outro nível de formação ou maior experiência profissional.

Para tornar mais eficiente a administração pública, o Poder Executivo preparou e encaminhou ao Congresso Nacional o projeto de reforma administrativa.

No substitutivo do relator, há a ruptura entre a remuneração do servidor ativo e os proventos da aposentadoria e as pensões. Estão em votação três normas básicas:

a) o artigo 39, que trata da política remuneratória e dos planos de carreira, veda qualquer incorporação aos vencimentos dos servidores públicos, ativos e inativos, bem como às pensões, ressalvado o adicional por tempo de serviço;

b) fixa em apenas quatro as gratificações passíveis de serem instituídas: adicional por tempo de serviço, adicional por produtividade, adicional por atividades penosas, insalubres ou perigosas, e gratificação pelo exercício de função de confiança ou cargo em comissão, mas estabelece (§ 5º) que essas três últimas formas de remuneração adicional deixarão de ser percebidas quando cessarem as condições que lhes deram causa, e determina que não incide sobre as mesmas a contribuição previdenciária destinada a aposentadoria ou pensão; e

c) há uma norma de transição (art. 33) dispondo acerca das vantagens incompatíveis com o referido no item acima, preservando as parcelas de gratificação pelo exercício de função de confiança ou de cargo em comissão incorporadas até a publicação daquela emenda.

Em síntese, se forem aprovadas essas normas, não mais existirá identidade entre remuneração e provento e não mais será possível administrar o risco de degradação da capacidade aquisitiva dos proventos de inatividade mediante a simples paridade entre ativos e inativos.

Desde fevereiro, este Relator vêm propondo o estabelecimento de regras claras, como a estabelecida para os segurados do INSS: *"Art. 201, § 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei."* Se essa regra vale para os 16 milhões de segurados do INSS, porque não poderia valer para os quase três milhões de servidores inativos ou pensionistas? Outro argumento quanto às regras simples e claras se refere ao fortalecimento do Poder Judiciário. Considero que não será possível repetir a degradação verificada nos anos sessenta, setenta e início dos oitenta, no atual contexto onde a Justiça já concedeu os 147% de reajuste do salário mínimo aos aposentados do INSS, em 1991, e os 28,8% aos servidores civis.

Essas regras de reajustamento propostas não foram bem recebidas, com base na experiência passada. Das milhares de mensagens chegadas ao Senado Federal, via Internet ou pelo telefone de livre acesso (0800-61.22.11), mais de 90% se referiam à ameaça de degradação dos proventos contida em qualquer outra sistemática de reajustamento que não a paridade.

Há mais de um mês, está sendo objeto de discussão a seguinte proposta de sistemática de reajustamento: *"§ 5º Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e as pensões serão reajustados, obedecidos critérios que preservem, em caráter permanente, seu valor real, na mesma data em que se modificar a remuneração dos correspondentes servidores em atividade, não podendo exceder o valor real da remuneração que o servidor*

percebia, nos termos do parágrafo anterior.” Em todas as oportunidades de troca de opinião, percebi de maneira concreta a reação à essa proposta.

Considero, como um encaminhamento adequado para essa questão, deixar o assunto ser equacionado em lei, tal como está atualmente previsto na Constituição (art. 40, § 4º). Até que seja sancionada essa lei, valeriam as sistemáticas de reajustamento em uso. Nesse tempo de transição, haveria a oportunidade para compatibilizar as repercussões dos dois processos de aperfeiçoamento da gestão pública: reforma administrativa e reforma da previdência.

A principal vantagem seria que haveria oportunidade para ampla discussão acerca de alternativas de índices de preço, periodicidade dos reajustes, transparência dos cálculos de perda da capacidade aquisitiva da moeda, instâncias de participação dos inativos e outros temas próprios a um ambiente democrático.

A principal desvantagem é o adiamento da implantação de algumas mudanças na administração pública. Para o Brasil avançar na Reforma do Estado, será imprescindível contar com uma administração pública eficiente, para o que se requer dispor de mecanismos flexíveis de gestão dos recursos humanos do serviço público.

Cabe recordar a vedação pelo art. 246 ao uso de medidas provisórias para a regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por emenda promulgada a partir de 1995. Neste caso, necessariamente, haverá a oportunidade para um amplo debate quanto ao encaminhamento de solução ao seguinte desafio: de um lado, preservar a dignidade e a capacidade econômica, o bem-estar e a tranquilidade dos servidores inativos, e, de outro lado, permitir a gestão dos recursos humanos responsáveis pela prestação de serviços à sociedade, de modo a assegurar uma contribuição eficiente e eficaz do Estado ao desenvolvimento do País e à melhoria das condições de vida de todos os brasileiros. A legitimidade das entidades públicas, e como tal de seus servidores, é medida por sua contribuição ao equacionamento de solução aos problemas de toda a sociedade brasileira. Deste modo, os problemas internos de à gestão, por mais decisivos que sejam, como é o caso da gestão de seus recursos humanos, devem se subordinar à demanda social por sua atuação, única justificativa para sua existência.

Com esses antecedentes, estou propondo a seguinte norma a ser incluída no texto constitucional: “§ 5º *Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e as pensões serão reajustados sempre que se*

modificar a remuneração dos servidores em atividade, obedecidos critérios estabelecidos em lei, que preservem, em caráter permanente, seu valor real, não podendo o valor atualizado exceder o valor real da remuneração que o servidor percebia, nos termos do parágrafo anterior.”

Para evitar hiato legal, estou propondo a seguinte norma de transição: “Art. 5º Fica assegurado o reajustamento dos proventos de aposentadoria e das pensões dos servidores públicos, nas condições previstas na legislação vigente à data da publicação desta Emenda, até a entrada em vigor da lei a que se refere o art. 40, § 5º.”

Cabe esclarecer que a separação do processo de atualização dos proventos de aposentadoria e das pensões do processo de correção do valor real da remuneração dos servidores ativos terá um impacto saudável no processo de melhoria da gestão dos sistemas previdenciários do País. A sistemática vigente, de plena paridade, consiste em grave distorção. Se, a cada vez que os servidores ativos tiverem um aumento real, esse aumento for repassado para os inativos, haverá uma elevação nos benefícios que não tem correspondência nas contribuições realizadas durante a vida ativa. Além de tornar impossível o equilíbrio atuarial, consiste também em uma transferência real de renda dos servidores ativos para os inativos, ou dos contribuintes para um servidor que não fez e não está fazendo jus a esse acréscimo de renda real.

Na medida em que a evolução da tecnologia e a modernização dos processos de organização social exigem a atualização das formas de atuação do Estado, cada vez mais será necessário contar com flexibilidade para redefinir perfis profissionais, alterar planos de cargos e salários e redefinir a sistemática de prestação dos serviços públicos. Não há justificativa para incorporar a esses custos de reestruturação do Estado, a elevação real dos proventos de aposentadoria dos servidores inativos, os quais não participarão dessas transformações e não adicionarão nenhuma contribuição à prestada anteriormente durante a sua vida profissional.

Detentores de mandato eletivo

No Substitutivo incluímos um artigo (art. 248, na Constituição), onde há a previsão de uma lei complementar para dispor sobre as normas gerais para a concessão e manutenção de aposentadoria e pensão decorrentes do exercício de mandato eletivo, observado o disposto no art. 40.

Na Constituição Federal, há uma lacuna quanto ao regime de aposentadoria para os que exercem mandato eletivo, tanto no Poder Executivo

(Presidente, Governador e Prefeito), como no Poder Legislativo (Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Vereador).

No passado, quando a maioria dos membros desses poderes era constituída de servidores públicos, essa lacuna tinha menor relevância, pois eles mantinham todos os direitos de servidor durante o exercício de seus mandatos. Atualmente, a maioria dos detentores de mandato eletivo tem origem na iniciativa privada, nas profissões liberais e na militância política iniciada desde jovem.

No Relatório do Deputado Michel Temer, há a seguinte referência a esse tema: *“Os institutos de previdência relativos ao exercício de mandato eletivo terão solução legal, não constituindo norma de natureza constitucional. Não é vedada, portanto, a instituição ou manutenção, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, de regime previdenciário com tal finalidade.”*

Em meu Substitutivo, proponho uma lei complementar para dispor sobre as normas gerais, o que significa criar as bases para o tratamento da questão nos diversos níveis de governo. Na tramitação dessas normas gerais, o tema seria aberto à discussão, de modo ordenado e transparente. Uma vez estabelecidas as normas gerais, a instituição e a manutenção de regimes de aposentadoria e pensão para os detentores de mandato eletivo teriam de cumprir requisitos básicos, o que atenderia ao interesse público e certamente evitaria a criação de situações de privilégios.

A proposta de uma lei complementar acerca das normas gerais visa, ainda, evitar a consolidação automática dos atuais institutos de aposentadoria e pensão, que deverão ser revistos e adaptados às novas normas.

II.7 – O IMPACTO DAS MUDANÇAS NAS FINANÇAS PÚBLICAS

Ao longo deste Parecer, procurei caracterizar a presente etapa de reforma da previdência como sendo a erradicação de privilégios e a eliminação de distorções. Coloquei ênfase na dimensão da ética, da equidade e da eficiência. No entanto, como algumas das mudanças têm forte impacto nas finanças públicas, cabe comentá-las também nessa dimensão.

A combinação de tempo de contribuição com idade tem um impacto de grande significação para o equilíbrio financeiro do sistema previdenciário nacional, ao vedar a aposentadoria em idade precoce, quando as pessoas ainda têm vigor e podem dar uma grande contribuição aos seus e à Pátria.

Para caracterizar esse impacto, o MPAS fez uma aplicação hipotética do limite de 53 anos de idade para os homens e de 48 anos para as mulheres no contingente de pessoas que obtiveram aposentadoria por tempo de serviço em 1996. Utilizaram-se alguns parâmetros e médias para alguns valores ou indicadores, no exercício de estimativa preliminar do impacto dessa medida.

Caso o disposto em meu Substitutivo estivesse vigente no início de 1996, cerca de 195 mil benefícios de aposentadoria por tempo de serviço não teriam sido concedidos. Esse adiamento teria as seguintes consequências:

a) teria sido evitado o gasto anual de R\$ 754,2 milhões com o pagamento dos benefícios dessas pessoas;

b) como esse contingente de pessoas não seria aposentado e, assim, continuaria a contribuir para o INSS, teria havido uma receita extra anual de R\$ 209,7 milhões. A soma de recursos, à disposição do INSS no ano, seria, ao todo, de R\$ 963,9 milhões;

c) como a idade média de aposentadoria é de 49,4 anos, esse fluxo de receita extra ainda persistiria por pelo menos 3,6 anos para os homens;

d) como, com a idade média de 49 anos, as pessoas ainda viveriam 22,6 anos, observa-se uma redução dos gastos da previdência, ao se forçar essas pessoas a passarem a se aposentar aos 53 anos, quando deveriam ainda viver 19,8 anos. A redução do período de recebimento de benefício de aposentadoria seria, em média, de 2,8 anos; e

e) a longo prazo, num intervalo de cerca de 22 anos, a redução na despesa, em função da diminuição do tempo de aposentadoria, geraria uma economia estimada em R\$ 5,6 bilhões para o regime geral de previdência social.

Em resumo, para cada ano de postergação da implantação das medidas propostas em meu Substitutivo, há uma perda anual estimada em R\$ 963,9 milhões e, no longo prazo, deixa de haver uma economia estimada em cerca de R\$ 5,6 bilhões.

Cabe insistir na inexistência de qualquer agressão aos direitos dessas pessoas, que estariam apenas continuando a trabalhar, em vez de estarem recebendo uma renda extra às custas dos recursos públicos, que poderiam ser destinados à saúde ou outro serviço de interesse público.

Como se tratam de pessoas de melhor nível de renda que a média dos segurados do INSS, estaria deixando de haver uma transferência de renda dos mais pobres, que contribuem por mais tempo, para os mais ricos, que permanecem aposentados por mais tempo.

Para o setor público também foram feitas algumas simulações do eventual impacto, no ano de 1996, caso o meu Substitutivo já estivesse vigente.

Segundo o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), o impacto das medidas propostas seria menor, devido ao fato de a idade média na concessão da aposentadoria por tempo de serviço ser mais elevada no serviço público do que no INSS.

Conforme estimativas feitas a partir de dados fornecidos pelo MARE, de um universo de 25,6 mil servidores públicos civis do Poder Executivo aposentados por tempo de serviço em 1996, estima-se que 16,5 mil deixariam de se aposentar, representando uma economia de R\$ 82,5 milhões, equivalentes a 32% dos gastos com aposentadorias por tempo de serviço de servidores civis.

Considerando-se valores aproximados acerca dos servidores dos estados e municípios, estima-se que a instituição do limite de 53 anos para os homens e 48 para as mulheres propiciaria a redução de R\$ 513,4 milhões, o que significa uma diminuição total de R\$ 595,9 milhões no serviço público, federal, estadual e municipal.

O impacto global, no INSS e no serviço público das três esferas de governo, da instituição do limite de idade, conforme as regras de transição, é uma redução estimada em cerca R\$ 1,56 bilhão no gasto público anual com esse tipo de benefício.

II.8 – COMENTÁRIOS FINAIS

As informações e explicações expostas neste Parecer deixam claro que a adoção da proposta de reforma que estou apresentando significará:

a) melhoria do sistema previdenciário no Brasil, em termos de maior equidade intrageracional e intergeracional, da sua sustentabilidade a curto e longo prazos, de sua confiabilidade para os aposentados e pensionistas, da redução de distorções e do aumento da eficiência na administração dos recursos; e

b) contribuição positiva para o desempenho da economia, em particular quanto ao aumento da taxa de poupança interna, redução das possibilidades de déficit orçamentário e liberação de recursos para outros investimentos sociais.

Ao assumirmos a tarefa dessa relatoria, estávamos perfeitamente conscientes das dificuldades envolvidas. Teríamos que lidar com um universo de direitos estabelecidos ao longo do tempo, alguns justos, outros cedidos pela generosidade de nossos legisladores sempre tão benevolentes quando se trata de recursos públicos. Para composição deste quadro de tanta permissividade, muito contribuiu a visão estreita de que sempre era possível ceder às pressões, pois um ente abstrato conhecido por "estadô" providenciaria a forma de pagar e forneceria os recursos necessários.

Esta "cadeia da felicidade" construída a nível federal, foi levada ao paroxismo nos Estados, onde encontramos exemplos aberrantes que se constituem em verdadeira apropriação indébita de recursos públicos. Desta maneira sangramos a nossa sociedade, impondo-lhe custos abusivos representados por aposentadorias precoces e privilegiadas, enquanto faltam recursos para o essencial.

A condição natural do homem é entregue a uma atividade produtiva, enquanto tem condições físicas para isso. Pessoas em plena capacidade laborativa vivendo em ociosidade são parasitas que exaurem a vitalidade do País, criando uma Nação precocemente envelhecida. Sem esquecer que nesse clima de concessões, os mais espertos sempre encontram maneiras de levar vantagem, quer acumulando benefícios através de aposentadorias especiais, quer criando maneiras de se retirarem aos quarenta anos para a fruição de um ócio pago por todos nós.

Ao procurarmos construir uma legislação justa, que seja estável ao longo do tempo, e que assegure tranquilidade ao cidadão de que após uma vida de trabalho, terá cobertura de uma previdência confiável, estamos seguramente ajudando na construção de um País capaz de responder ao desafio dos novos tempos.

II.9 – VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, concluímos que a Proposta de Emenda à Constituição n.º 33, de 1996, é da maior relevância para o País, sendo o meu voto favorável a

sua aprovação pelo Senado Federal na forma do Substitutivo agora submetido à consideração da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Somos ainda favoráveis, na forma do Substitutivo, à PEC n.º 14, de 1996 e às Emendas de n.º 2, 4, 5, 6, 10, 17, 20 e 21 e contrário às demais, por serem impróprias ou desnecessárias, face aos aprimoramentos que fizemos no texto da PEC vinda da Câmara dos Deputados.

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 33
(SUBSTITUTIVO), DE 1996**

Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os dispositivos da Constituição Federal abaixo enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º
.....”

XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, nos termos da lei.
.....”

“Art. 37.....
.....”

§ 7º É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou do art. 42 com a

remuneração de cargo, emprego ou função pública, inclusive os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição, e os cargos eletivos.”

“Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência, de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º É assegurada aposentadoria no regime de previdência de que trata este artigo:

I - por invalidez permanente, com proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher, com proventos integrais;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

§ 2º Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

§ 3º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão reduzir, em até cinco anos, os requisitos de idade e de tempo de contribuição, em relação ao disposto no § 1º, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício, em sala de aula, das funções de magistério no ensino fundamental.

§ 4º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.

§ 5º Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e as pensões serão reajustados sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, obedecidos critérios estabelecidos em lei, que preservem, em caráter permanente, seu valor real, não podendo o valor atualizado exceder o valor real inicial da aposentadoria ou pensão, nos termos do parágrafo anterior.

§ 6º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo.

§ 7º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os casos de trabalho exercido exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, nos termos de lei complementar.

§ 8º As aposentadorias e pensões serão custeadas com recursos provenientes das contribuições dos servidores e pensionistas e do respectivo ente estatal, na forma da lei.

§ 9º É assegurado o benefício da pensão por morte, que guardará proporcionalidade em relação à remuneração ou provento do servidor falecido, na forma da lei, observado o disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo.

§ 10. O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

§ 11. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem fictícia de tempo de contribuição.

§ 12. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social.

§ 13. Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão fixar limite máximo para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o qual não poderá ser inferior ao limite estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, desde que instituam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo.

§ 15. Obedecido o disposto no art. 202, lei complementar disporá sobre as normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender aos seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo.

§ 16. Somente mediante prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.”

“Art. 42.
.....

§ 9º Lei complementar específica disporá sobre o regime previdenciário próprio para os servidores militares, que deverá refletir suas peculiaridades profissionais.

”

.....

“Art. 73.

.....

§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, no que couber, as normas constantes do art. 40.

”

.....

“Art. 93.

.....

VI - a aposentadoria dos membros da magistratura e a pensão de seus dependentes observarão, no que couber, o disposto no art. 40.

”

.....

“Art. 114.

.....

§ 3º Compete ainda à Justiça do Trabalho executar, de ofício, as contribuições sociais, previstas no art. 195, I, “a”, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir.”

.....

“Art. 167.

.....

X - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, “a”, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

”

.....

“Art. 195.

.....

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro;

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social;

.....

§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime exclusivo de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra.

§ 10. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.”

“Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte, incluídos os resultantes de acidentes do trabalho, e idade avançada;

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, nos termos da lei.

§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

§ 5º É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

§ 6º A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

I - sessenta anos de idade e trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta anos de contribuição, se mulher; e

II - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime exclusivo de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

§ 8º A lei poderá reduzir, em até cinco anos, os requisitos de idade e de tempo de contribuição, em relação ao disposto no inciso I do parágrafo anterior, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício, em sala de aula, das funções de magistério no ensino fundamental.

§ 9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, segundo critérios estabelecidos em lei.

§ 10. A cobertura do risco de acidente do trabalho poderá ser complementada por seguro privado, na forma que a lei estabelecer.”

“Art. 202. O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na capitalização das contribuições, e regulado por lei complementar específica, que poderá dispor sobre exceções ao disposto neste artigo.

§ 1º A lei complementar de que trata o caput assegurará ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos.

§ 2º As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei.

§ 3º É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em nenhuma hipótese, sua contribuição poderá exceder a do segurado.

§ 4º A relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada, e suas respectivas entidades fechadas de previdência privada, será disciplinada em lei complementar específica.

§ 5º A lei complementar de que trata o parágrafo anterior aplicar-se-á, no que couber, às empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos, quando patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada.

§ 6º A lei complementar a que se refere o § 4º deste artigo estabelecerá os requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades fechadas de previdência privada e disciplinará a inserção dos participantes nos colegiados e instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.

Art. 2º Ficam incluídos os seguintes artigos nas Disposições Constitucionais Gerais:

“Art. 247. Os benefícios mantidos pelo regime geral de previdência social, a qualquer título, ainda que a conta do Tesouro Nacional, obedecerão ao disposto no art. 37, XI, e no art. 201, § 4º.”

“Art. 248. Lei complementar disporá sobre as normas gerais para a concessão e manutenção de aposentadoria e pensão decorrentes do exercício de mandato eletivo, observado o disposto no art. 40.”

“Art. 249. Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento das aposentadorias e pensões concedidas a seus respectivos servidores e dependentes de servidores, em adição aos recursos de seus respectivos tesouros, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão constituir fundos integrados pela contribuição do servidor e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei específica, que disporá sobre a natureza e a administração desses fundos.”

“Art. 250. Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento dos benefícios concedidos pelo regime geral de previdência social, em adição aos recursos de sua arrecadação, a União poderá constituir fundo integrado por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei específica, que disporá sobre natureza e administração desse fundo.”

Art. 3º Fica assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, nas condições previstas na legislação vigente à data da publicação desta Emenda, aos que, até essa data, tenham cumprido os requisitos para obtê-la.

Art. 4º O tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei discipline a matéria, observado o disposto no art. 40, § 11, será contado como tempo de contribuição.

Art. 5º Fica assegurado o reajustamento dos proventos de aposentadoria e das pensões dos servidores públicos, nas condições previstas na legislação vigente à data da publicação desta Emenda, até a entrada em vigor da lei a que se refere o art. 40, § 5º.

Art. 6º O disposto no art. 202, § 3º, quanto à exigência de paridade entre a contribuição da patrocinadora e a contribuição do segurado, terá vigência no prazo de dois anos a partir da publicação desta Emenda, ou, caso ocorra antes, na data de publicação da lei complementar a que se refere o § 4º do mesmo artigo.

Art. 7º As entidades fechadas de previdência privada patrocinadas por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista,

deverão rever, no prazo de um ano, a contar da publicação desta Emenda, seus planos de benefícios e serviços, de modo a ajustá-los atuarialmente a seus ativos, sob pena de intervenção, sendo seus dirigentes e os de suas respectivas patrocinadoras responsáveis civil e criminalmente pelo descumprimento do disposto neste artigo.

Art. 8º Os projetos das leis complementares previstas no art. 202 e no art. 42, § 9º, deverão ser apresentados no prazo máximo de cento e oitenta dias após a publicação desta Emenda ao Congresso Nacional.

Art. 9º Observado o disposto no art. 4º e ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas por esta Emenda, é assegurado o direito à aposentadoria voluntária com proventos integrais àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública, direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação desta Emenda, desde que, cumulativamente, o servidor:

I - tenha cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tenha cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;

III - conte tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 1º O servidor de que trata este artigo, desde que atendido o disposto nos incisos I e II do caput, e observado o disposto no art. 4º, pode aposentar-se com proventos proporcionais ao tempo de serviço, obedecidas as seguintes condições:

I - conte tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior;

II - o provento da aposentadoria proporcional será equivalente a setenta por cento do integral, acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de cem por cento.

§ 2º Aplica-se ao magistrado e ao membro do Ministério Público e de Tribunal de Contas o disposto neste artigo, no que couber.

§ 3º Na aplicação do disposto no parágrafo anterior, o magistrado ou o membro do Ministério Público ou de Tribunal de Contas, se homem, terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento.

§ 4º O professor, servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que, até a data da publicação desta Emenda, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério, e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério em sala de aula, terá esse tempo exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher.

Art. 10. Observado o disposto no art. 4º e ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas por esta Emenda para o regime geral de previdência social, é assegurado o direito à aposentadoria ao segurado que tenha se filiado ao regime geral de previdência social, até a data de publicação desta Emenda, e que, cumulativamente, atenda aos seguintes requisitos:

I - conte com cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher; e

II - conte tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 1º O segurado de que trata este artigo, desde que atendido o disposto no inciso I do caput, e observado o disposto no art. 4º desta Emenda, pode aposentar-se com valores proporcionais ao tempo de contribuição, obedecidas as seguintes condições:

I - conte tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

- a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e
- b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior;

II - o valor da aposentadoria proporcional será equivalente a setenta por cento do valor da aposentadoria a que se refere o caput, acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de cem por cento.

§ 2º O professor que, até a data da publicação desta Emenda, tenha exercido atividade de magistério, pode aposentar-se na forma do disposto no caput, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício de atividade de magistério em sala de aula, sendo o tempo exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher.

Art. 11. O regime de previdência complementar de que tratam os §§ 14, 15 e 16 do art. 40 somente poderão ser instituídas após a publicação da lei complementar prevista no § 14 do mesmo artigo.

Art. 12. A vedação prevista no art. 37, § 7º, não se aplica, pelo prazo de cinco anos contados a partir da publicação desta Emenda, aos membros de poder e servidores inativos, civis e militares que, até a publicação desta Emenda, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, inclusive em cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, sendo-lhes vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta dos cofres públicos, na forma do disposto no art. 40, § 6º.

Art. 13. Até que produzam efeitos as leis que irão dispor sobre as contribuições de que trata o artigo 195, são exigíveis as contribuições estabelecidas em lei, destinadas ao custeio da seguridade social e dos diversos regimes previdenciários.


Art. 14. Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 42, § 9º, ficam assegurados aos servidores militares os benefícios previdenciários estabelecidos em lei.

Art. 15. Até que a lei discipline o acesso ao salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos servidores e segurados, esses benefícios serão concedidos apenas àqueles que tenham renda bruta mensal igual ou inferior a trezentos e sessenta reais.

Art. 16. São suprimidos o inciso II do § 2º do art. 153 e o § 10 do art. 42.

Art. 17. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de junho de 1997.


Senador BENI VERAS
Relator

COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.473-33, adotada em 11 de julho de 1997 e publicada no dia 12 do mesmo mês e ano, que “dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares	Suplentes
	<u>PFL</u>
Odacir Soares	1.Joel de Hollanda
Jonas Pinheiro	2.Vilson Kleinübing
	<u>PMDB</u>
Jáder Barbalho	1.Gerson Camata
Nabor Júnior	2.Carlos Bezerra
	<u>PSDB</u>
Artur da Távola	1.Carlos Wilson
	<u>Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)</u>
José Eduardo Dutra	1.Sebastião Rocha
	<u>PTB</u>
Regina Assumpção	1.Emilia Fernandes

Deputados

Titulares	Suplentes
	<u>PFL</u>
Célia Mendes	1.Jairo Azi
Osmir Lima	2.Iberê Ferreira
	<u>Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)</u>
Pedro Yves	1.Saraiva Felipe
Darcísio Perondi	2.Confúcio Moura

PSDB

Fátima Pelaes

1.Flávio Arns

Bloco (PT/PDT/PC do B)

José Machado

1.Aldo Arantes

PSB

Alexandre Cardoso

1.Pedro Valadares

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia	25-7-97	- designação da Comissão Mista
Dia	25-7-97	- instalação da Comissão Mista
Até	17-7-97	- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade
Até	26-7-97	- prazo final da Comissão Mista
Até	10-8-97	- prazo no Congresso Nacional

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.531-8, adotada em 22 de julho de 1997 e publicada no dia 23 do mesmo mês e ano, que “dá nova redação aos arts. 24, 26, 57 e 120 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública, e ao art. 15 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores**Titulares**

Edison Lobão

SuplentesPFL

1.Freitas Neto

Romero Jucá

2.Joel de Hollanda

PMDB

Jáder Barbalho

1.Gerson Camata

Nabor Júnior

2.Carlos Bezerra

PSDB

José Serra

1.Sérgio Machado

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

1.Sebastião Rocha

PTB

Valmir Campelo

1.Regina Assumpção

Deputados**Titulares****Suplentes**PFL

José Carlos Aleluia

1.Robério Araújo

Raul Belém

2.Osvaldo Coelho

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Luís Roberto Ponte

1.Ricardo Rique

João Almeida

2.Djalma de Almeida Cesar

PSDB

Salvador Zimbaldi

1.Itamar Serpa

Bloco (PT/PDT/PC do B)

José Machado

1.Aldo Arantes

PV

Fernando Gabeira

1.

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia	25-7-97	- designação da Comissão Mista
Dia	25-7-97	- instalação da Comissão Mista
Até	28-7-97	- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 6-8-97 - prazo final da Comissão Mista
Até 21-8-97 - prazo no Congresso Nacional

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.553-17, adotada em 10 de julho de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que “dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional - NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares	Suplentes
	<u>PFL</u>
Romero Jucá	1. Waldeck Ornelas
Vilson Kleinübing	2. Joel de Hollanda
	<u>PMDB</u>
Jáder Barbalho	1. Gerson Camata
Nabor Júnior	2. Carlos Bezerra
	<u>PSDB</u>
José Ignácio Ferreira	1. Lúdio Coelho
	<u>Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)</u>
José Eduardo Dutra	1. Sebastião Rocha
	<u>PTB</u>
Emilia Fernandes	1. Valmir Campelo

Deputados

Titulares	Suplentes
	<u>PFL</u>
Saulo Queiroz	1. Carlos Magno
Lima Netto	2. Sarney Filho

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Antônio do Valle
Aníbal Gomes

1.Oscar Goldoni
2.Roberto Paulino

PSDB

Luiz Carlos Hauly

1.Yeda Crusius

Bloco (PT/PDT/PC do B)

José Machado

1.Aldo Arantes

PTB

Philemon Rodrigues

1.Chico da Princesa

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia	25-7-97	- designação da Comissão Mista
Dia	25-7-97	- instalação da Comissão Mista
Até	16-7-97	- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade
Até	25-7-97	- prazo final da Comissão Mista
Até	9-8-97	- prazo no Congresso Nacional

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.563-7, adotada em 22 de julho de 1997 e publicada no dia 23 do mesmo mês e ano, que “dispõe sobre a incidência do imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares	Suplentes
	<u>PFL</u>
Carlos Patrocínio	1. Bernardo Cabral
Gilberto Miranda	2. José Agripino
	<u>PMDB</u>
Jáder Barbalho	1. Gerson Camata
Nabor Júnior	2. Carlos Bezerra
	<u>PSDB</u>
Beni Veras	1. Coutinho Jorge
	<u>Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)</u>
José Eduardo Dutra	1. Sebastião Rocha
	<u>PPB</u>
Epitácio Cafeteira	1. Leomar Quintanilha

Deputados

Titulares	Suplentes
	<u>PFL</u>
Eliseu Resende	1. Betinho Rosado
Iberê Ferreira	2. Átila Lins
	<u>Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)</u>
Edinho Bez	1. Paulo Rítzel
Hermes Parcianello	2. Neuto de Conto
	<u>PSDB</u>
Elzira Ewerton	1. Hilário Coimbra
	<u>Bloco (PT/PDT/PC do B)</u>
José Machado	1. Aldo Arantes
	<u>PPB</u>
Ushitaro Kamia	1. José Teles

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia	25-7-97	- designação da Comissão Mista
Dia	25-7-97	- instalação da Comissão Mista
Até	28-7-97	- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade
Até	6-8-97	- prazo final da Comissão Mista
Até	21-8-97	- prazo no Congresso Nacional

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.566-6, adotada em 22 de julho de 1997 e publicada no dia 23 do mesmo mês e ano, que “excepciona o contrato celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Companhia Docas do Rio de Janeiro de exigências fixadas em lei, ou ato dela decorrente”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares	Suplentes
	<u>PFL</u>
Gilberto Miranda	1. Bernardo Cabral
Guilherme Palmeira	2. Carlos Patrocínio
	<u>PMDB</u>
Jader Barbalho	1. Gerson Camata
Nabor Júnior	2. Carlos Bezerra
	<u>PSDB</u>
Artur da Távola	1. Coutinho Jorge
	<u>Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)</u>
José Eduardo Dutra	1. Sebastião Rocha
	<u>PTB</u>
Valmir Campelo	1. Regina Assumpção

Deputados

Titulares		Suplentes
<u>PFL</u>		
Rubem Medina		1.Carlos Alberto Campista
José Carlos Coutinho		2.Aldir Cabral
<u>Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)</u>		
Moreira Franco		1.Adelson Salvador
Noel de Oliveira		2.Hélio Rosas
<u>PSDB</u>		
Paulo Feijó		1.Alexandre Santos
<u>Bloco (PT/PDT/PC do B)</u>		
José Machado		1.Aldo Arantes
<u>PTB</u>		
Paulo Heslander		1.Duílio Pisaneschi

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia	25-7-97	- designação da Comissão Mista
Dia	25-7-97	- instalação da Comissão Mista
Até	28-7-97	- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade
Até	6-8-97	- prazo final da Comissão Mista
Até	21-8-97	- prazo no Congresso Nacional

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.569-4, adotada em 22 de julho de 1997 e publicada no dia 23 do mesmo mês e ano, que “estabelece multa em operações de importação e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares	Suplentes
	<u>PFL</u>
Hugo Napoleão	1. Francelino Pereira
Edison Lobão	2. Gilberto Miranda
	<u>PMDB</u>
Jader Barbalho	1. Gerson Camata
Nabor Júnior	2. Carlos Bezerra
	<u>PSDB</u>
Jefferson Peres	1. Osmar Dias
	<u>Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)</u>
José Eduardo Dutra	1. Sebastião Rocha
	<u>PTB</u>
Epitácio Cafeteira	1. Leomar Quintanilha

Deputados

Titulares	Suplentes
	<u>PFL</u>
Paulo Gouvêa	1. Magno Bacelar
Saulo Queiroz	2. Mussa Demeas
	<u>Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)</u>
Edison Andrino	1. João Magalhães
Confúcio Moura	2. Wilson Cignachi
	<u>PSDB</u>
Luiz Piauhyllino	1. Flavio Palmier da Veiga
	<u>Bloco (PT/PDT/PC do B)</u>
José Machado	1. Aldo Arantes
	<u>PSB</u>
Sérgio Guerra	1. Alexandre Cardoso

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia	25-7-97	- designação da Comissão Mista
Dia	25-7-97	- instalação da Comissão Mista
Até	28-7-97	- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade
Até	6-8-97	- prazo final da Comissão Mista
Até	21-8-97	- prazo no Congresso Nacional

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.570-4, adotada em 22 de julho de 1997 e publicada no dia 23 do mesmo mês e ano, que “disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares	Suplentes
	<u>PFL</u>
Bernardo Cabral	1.Bello Parga
José Bianco	2.João Rocha
	<u>PMDB</u>
Jader Barbalho	1.Gerson Camata
Nabor Júnior	2.Carlos Bezerra
	<u>PSDB</u>
José Ignácio Ferreira	1.Coutinho Jorge
	<u>Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)</u>
José Eduardo Dutra	1.Sebastião Rocha
	<u>PTB</u>
Valmir Campelo	1.Regina Assumpção

Deputados

Titulares	Suplentes
<u>PFL</u>	
Jairo Carneiro Mussa Demes	1. Antônio Geraldo
	2. Paulo Gouvêa
<u>Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)</u>	
Jurandyr Paixão Antônio do Valle	1. Wilson Cignachi
	2. Maria Elvira
<u>PSDB</u>	
Roberto Brant	1. Ademir Lucas
<u>Bloco (PT/PDT/PC do B)</u>	
José Machado	1. Aldo Arantes
<u>PL</u>	
Pedro Canedo	1. Luiz Buaiz

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 25-7-97	- designação da Comissão Mista
Dia 25-7-97	- instalação da Comissão Mista
Até 28-7-97	- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade
Até 6-8-97	
Até 21-8-97	- prazo no Congresso Nacional

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.579-10, adotada em 23 de julho de 1997 e publicada no dia 24 do mesmo mês e ano, que “altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, dos arts. 19, 34, 35 e § 4º do art. 53 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares	Suplentes
	<u>PFL</u>
Odacir Soares	1. Waldeck Ornelas
Romero Jucá	2. Jonas Pinheiro
	<u>PMDB</u>
Jader Barbalho	1. Gerson Camata
Nabor Júnior	2. Carlos Bezerra
	<u>PSDB</u>
Beni Veras	1. Coutinho Jorge
	<u>Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)</u>
José Eduardo Dutra	1. Sebastião Rocha
	<u>PPB</u>
Epitácio Cafeteira	1. Leomar Quintanilha

Deputados

Titulares	Suplentes
	<u>PFL</u>
Inocência Oliveira	1. Aberlardo Lupion
José Carlos Aleluia	2. Álvaro Gaudêncio Neto
	<u>Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)</u>
Geddel Vieira Lima	1. José Luiz Clerot
Wagner Rossi	2. Confúcio Moura
	<u>PSDB</u>
Arnaldo Madeira	1. Yeda Crusius
	<u>Bloco (PT/PDT/PC do B)</u>
José Machado	1. Aldo Arantes

PPS**Sérgio Arouca****1. Augusto Carvalho**

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 25-7-97	- designação da Comissão Mista
Dia 25-7-97	- instalação da Comissão Mista
Até 29-7-97	- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade
Até 7-8-97	- prazo final da Comissão Mista
Até 22-8-97	- prazo no Congresso Nacional

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.580, adotada em 23 de julho de 1997 e publicada no dia 24 do mesmo mês e ano, que "autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS a adquirir o controle acionário da Companhia Energética de Alagoas - CEAL, para efeito de sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização - PND".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores**Titulares**

Hugo Napoleão
Edison Lobão

Jader Barbalho
Nabor Júnior

SuplentesPFL

1. Francelino Pereira
2. Gilberto Miranda

PMDB

1. Gerson Camata
2. Carlos Bezerra

PSDB**Sérgio Machado****1.Osmar Dias**Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)**José Eduardo Dutra****1.Sebastião Rocha**PTB**Valmir Campelo****1.Regina Assumpção****Deputados****Titulares****Suplentes**PFL**Inocêncio Oliveira****1.Abelardo Lupion****José Carlos Aleluia****2.Álvaro Gaudêncio Neto**Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)**Geddel Vieira Lima****1.José Luiz Clerot****Wagner Rossi****2.Confúcio Moura**PSDB**Danilo de Castro****1.Robson Romero**Bloco (PT/PDT/PC do B)**José Machado****1.Aldo Arantes**PMN**Bosco França****1.**

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 25-7-97	- designação da Comissão Mista
Dia 25-7-97	- instalação da Comissão Mista
Até 29-7-97	- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade
Até 7-8-97	- prazo final da Comissão Mista
Até 22-8-97	- prazo no Congresso Nacional

OFÍCIO

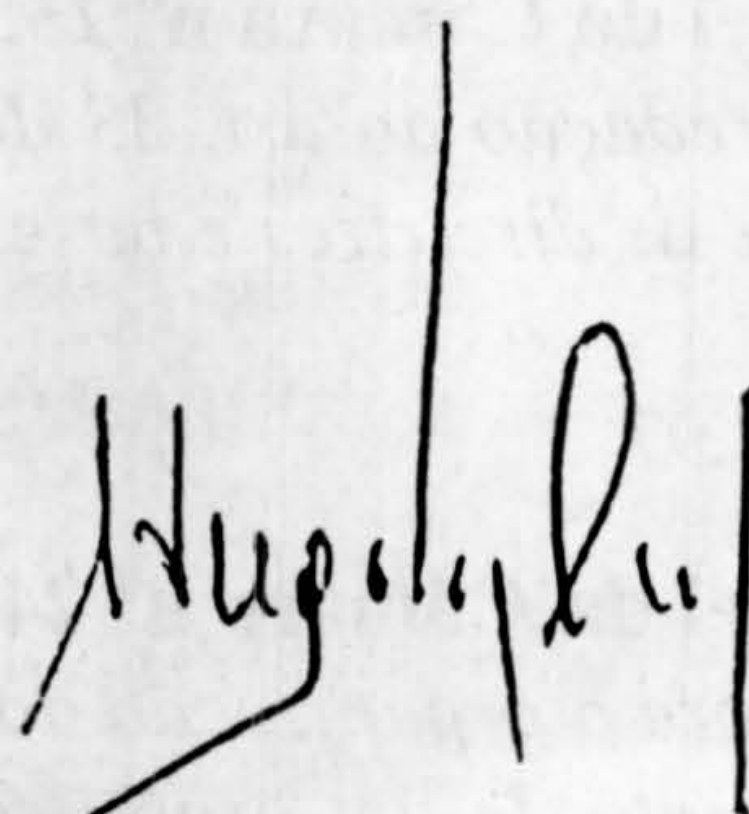
OF. N. 156/97-GLPFL

Brasília, 24 de julho de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador JÚLIO CAMPOS para exercer as funções de Vice-Líder do Partido da Frente Liberal - PFL.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Hugo Napoleão', with a long vertical stroke extending upwards from the top of the signature.

*Senador **HUGO NAPOLEÃO**
Líder do PFL no Senado Federal*

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL**Resenha das matérias apreciadas
de 1º a 25 de julho de 1997****5ª Sessão Legislativa Extraordinária
50ª Legislatura****(Art. 269, II, do Regimento Interno)****PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO**

De iniciativa do Presidente da República...	3
De iniciativa da Câmara dos Deputados.....	2
Total.....	5

Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1996 (nº 1.838/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI e o Plano de Incentivo à Aposentadoria Programada Individual, e dá outras providências.*

Sessão: 08.07.97

Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1997 (nº 2.757/97, na Casa de origem), que *dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (ensino religioso).*

Sessão: 08.07.97

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1997 (nº 821/95, na Casa de origem), que *dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e o funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.*

Sessão: 10.07.97

Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1997 (nº 1.936/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente do República, que *define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.*

Sessão: 15.07.97

Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1997 (nº 2.142/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.*

Sessão: 16.07.97

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa da Câmara dos Deputados.....	4
De iniciativa do Senado Federal.....	8
Total.....	12

Projeto de Resolução nº 81, de 1997, que *autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro a emitir, por intermédio de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro (LFTM-RJ), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 2º semestre de 1997.*

Sessão: 02.07.97

Projeto de Resolução nº 82, de 1997, que *autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Rio de Janeiro para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro - LFTRJ, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 2º semestre de 1997.*

Sessão: 02.07.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1993 (nº 197/92, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Emenda nº 3 ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional.*

Sessão: 03.07.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 1996 (nº 269/96, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Seguridade Social, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, em Brasília, em 26 de junho de 1995.*

Sessão: 03.07.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1997 (nº 328/96, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Científica e*

Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Malásia, em Kuala Lumpur, em 29 de janeiro de 1996.

Sessão: 03.07.97

Projeto de Resolução nº 84, de 1997, que *autoriza a Prefeitura Municipal de Coronel Barros (RS) a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de sessenta e um mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e um centavos, destinada à construção de unidades habitacionais.*

Sessão: 09.07.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1997 (nº 319/96, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Comercial, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Malásia, em Kuala Lumpur, em 26 de abril de 1996.*

Sessão: 17.07.97

Projeto de Resolução nº 87, de 1997, que *autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República do Brasil, no valor total equivalente a trinta e nove milhões de dólares norte-americanos, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao financiamento, parcial, do Programa de Combate à Pobreza Rural no Estado de Pernambuco e eleva, com essa finalidade, os limites de endividamento do Estado, com votos contrários dos Senadores Vilson Kleinübing e Esperidião Amin.*

Sessão: 24.07.97

Projeto de Resolução nº 88, de 1997, que *autoriza a União a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor equivalente a até sessenta milhões de dólares norte-americanos, destinada a financiar parcialmente o Projeto de apoio ao Desenvolvimento da Tecnologia Agropecuária para o Brasil - PRODETAB.*

Sessão: 24.07.97

Projeto de Resolução nº 89, de 1997, que *autoriza a União a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor equivalente a até noventa milhões de dólares norte-americanos, destinada a financiar parcialmente o Projeto Piloto de Alívio à Pobreza e Reforma Agrária.*

Sessão: 22.07.97

Projeto de Resolução nº 90, de 1997, que *autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de hum milhão, setecentos e noventa e cinco mil, novecentos e sessenta reais, para financiar a execução do Programa Pró-Saneamento - Drenagem Urbana e Esgoto Sanitário, nos Municípios de Campo Belo e Andradas, com voto contrário do Senador Lauro Campos.*

Sessão: 24.07.97

Projeto de Resolução nº 91, de 1997, que *autoriza o Estado de Minas Gerais a assumir o débito de natureza previdenciária de responsabilidade da Empresa Minas Gerais Administração e Serviços - MGS, no valor de vinte e três milhões, oitocentos e noventa e um mil, quatrocentos e oitenta reais e dez centavos, com votos contrários do Senadores José Eduardo, Lauro Campos e Eduardo Suplicy.*

Sessão: 24.07.97

MATÉRIAS APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Presidente da República... 2
Total..... 2

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1995 (nº 1.164/91, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.*

Sessão: 08.07.97

Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1997 (nº 3.100/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a concessão de subvenção econômica a produtores de borracha natural e dá outras providências.*

Sessão: 15.07.97

MENSAGENS RELATIVAS A ESCOLHA DE CHEFES DE MISSÕES DIPLOMÁTICAS

De iniciativa do Presidente da República... 3
Total..... 3

Mensagem nº 93, de 1997 (nº 461/97, na origem), de 17 de abril último, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor **Affonso Celso de Ouro-Preto**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia.

Sessão: 16.07.97

Mensagem nº 102, de 1997 (nº 597/97, na origem), de 23 de maio último, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor **Carlos Moreira Garcia**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha, exercer a de Embaixador do Brasil junto ao Principado de Andorra.

Sessão: 16.07.97

Mensagem nº 117, de 1997 (nº 732/97, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor **Carlos Alberto Leite Barbosa**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador Chefe da Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

Sessão: 16.07.97

MATÉRIA RETIRADA PELO AUTOR

De iniciativa do Senado Federal.....	2
Total.....	2

Requerimento nº 493, de 1997, do Senador João Rocha, solicitando, nos termos regimentais, seja encaminhado ao Ministro da Fazenda pedido de informações relacionadas a dados gerais por ramo de atividade empresarial/industrial e por unidade da Federação e dados específicos sobre montadoras de veículos instaladas no País.

(Retirado nos termos do Requerimento nº 498, de 1997).

Sessão: 16.07.97

Requerimento nº 476, de 1997, do Senador Romero Jucá, solicitando, nos termos regimentais, seja encaminhado ao Ministro da Saúde, através do Programa Nacional de Doenças Transmissíveis - AIDS, pedido de informações sobre os recursos destinados a projetos de prevenção e controle da AIDS e a situação do Estado de Roraima com relação ao programa.

(Retirado nos termos do Requerimento nº 519, de 1997).

Sessão: 22.07.97

MATÉRIA DECLARADA PREJUDICADA

De iniciativa do Senado Federal.....	1
Total.....	1

Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1995, de autoria do Senador José Bianco, que *altera os arts. 27 e 34 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que "dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências*.

Prejudicado em virtude da aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1995).

Sessão: 08.07.97

OUTRAS DELIBERAÇÕES

Requerimento nº 471, de 1997, do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros senhores Senadores solicitando, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, sejam prestadas homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Ministro e ex-Deputado Federal, Antônio Ferreira de Oliveira Brito.

Sessão: 03.07.97

Requerimento nº 475, de 1997, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, homenagens pelo falecimento do General-de-Brigada Gustavo Moraes Rego Reis.

Sessão: 05.07.97

Relatório nº 02, de 1997, da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento nº 1.036, de 1996, destinada a acompanhar, *in loco*, os atos, fatos

e circunstâncias que envolveram e provocaram a morte de dezenas de crianças no berçário do Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazaré, em Boa Vista, Estado de Roraima.

Sessão: 08.07.97

Requerimento nº 494, de 1997, do Senador Lúcio Alcântara, solicitando, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, sejam prestadas homenagens pelo falecimento do ex-constituente de 1934, Luiz Sucupira.

Sessão: 15.07.97

Requerimento nº 512, de 1997, do Senador Humberto Lucena e outros senhores Senadores solicitando, nos termos regimentais, seja constituída uma Comissão externa composta de 3 Senadores para representar o Senado nas solenidades de transladação dos restos mortais do ex-Presidente João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, do Rio de Janeiro para João Pessoa, a serem realizadas nos dias 25 e 26 do corrente mês, por iniciativa do Governador José Targino Maranhão.

Sessão: 17.07.97

Requerimento nº 530, de 1997, do Senador Antônio Carlos Valadares, solicitando, nos termos regimentais, a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado e ex-Governador do Estado de Sergipe, Gen. Djenal Tavares de Queiroz.

Sessão: 23.07.97

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS
(1º a 25 de julho de 1997)

Sessões Não Deliberativas 7

Sessões Deliberativas 12

- Ordinárias 9

- Extraordinárias 3

Total 19

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 25 de julho de 1997)

MATÉRIAS APROVADAS.....22

Projetos de Lei da Câmara aprovados e enviados à sanção5

Projetos aprovados e enviados à promulgação 12

• *Operações de crédito (Art. 52 - CF)*8

• *Acordos Internacionais (Art. 49, I - CF)*.....4

Projetos de Lei da Câmara aprovados com alterações e enviados à
Câmara dos Deputados.....2

Mensagens de escolha de Chefes de Missões Diplomáticas.....3

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO3

Matérias retiradas pelo autor.....2

Matéria prejudicada1

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nº DO OFÍCIO	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
SF/700/97	Presidente da Comissão de Assuntos Sociais	Solicita sejam encaminhados Requerimentos de Informação aos Ministros de Estado da Saúde, da Previdência e Assistência Social e do Trabalho, a fim de dar andamento à deliberação decorrente do Parecer proferido sobre o PLS nº 24/96.

Nº DO OFÍCIO	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
SF/703/97	Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo	Comunica que encaminhou à Câmara dos Deputados Relatório Final da CPI, daquela Assembleia, destinada a apurar a prática de sonegação de ICMS do setor de combustíveis e lubrificantes.
SF/739 a 745/97	Prefeito do Município de Boa Vista - RR; Procurador-Geral de Justiça do Estado de Roraima; Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima; Governador do Estado de Roraima; Presidentes das Comissões de Fiscalização e Controle e de Assuntos Sociais do Senado Federal e Presidente da Câmara dos Deputados	Encaminha Relatório Final da Comissão Temporária destinada a acompanhar os fatos relacionados com a morte de crianças no berçário do Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazaré, em Boa Vista - RR.
SF/778/97	Presidente da CPI dos Títulos Públicos	Encaminha cópia de Ofício do Procurador-Geral da República, referente a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal, contra Antonio de Salvo e Cátia Maria Soares de Vasconcelos.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

REUNIÕES CONVOCADAS
E REALIZADAS NA 5ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA
DA 50ª LEGISLATURA (DE 01 A 25.07.97)

REUNIÕES CONVOCADAS.....05

REUNIÕES REALIZADAS05

PARECERES APRECIADOS
5ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA
(DE 01 A 25.07.97)

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA	JUL 97
PELA APROVAÇÃO	02
TOTAL	02

(OFS) OFÍCIO"S"	JUL 97
APROVADOS NOS TERMOS DE PRS	02
TOTAL	02

(MSF) MENSAGENS	JUL 97
APROVADAS NOS TERMOS DE PRS	4
TOTAL	4

QUADRO CONSOLIDADO DOS PARECERES APRECIADOS PELA CAE - 1997
5ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA
(DE 01 A 25.07.97)

PARECERES	JUL 97
PELA APROVAÇÃO	2
APROVADOS NOS TERMOS DE PRS	6
TOTAL	8

AUDIÊNCIAS, DEPOIMENTOS
E COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES REALIZADOS NA CAE NA
5ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA
(DE 01 A 25.07.97)

DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES
03.07.97	INSTRUÇÃO DO PLC Nº 24/97 (LEI DAS TELECOMUNICAÇÕES)	SÉRGIO MOTTA - MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES
03.07.97	INSTRUÇÃO DO PLC Nº 24/97 (LEI DAS TELECOMUNICAÇÕES)	DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - RELATOR DO PROJETO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS.
03.07.97	INSTRUÇÃO DO PLC Nº 24/97 (LEI DAS TELECOMUNICAÇÕES)	GASPAR VIANNA - ADVOGADO COM ESPECIALIZAÇÃO EM LEGISLAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES.
17-07.97	INSTRUÇÃO DA MENSAGEM Nº 106/97 (RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA DO ESTADO DE SÃO PAULO)	PEDRO PARENTE - SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA.
17-07.97	INSTRUÇÃO DA MENSAGEM Nº 106/97 (RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA DO ESTADO DE SÃO PAULO)	PAOLO ENRICO MARIA ZAGHEN - DIRETOR DO BANCO CENTRAL DO BRASIL.
17.07.97	INSTRUÇÃO DA MENSAGEM Nº 106/97 (RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA DO ESTADO DE SÃO PAULO)	YOSHIAKI NAKANO - SECRETÁRIO DE FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

CONGRESSO NACIONAL - 1997
RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS NO PERÍODO DE 1º A 25 DE JULHO
(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

PLV - sancionado..... - Total: 1
 MPs - promulgadas..... - Total: 4

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Julho	319/97-CN (nº 658/97, na origem)	MP nº 1.541-25, publ. no D.O. de 11-6-97	Dá nova redação ao § 3º do art. 52 da Lei nº 8.931, de 22 de setembro de 1994, que dispõe sobre a amortização, juros e outros encargos decorrentes da extinção ou dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências.	8-7-97, às 19 horas	Lei nº 9.466, de 9-7-97 (DO 10-7-97)
Julho	334/97-CN (nº 675/97, na origem)	MP nº 1.465-16, publ. no D.O. de 13-6-97	Acrescenta § 5º ao art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e dá outras providências. (Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em autarquia)	8-7-97, às 19 horas	Aprovado o PLV nº 5/97. Lei nº 9.470, de 10-7-97 (DO 11-7-97)
Julho	339/97-CN (nº 680/97, na origem)	MP nº 1.478-25, publ. no D.O. de 13-6-97	Dá nova redação aos arts. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e 2º da Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994. (FGTS); (Fiscalização, Aplicação FGTS; Bancos e Arrecadação)	8-7-97, às 19 horas	Lei nº 9.467, de 10-7-97 (DO 11-7-97)
Julho	346/97-CN (nº 687/97, na origem)	MP nº 1.530-7, publ. no D.O. de 13-6-97	Institui o Programa de Desligamento Voluntário de servidores civis do Poder Executivo Federal e dá outras providências.	8-7-97, às 19 horas	Lei nº 9.468, de 10-7-97 (DO 11-7-97)
Julho	349/97-CN (nº 690/97, na origem)	MP nº 1.561-6, publ. no D.O. de 13-6-97	Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei nº 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências.	8-7-97, às 19 horas	Lei nº 9.469, de 10-7-97 (DO 11-7-97)

RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO CONGRESSO NACIONAL NO PERÍODO DE 17 DE FEVEREIRO A 25 DE JULHO DE 1997

PLVs - aprovados e sancionados.....	3
Mps - aprovadas e promulgadas.....	13
PLNs - transformados em normas jurídicas.....	4
Total de matérias apreciadas.....	20

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº do ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 182/97-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunica a alteração do calendário para a tramitação dos Projetos de Lei nºs 5/97-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União - Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito especial até o limite de R\$ 103.340.000.000,00, para os fins que especifica"; e 7/97-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito - Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$ 621.948.858,00, para os fins que especifica", em virtude da convocação extraordinária do Congresso Nacional para o período de 1º a 25 de julho do corrente ano.
Of. nº 202/97-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunica que foram lidas, na sessão do Senado Federal, realizada dia 11-7-97, às nove horas, as Mensagens nºs 392, 393 e 394, de 1997-CN, que encaminham os Projetos de Lei nºs 8/97-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, crédito especial até o limite de R\$ 401.492,00, para os fins que especifica"; 9/97-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério dos Transportes e do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, crédito especial até o limite de R\$ 10.623.202,00, para os fins que especifica"; e 10/97-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$ 3.115.162,00, para os fins que especifica".
Of. nº 204/97-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Mensagem nº 414/97-CN (nº 810/97, na origem), solicitando inclusão, entre as proposições a serem deliberadas por esse Congresso na sessão legislativa extraordinária de 1º a 25-7-97, da Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 1995, que "dá nova redação ao § 2º do art. 102 da Constituição Federal", em aditamento à de nº 363/97-CN (nº 720, na origem), de 26-6-97.

Nº do ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 208/97-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Encaminhando original da Mensagem Presidencial nº 810, de 22 do corrente, em aditamento à Mensagem nº 720, de 1997.
Of. nº 209/97-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunica que foram lidas, na sessão do Senado Federal, realizada dia 23-7-97, às quatorze horas e trinta minutos, as Mensagens nºs 416, 417 e 418, de 1997-CN, que encaminham os Projetos de Lei nºs 11/97-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação e do Desporto, do Ministério da Previdência e Assistência Social, do Ministério do Trabalho e do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor global de R\$ 44.434.211,00, para os fins que especifica"; 12/97-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor global de R\$ 105.373.700,00, para os fins que especifica"; e 13/97-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Marinha, crédito suplementar no valor de R\$ 17.115.000,00, para os fins que especifica".
Of. nº 210/97-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunica que foram lidas, na sessão do Senado Federal, realizada dia 24-7-97, às quatorze horas e trinta minutos, as Mensagens nºs 424/97-CN, solicitando a retirada do PL nº 5/97-CN; 425, 428 a 430, de 1997-CN, que encaminham os Projetos de Lei nºs 14/97-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União - Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda e Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios - Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito especial até o limite de R\$ 104.240.000.000,00, para os fins que especifica"; 15/97-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 610.234,00, para os fins que especifica"; 16/97-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial até o limite de R\$ 2.600.000,00, para os fins que especifica"; e 17/97-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação e do Desporto, crédito especial até o limite de R\$ 331.118,00, para os fins que especifica".

EMENDAS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº.1.578-1 DE 17 DE JULHO DE 1997, QUE " DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL - IRB, SOBRE A TRANSFERÊNCIA E A TRANSFORMAÇÃO DE SUAS AÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO CUNHA BUENO	001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011, 012,, 013.

Relator: Deputado LIMA NETO

EMENDAS APRESENTADAS: 13

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS		MP-1.578-1 000001	
2 DATA 23 / 7 / 97		3 PROPOSIC. MEDIDA PROVISÓRIA, 1578-1, de 18 de julho de 1997.	
4 AUTOR Deputado CUNHA BUENO		5 Nº PRONTUÁRIO 1414-6	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 01/01	8 ARTIGO 2º	PARÁGRAFO	INCIS. ALÍNEA
9 TEXTO <p>Propõe seja incluído no art. 2º da MP 1.578, de 17.06.97, a alteração da redação do art. 8º, excluindo-se sua alínea "c" e alterando a redação da alínea "d", do Decreto-Lei nº 73, de 21.11.66, conforme a seguir:</p> <p>"Art. 2º Os arts. 8º, 43, 46, 47 e 48 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>.....</p>			

Art. 8º Fica instituído o Sistema Nacional de Seguros Privados, regulado pelo presente Decreto-Lei e constituído:

- a) do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP;
- b) da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP;
- c) das sociedades autorizadas a operar em seguros e resseguros privados;
- d) dos corretores habilitados."

JUSTIFICATIVA

Objetiva claramente a MP dar início ao processo de privatização do Instituto de Resseguros do Brasil - IRB, como já anunciado através da imprensa, e à quebra do monopólio do resseguro conforme prevista na Emenda Constitucional nº 13, de 21.08.96, de minha autoria.

Dessa forma não tem cabimento que o IRB, em processo de privatização, e o monopólio já devidamente derrubado conforme a Emenda Constitucional acima referida, continue integrando de forma destacada o Sistema Nacional de Seguros Privados.

O Instituto, então, continua integrando aquele Sistema, só que agora conforme o disposto na nova alínea "c", que passa a se referir às sociedades autorizadas a operar em seguros e "resseguros" privados.

ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP-1.578-1

000002

2 DATA 23 / 7 / 97		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA, 1578-1, de 18 de julho de 1997.	
4 AUTOR Deputado CUNHA BUENO		5 Nº PRONTUÁRIO 1414-6	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 01/02		8 ARTIGO 2º	
9 TEXTO			

Propõe seja incluído no art. 2º da MP 1.578, de 17.06.97, a alteração da redação do art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21.11.66, conforme a seguir:

"Art. 2º Os arts. 36, 43, 46, 47 e 48 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

.....

Art. 36 Compete à SUSEP, na qualidade de executora da política traçada pelo CNSP, como órgão fiscalizador da constituição, organização, funcionamento e operações das sociedades seguradoras e resseguradoras:

- a) processar os pedidos de autorização, para constituição, organização, funcionamento, fusão, encampação, grupamento, transferência de controle acionário e reforma dos estatutos das sociedades seguradoras e resseguradoras, opinar sobre os mesmos e encaminhá-los ao CNSP;
- b) baixar instruções e expedir circulares relativas à regulamentação das operações de seguro e resseguro, de acordo com as diretrizes do CNSP;
- c) fixar condições de apólices, planos de operações e tarifas a serem utilizadas obrigatoriamente pelo mercado segurador nacional;
- d) aprovar os limites de operações das sociedades seguradoras e resseguradoras, de conformidade com o critério fixado pelo CNSP;
- e) examinar e aprovar as condições de coberturas especiais, bem como fixar as taxas aplicáveis;
- f) autorizar a movimentação e liberação dos bens e valores obrigatoriamente inscritos em garantia das reservas técnicas e do capital vinculado;
- g) fiscalizar a execução das normas gerais de contabilidade e estatística fixadas pelo CNSP para as sociedades seguradoras e resseguradoras;
- h) fiscalizar as operações das sociedades seguradoras e resseguradoras, inclusive o exato cumprimento deste Decreto-Lei, de outras leis pertinentes, disposições regulamentares em geral, resoluções do CNSP e aplicar as penalidades cabíveis;
- i) proceder à liquidação as sociedades seguradoras e resseguradoras que tiverem cassada a autorização para funcionar no País;
- j) organizar seus serviços, elaborar e executar seu orçamento.

JUSTIFICATIVA

Objetiva claramente a MP dar início ao processo de privatização do Instituto de Resseguros do Brasil - IRB, como já anunciado através da imprensa, e à quebra do monopólio do resseguro conforme prevista na Emenda Constitucional nº 13, de 21.08.96, de minha autoria.

Dessa forma cumpre atribuir-se à SUSEP iguais competências, às que hoje têm em relação às seguradoras, no tocante à atuação das resseguradoras que poderão se instalar no País, em decorrência da privatização do IRB e da quebra efetiva do monopólio do resseguro,

já determinada pela Constituição Federal, conforme a Emenda acima referida.

[Assinatura]

MP-1.578-1

000003

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 23 / 7 / 97	3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA, 1578-1, de 18 de julho de 1997.
4 AUTOR Deputado CUNHA BUENO	5 Nº PRONTUÁRIO 1414-6
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
7 PÁGINA 01/01	8 ARTIGO 2º PARÁGRAFO INCIS ALÍNEA

Propõe seja incluído no art. 2º da MP 1.578, de 17.06.97, a alteração da redação do art. 42 do Decreto-Lei nº 73, de 21.11.66, conforme a seguir:

Art. 6º Ficam revogados os arts. 49, 50, 51, 52, 53 e 54 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

"Art. 2º Os arts. 42, 43, 46, 47 e 48 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 42 Cabe à SUSEP regular o co-seguro, o resseguro e a retrocessão, bem como promover o desenvolvimento das operações de seguro, segundo as diretrizes do CNSP."

JUSTIFICATIVA

Objetiva claramente a MP dar início ao processo de privatização do Instituto de Resseguros do Brasil - IRB, como já anunciado através da imprensa, e à quebra do monopólio do resseguro conforme prevista na Emenda Constitucional nº 13, de 21.08.96, de minha autoria.

Assim como não faz sentido privatizar-se um monopólio, também não faz sentido privatizar-se o poder de regulamentar as operações de co-seguro, resseguro e retrocessão, o qual ainda se encontram indevidamente sob a competência do IRB.

A presente emenda visa corrigir essa distorção, atribuindo à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados esse poder de regular tais operações, conforme as orientações do CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados.

10

ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP-1.578-1

000004

2 DATA
23 / 7 / 973 PROPOSIC
MEDIDA PROVISÓRIA, 1578-1, de 18 de julho de 1997.4 AUTOR
Deputado CUNHA BUENO5 Nº PRONTUÁRIO
1414-66 TIPO
1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☒ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL7 PÁGINA
01/038 ARTIGO PARÁGRAFO INCIS ALÍNEA
2º

9 TEXTO

Propõe seja incluído no art. 2º da MP 1.578, de 17.06.97, a alteração da redação do art. 44 do Decreto-Lei nº 73, de 21.11.66, conforme a seguir:

"Art. 2º Os arts. 43, 44, 46, 47 e 48 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

.....

"Art. 44 Compete ao IRB, enquanto não for privatizado:

- a) aceitar o resseguro obrigatório e facultativo, do País ou do exterior;
- b) reter o resseguro aceito, na totalidade ou em parte;
- c) promover a colocação, no exterior, de seguro cuja aceitação não convenha aos interesses do País ou que nele não encontre cobertura;
- d) organizar e administrar consórcios, recebendo inclusive cessão integral de seguros;
- e) proceder à liquidação de sinistros, de conformidade com os critérios traçados pelas normas de cada ramo de seguro;

- f) distribuir pelas sociedades a parte dos resseguros que não retiver e colocar no exterior as responsabilidades excedentes da capacidade do mercado segurador interno, ou aquelas cuja cobertura fora do País convenha aos interesses nacionais;
- g) representar as retrocessionárias nas liquidações de sinistros amigáveis ou judiciais;
- h) promover o pleno aproveitamento da capacidade do mercado nacional de seguros;
- i) organizar cursos para a formação e aperfeiçoamento de técnicos em seguro;
- j) promover congressos, conferências, reuniões, simpósios e deles participar;
- k) incentivar a criação e o desenvolvimento de associações técnico-científicas;
- l) organizar plantas cadastrais, registro de embarcações e aeronaves, vistoriadores e corretores;
- m) compilar, processar e divulgar dados estatísticos;
- n) publicar revistas especializadas e outras obras de natureza técnica.

§ 1º Após a privatização do IRB este atuará em condições de igualdade com as demais empresas que forem autorizadas a operar em resseguro no mercado nacional.

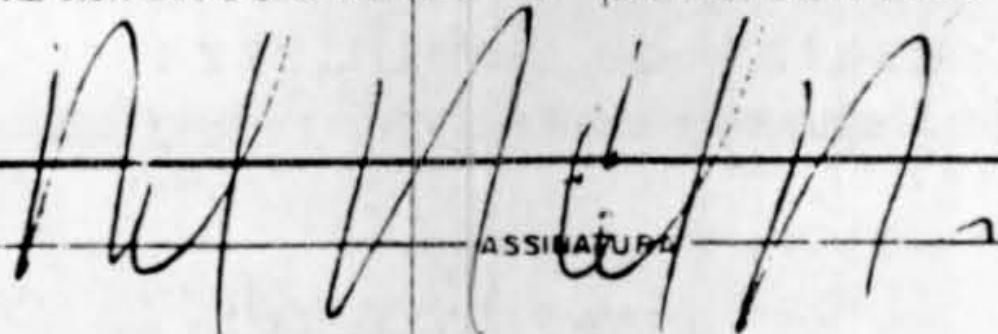
§ 2º Cabe à SUSEP elaborar e expedir normas reguladoras de co-seguro, resseguro e retrocessão e impor penalidade às sociedades seguradoras por infrações cometidas na qualidade de co-seguradoras, resseguradas ou retrocessionárias."

JUSTIFICATIVA

Objetiva claramente a MP dar início ao processo de privatização do Instituto de Resseguros do Brasil - IRB, como já anunciado através da imprensa, e à quebra do monopólio do resseguro conforme prevista na Emenda Constitucional nº 13, de 21.08.96, de minha autoria.

Assim como não faz sentido manter entre suas atribuições a competência para regulamentar e até mesmo punir seguradoras, conforme consta da redação atual do art. 44 do Decreto-Lei nº 73, de 1996.

A presente emenda visa corrigir essa distorção, transferindo para a SUSEP - Superintendência de Seguros Privados tais competências regulamentadoras e punitivas.



ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP-1.578-1

000005

2 DATA 23 / 7 / 97		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA, 1578-1, de 18 de julho de 1997.	
4 AUTOR Deputado CUNHA BUENO		5 Nº PRONTUÁRIO 1414-6	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 01/02	8 ARTIGO 2º	PARÁGRAFO	INCIS. ALÍNEA

9

TEXTO

Propõe seja alterada a redação dada pelo art. 2º da MP 1.578, de 17.06.97, ao art. 46 do Decreto-Lei nº 73, de 21.11.66, conforme a seguir:

"Art. 2º Os arts. 43, 46, 47 e 48 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

.....

'Art. 46. São órgãos de administração do IRB o Conselho de Administração e a Diretoria.

§ 1º O Conselho de Administração é composto por seis membros, eleitos pela Assembléia Geral, sendo:

I - dois membros indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, dentre eles:

a) o Presidente do Conselho;

b) o Presidente do IRB, que será o Vice-Presidente do Conselho;

II - quatro membros indicados pelos acionistas detentores de ações preferenciais.

§ 2º A Diretoria do IRB é composta por seis membros, sendo o Presidente e o Vice-Presidente Executivo nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Fazenda, e os demais eleitos pelo Conselho de Administração.

§ 3º Enquanto a totalidade das ações ordinárias permanecer com a União, aos acionistas detentores de ações preferenciais será facultado o direito de indicar até quatro membros para o Conselho de Administração do IRB.

§ 4º Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria do IRB terão mandato de três anos, observado o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976."

JUSTIFICATIVA

Objetiva claramente a MP dar início ao processo de

privatização do Instituto de Resseguros do Brasil - IRB, como já anunciado através da imprensa, e à quebra do monopólio do resseguro conforme prevista na Emenda Constitucional nº 13, de 21.08.96, de minha autoria.

Atualmente as seguradoras que operam no Brasil são obrigadas pelo próprio Decreto-Lei nº 73, de 1966, a adquirir parte das ações do capital do IRB (as de classe B) e detêm, em conjunto, 50% do capital do Instituto.

Na privatização essas seguradoras certamente serão as principais candidatas à compra do Instituto, até porque já são donas da metade do seu capital social.

Assim, entendo que já na mudança proposta a administração do Instituto tenha sua maioria indicada pela parcela do capital privado, ficando com o Governo a indicação da Presidência do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, até que se consuma a privatização efetiva do Instituto.

MP-1.578-1

000006

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 23 / 7 / 97		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA, 1578-1, de 18 de julho de 1997.	
4 AUTOR Deputado CUNHA BUENO		5 Nº PRONTUÁRIO 1414-6	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 01/02	8 ARTIGO 29	PARÁGRAFO	INCISO
9 TEXTO			

Propõe seja alterada a redação dada pelo art. 2º da MP 1.578, de 17.06.97, ao art. 47 do Decreto-Lei nº 73, de 21.11.66, conforme a seguir:

"Art. 2º Os arts. 43, 46, 47 e 48 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 47. O Conselho Fiscal do IRB é composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, sendo:

I - um membro e respectivo suplente indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional;

II - quatro membros e respectivos suplentes eleitos pelos acionistas detentores de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, excluído o acionista controlador, se detentor dessa espécie de ação.

Parágrafo único. Enquanto a totalidade das ações ordinárias permanecer com a União, aos acionistas detentores de ações preferenciais será facultado o direito de indicar até quatro membros para o Conselho Fiscal do IRB.

JUSTIFICATIVA

Objetiva claramente a MP dar início ao processo de privatização do Instituto de Resseguros do Brasil - IRB, como já anunciado através da imprensa, e à quebra do monopólio do resseguro conforme prevista na Emenda Constitucional nº 13, de 21.08.96, de minha autoria.

Atualmente as seguradoras que operam no Brasil são obrigadas pelo próprio Decreto-Lei nº 73, de 1966, a adquirir parte das ações do capital do IRB (as de classe B) e detêm, em conjunto, 50% do capital do Instituto.

Na privatização essas seguradoras certamente serão as principais candidatas à compra do Instituto, até porque já são donas da metade do seu capital social.

Assim, entendo que já na mudança proposta a administração do Instituto tenha sua maioria indicada pela parcela do capital privado, ficando com o Governo a indicação de apenas um membro do Conselho Fiscal, como representante do Tesouro Nacional, até que se consume a privatização efetiva do Instituto.

[Assinatura]

ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MP-1.578-1****000007**

2 DATA 23 / 7 / 97		3 PROPOSTA MEDIDA PROVISÓRIA, 1578-1, de 18 de julho de 1997.	
4 AUTOR Deputado CUNHA BUENO		5 Nº PRONTUÁRIO 1414-6	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 01/01	8 ARTIGO 2º	9 PARÁGRAFO	10 INCISO
11 ALÍNEA			

Propõe seja incluído no art. 2º da MP 1.578, de 17.06.97, a alteração da redação do art. 58 do Decreto-Lei nº 73, de 21.11.66, conforme a seguir:

"Art. 2º Os arts. 43, 46, 47, 48 e 58 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 58 A aceitação de resseguro pelo IRB é obrigatória, em princípio e até que se instalem no País outras resseguradoras, para as responsabilidades originárias e para os riscos acessórios."

JUSTIFICATIVA

Objetiva claramente a MP dar início ao processo de privatização do Instituto de Resseguros do Brasil - IRB, como já anunciado através da imprensa, e à quebra do monopólio do resseguro conforme prevista na Emenda Constitucional nº 13, de 21.08.96, de minha autoria.

A presente proposta de Emenda visa a acabar com a "obrigatoriedade" de aceitação pelo IRB dos resseguros, a partir do momento em que novas resseguradoras se instalarem no País, em vista da referida Emenda Constitucional nº 13.

[Assinatura]

MP-1.578-1

000008

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 23 / 7 / 97		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA, 1578-1, de 18 de julho de 1997.	
4 AUTOR Deputado CUNHA BUENO		5 Nº PRONTUÁRIO 1414-6	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 01/01	8 ARTIGO 29	9 PARÁGRAFO	10 INCISO
11 ALÍNEA			

TEXTO

Propõe seja incluído no art. 2º da MP 1.578, de 17.06.97, a alteração da redação do art. 57 do Decreto-Lei nº 73, de 21.11.66, conforme a seguir:

"Art. 2º Os arts. 43, 46, 47, 48 e 57 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 57 As operações do IRB têm a garantia de seu capital e reservas."

JUSTIFICATIVA

Objetiva claramente a MP dar início ao processo de privatização do Instituto de Resseguros do Brasil - IRB, como já anunciado através da imprensa, e à quebra do monopólio do resseguro conforme prevista na Emenda Constitucional nº 13, de 21.08.96, de minha autoria.

O art. 57 do Decreto-Lei nº 73, de 1996, prevê a garantia subsidiária da União sobre as operações realizadas pelo Instituto.

Considerando que a história recente do IRB culminou com vultosos prejuízos à União, em especial em consequência das operações dos escritórios que abriu na década de 70 em Nova Iorque e em Londres, assim como através da sua subsidiária UAIC nos Estados Unidos, é de todo recomendável que se retire daquele artigo

essa garantia subsidiária da União, ainda mais agora em que o Instituto está para ser privatizado.

Com isso diminui-se os riscos de novos prejuízos para o contribuinte.

ASSINATURA

MP-1.578-1

000009

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 23 / 7 / 97		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA, 1578-1, de 18 de julho de 1997.	
4 AUTOR Deputado CUNHA BUENO		5 Nº PRONTUÁRIO 1414-6	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 01/01		8 ARTIGO 2º	

9 TEXTO
Propõe seja incluído no art. 2º da MP 1.578, de 17.06.97, a alteração da redação do art. 60 do Decreto-Lei nº 73, de 21.11.66, conforme a seguir:

"Art. 2º Os arts. 43, 46, 47, 48 e 60 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 60 É facultativa a aceitação da retrocessão do IRB pelas sociedades seguradoras autorizadas a operar no País.

§ 1º A circunstância de não operarem em seguro no ramo e modalidade da retrocessão não exime as sociedades seguradoras de, em querendo, aceitarem as retrocessões do IRB.

§ 2º Na distribuição das retrocessões, o IRB levará em conta o volume e o resultado dos resseguros recebidos, bem como a orientação técnica e a situação econômico-financeira das sociedades seguradoras."

JUSTIFICATIVA

Objetiva claramente a MP dar início ao processo de privatização do Instituto de Resseguros do Brasil - IRB, como já anunciado através da imprensa, e à quebra do monopólio do resseguro

conforme prevista na Emenda Constitucional nº 13, de 21.08.96, de minha autoria.

O Brasil, um dos últimos países a ainda praticar o monopólio do resseguro, provavelmente é o único onde perdura a "retrocessão obrigatória".

Assim, mais um importante passo no sentido da modernização e abertura do mercado de seguros brasileiro é a transformação da "retrocessão" de "obrigatória" para "facultativa", conforme ora proposto nesta Emenda, inclusive como medida precursora à quebra efetiva do monopólio.

[Assinatura]

MP-1.578-1
000010

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

23 / 7 / 97		MEDIDA PROVISÓRIA, 1578-1, de 18 de julho de 1997.	
Deputado CUNHA BUENO		1414-6	
1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
01/01		2º	

9

TEXTO

Propõe seja incluído no art. 2º da MP 1.578, de 17.06.97, a alteração da redação ao § 1º do art. 79 do Decreto-Lei nº 73, de 21.11.66, conforme a seguir:

"Art. 2º Os arts. 43, 46, 47, 48 e 79, § 1º, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

.....

'Art. 79

§ 1º As sociedades seguradoras são obrigadas a ressegurar as responsabilidades excedentes de seu limite técnico em cada ramo de operações e, em caso de co-seguro, a cota que for fixada pelo CNSP."

JUSTIFICATIVA

Objetiva claramente a MP dar início ao processo de privatização do Instituto de Resseguros do Brasil - IRB, como já anunciado através da imprensa, e à quebra do monopólio do resseguro conforme prevista na Emenda Constitucional nº 13, de 21.08.96, de minha autoria.

O § 1º do art. 79 do Decreto-Lei 73, de 1996, estabelece que as seguradoras somente podem colocar seus resseguros junto ao IRB.

Considerando que a referida Emenda Constitucional nº 13 já acabou com o monopólio do IRB, nada mais correto do que permitir que as seguradoras possam colocar seus excedentes de riscos em outras resseguradoras.

A presente proposta de emenda visa exatamente essa possibilidade.


 ASSINATURA

MP-1.578-1

000011

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 23 / 7 / 97		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA, 1578-1, de 18 de julho de 1997.	
4 AUTOR Deputado CUNHA BUENO		5 Nº PRONTUÁRIO 1414-6	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 01/01	8 ARTIGO 2º	PARÁGRAFO	INCISO

TEXTO

Propõe seja incluído no' art. 2º da MP 1.578, de 17.06.97, a alteração da redação do art. 81 do Decreto-Lei nº 73, de 21.11.66, conforme a seguir:

"Art. 2º Os arts. 43, 46, 47, 48 e 81 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 81 As sociedades seguradoras poderão colocar seguros e resseguros no estrangeiro, desde que as reservas de garantia correspondentes fiquem integralmente retidas no País."

JUSTIFICATIVA

Objetiva claramente a MP dar início ao processo de privatização do Instituto de Resseguros do Brasil - IRB, como já anunciado através da imprensa, e à quebra do monopólio do resseguro conforme prevista na Emenda Constitucional nº 13, de 21.08.96, de minha autoria.

O art. 81 e seu parágrafo único do Decreto-Lei 73, de 1996, como está hoje, estabelece que as seguradoras somente podem colocar seus seguros e resseguros no exterior através do IRB.

Uma vez que o Instituto está para ser privatizado, que o mercado de seguros encontra-se em franco processo de abertura, inclusive ao exterior, e que as seguradoras poderão encontrar tarifas mais baratas no exterior para colocar seus excedentes de riscos, o que redundaria em barateamento dos seguros em geral para os segurados brasileiros, essa limitação imposta pelo art. 81 não tem mais cabimento.

A presente proposta, no entanto, exige que os investimentos em bens garantidores das reservas relativas à colocação desses seguros e resseguros no exterior sejam realizados exclusivamente no Brasil, de modo a, com isso, evitar-se grandes evasões de divisas.

ASSINATURA

MP-1.578-1
000012

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 23 / 7 / 97	3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA, 1578-1, de 18 de julho de 1997.
4 AUTOR Deputado CUNHA BUENO	5 Nº PRONTUÁRIO 1414-6
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
7 PÁGINA 01/01	8 ARTIGO 2º PARÁGRAFO INCIS ALÍNEA

TEXTO

Propõe seja incluído no art. 2º da MP 1.578, de 17.06.97, a alteração da redação do art. 82 do Decreto-Lei nº 73, de 21.11.66, conforme a seguir:

"Art. 2º Os arts. 43, 46, 47, 48 e 82 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 92 As sociedades seguradoras poderão aceitar resseguros desde que autorizadas pelo CNSP, conforme normas fixadas sobre limites e operações em resseguros.

Parágrafo único. O CNSP regulamentará, até 30 de setembro de 1997, as condições e requisitos necessários à concessão de autorização para operação em resseguros."

JUSTIFICATIVA

Objetiva claramente a MP dar início ao processo de privatização do Instituto de Resseguros do Brasil - IRB, como já anunciado através da imprensa, e à quebra do monopólio do resseguro conforme prevista na Emenda Constitucional nº 13, de 21.08.96, de minha autoria.

Não há como se admitir que o Instituto, ao ser privatizado, leve com ele o "monopólio" do resseguro.

Assim, cabe a alteração sugerida no art. 92, que atualmente vincula a aceitação de resseguro a uma prévia autorização por parte do IRB - o que aliás jamais aconteceu desde a sua criação na década de 30.

ASSINATURA

MP-1.578-1

000013

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 23 / 7 / 97		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA, 1578-1, de 18 de julho de 1997.	
4 AUTOR Deputado CUNHA BUENO		5 Nº PRONTUÁRIO 1414-6	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 01/01	8 ARTIGO 2º	9 PARÁGRAFO	10 INCISOS

9 TEXTO
Propõe seja incluído no art. 2º da MP 1.578, de 17.06.97, a alteração da redação do art. 98 do Decreto-Lei nº 73, de 21.11.66, conforme a seguir:

"Art. 2º Os arts. 43, 46, 47, 48 e 88 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 88 As sociedades seguradoras e resseguradoras obedecerão às normas e instruções da SUSEP sobre operações de seguro, co-seguro, resseguro e retrocessão, bem como lhes fornecerão dados e informações atinentes a quaisquer aspectos de suas atividades.

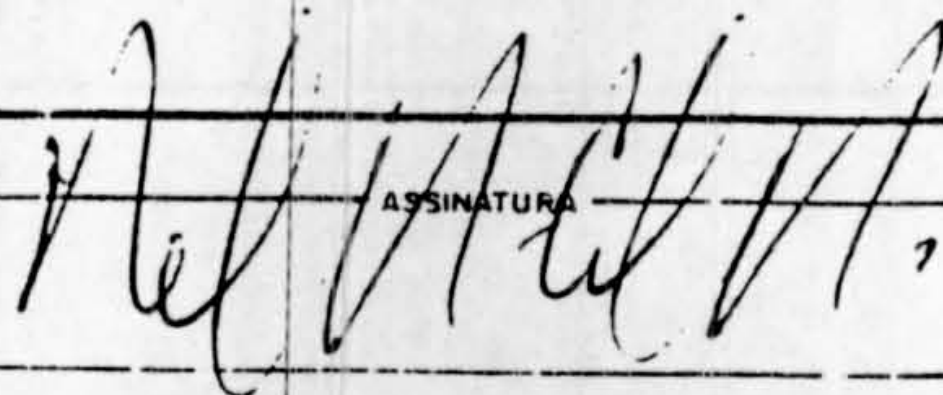
Parágrafo único. Os inspetores e funcionários credenciados da SUSEP terão livre acesso às sociedades seguradoras e resseguradoras, delas podendo requisitar e apreender livros, notas técnicas e documentos, caracterizando-se como embaraço à fiscalização, sujeito às penas previstas neste Decreto-Lei, qualquer dificuldade oposta aos objetivos deste artigo."

JUSTIFICATIVA

Objetiva claramente a MP dar início ao processo de privatização do Instituto de Resseguros do Brasil - IRB, como já anunciado através da imprensa, e à quebra do monopólio do resseguro conforme prevista na Emenda Constitucional nº 13, de 21.08.96, de minha autoria.

O art. 88 do Decreto-Lei nº 73, de 1966, dá competência àquele Instituto de baixar normas e instruções e de fiscalizar as seguradoras, o que não tem o menor cabimento num processo que quebra do monopólio e de privatização da Estatal.

Assim, a presente proposta visa transferir essas competências exclusivamente à SUSEP, que é a autarquia do setor que supervisiona e fiscaliza a atuação das seguradoras, e a partir da quebra do monopólio, das resseguradoras que aqui se instalarem.


ASSINATURA

(*) Emenda AO PROJETO DE LEI Nº 008/97-CN

MENSAGEM
Nº 392/97-CN, de 1997
(Nº 754/97, na origem)

Ementa: "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, crédito especial até o limite de R\$ 401.492,00, para os fins que especifica."

(*) Emendas

AO

PROJETO DE LEI Nº 009/97-CN

MENSAGEM

**Nº 393/97-CN, de 1997
(Nº 755/97, na origem)**

Ementa: "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério dos Transportes e do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, crédito especial até o limite de R\$ 10.623.202,00, para os fins que especifica."

(*) Emenda

AO

PROJETO DE LEI Nº 010/97-CN

MENSAGEM

**Nº 394/97-CN, de 1997
(Nº 756/97, na origem)**

Ementa: "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$ 3.115.162,00, para os fins que especifica."

(*) Publicadas em suplemento "A" à presente edição.

ATAS DE COMISSÃO

(*) 36ª a 39ª Reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 1.101, de 1996-SF, destinada a apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos, estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e 1996, realizadas em 16, 17 e 22 de julho de 1997.

(*) Publicadas em suplemento "B" à presente edição.

ATO DO DIRETOR GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2.051, DE 1997 (*)

**Disciplina a inscrição
de servidor(a) e de
pensionistas junto ao
SIS.**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de
suas atribuições regulamentares,**

R E S O L V E :

**Art. 1º - Este Ato disciplina, no âmbito do SIS, a adesão e o
desligamento de beneficiários.**

**Art. 2º - A adesão de novos servidores ao Sistema Integrado
de Saúde - SIS será expressamente manifestada junto à Secretaria de
Assistência Médica e Social, quando do encaminhamento do(a) nomeado(a)
para a inspeção de saúde que precede o ato de posse.**

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DSF de 24-07-97.

§ 1º - No ato da adesão o(a) servidor(a) firmará os seguintes documentos:

I - autorização para que o Senado efetue:

a) mensalmente, o desconto, sobre a sua remuneração, das parcelas correspondentes à contribuição mensal de acordo com o rateio das despesas e à participação em razão da utilização, por parte do seu grupo familiar, dos serviços prestados pelas entidades e profissionais conveniados junto ao SIS;

b) nas hipóteses de exoneração ou de demissão, o desconto, de uma só vez, dos débitos por ventura existentes com o SIS, quando da sua quitação final;

II - TERMO DE COMPROMISSO responsabilizando-se pelo pagamento de qualquer despesa realizada pelo seu grupo familiar que venha a ser apresentada ao SIS após o acerto final da sua folha de pagamento, com a indicação de endereço para cobrança dos valores.

§ 2º - A adesão de que trata este artigo constará do Termo de Posse do(a) servidor(a).

§ 3º - Na hipótese de dispensa da inspeção médica, o(a) servidor(a) que desejar aderir ao SIS comparecerá à Secretaria de Assistência Médica e Social para assinar os documentos de que trata o § 1º.

Art. 3º - A adesão de pensionista de servidor(a) falecido(a) dar-se-á no ato da concessão da pensão, salvo manifestação contrária do(a) interessado(a) no prazo de 30 (trinta) dias da concessão.

Parágrafo único - Para a autuação do requerimento de desligamento é indispensável a devolução das carteira de identificação junto ao SIS do(a) servidor(a) falecido(a) e dos respectivos dependentes.

Art. 4º - O(a) servidor(a) demitido(a) ou exonerado(a) devolverá ao SIS as carteiras de identificação do seu grupo familiar, sob pena de ter retido pelo Senado o pagamento correspondente à sua quitação final.

Art. 5º - O afastamento de servidor(a) para exercer mandato eletivo, ter exercício em outro órgão público, sem ônus para o Senado Federal, ou gozar de licença sem vencimentos, fica condicionado:

I - à liquidação dos débitos junto ao SIS e à devolução das carteiras de identificação do respectivo grupo familiar, na hipótese de desligamento do Plano de Assistência;

II - à expressa manifestação no sentido de manter a adesão e à indicação de endereço permanente para a cobrança de que trata o art. 2º, § 1º, I - a;

Art. 6º - A Subsecretaria de Administração de Pessoal e a Secretaria de Assistência Médica e Social adotarão as providências necessárias para o atendimento ao disposto neste Ato.

Art. 7º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 23 de julho de 1997.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

<p>MESA Presidente Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</p> <p>1º Vice-Presidente Geraldo Melo - PSDB - RN</p> <p>2º Vice Presidente Júnia Marise - Bloco - MG</p> <p>1º Secretário Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</p> <p>2º Secretário Carlos Patrocínio - PFL - TO</p> <p>3º Secretário Flaviano Melo - PMDB - AC</p> <p>4º Secretário Lucídio Portella - PPB - PI</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>1ª - Emília Fernandes - PTB - RS 2º - Lúdio Coelho - PSDB - MS 3º - Joel de Hollanda - PFL - PE 4ª - Marluce Pinto - PMDB - RR</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Reeleito em 2-4-97) Romeu Tuma - PFL - SP</p> <p>Corregedores - Substitutos (Reeleitos em 2-4-97)</p> <p>1º - Ramez Tebet - PMDB - MS 2º - Joel de Hollanda - PFL - PE 3º - Lúcio Alcântara - PSDB - CE</p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação : 16 e 23-11-95) Nabor Junior - PMDB - AC Waldeck Ornelas - PFL - BA Emília Fernandes - PTB - RS José Ignácio Ferreira - PSDB - AC Lauro Campos - Bloco - DF</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Élcio Alvares - PFL - ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda - PSDB - DF Vilson Kleinübing - PFL - SC Ramez Tebet - PMDB - MS</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma Júlio Campos</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra</p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sergio Machado</p> <p>Vice-Líderes Osmar Dias Jefferson Peres José Ignácio Ferreira Coutinho Jorge</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líderes Sebastião Rocha Antonio Carlos Valadares Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitacio Cafeteira</p> <p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amim</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líder Regina Assumpção</p>
---	--	--

Atualizada em 25/7/97.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alves
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex-PPR + Ex-PP)

1. Eptácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

**SECRETARIA -GERAL DA MESA-
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOINO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CELSON ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
JOSE FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LUCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES**SUPLENTE****PFL**

FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCA	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
ODACIR SOARES	RO-3218/20	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65

PMDB

GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

PSDB

JOSE ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTONIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSBT	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229

PPB

ESPERIDIAO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

PTB

JOSE EDUARDO VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146
---------------------	------------	------------------	--------------

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

Atualizada em: 10/06/97

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
ODACIR SOARES	RO-1031/1129	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO		8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VAGO		9-VAGO	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSE FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078	3-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	8-VAGO	
PSDB			
LÚCIO ALCANTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

Atualizada em: 12/06/97

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES**SUPLENTE**

PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-ODACIR SOARES	RO-3218/20
PMDB			
JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-VAGO	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52
PSDB			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-OSMAR DIAS	PR-2124/25
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

Atualizada em: 18/07/97

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: (VAGO)
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
JULIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/46
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
VAGO		6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
VAGO		7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
VAGO		8-VAGO	
PMDB			
JOSE FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIAO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
EMILIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO BORGES
 LINHARES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA

VICE-PRESIDENTE: CARLOS WILSON

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES**SUPLENTE****PFL**

JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-VAGO	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		

PMDB

ONOFRE QUINAN	GO-3148/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
VAGO			
VAGO			

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			

PPB

EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/57
--------------------	------------	-------------------	------------

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348
----------------	--------------

REUNIÕES: (HORÁRIO A SER FIXADO)
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

Atualizada em: 18/07/97

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	4- WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	5-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	6- VAGO	
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-VAGO *1	MS-2381/2387
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPPLY (PT)	DF-2341/47
VAGO *1		3- LAURO CAMPOS (PT)	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIAO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37

OBS: *1 - FALTA INDICAÇÃO DA LIDERANÇA CONFORME NOVA PROPORCIONALIDADE DA ATUAL SESSÃO LEGISLATIVA.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

Atualizada em: 26/06/97

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	6-VAGO	

PMDB

JOSE SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSE IGNACIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/62	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

PPB

LEOMAR QUINTANILHA	TO-2171/72	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
--------------------	------------	-------------	--------------

PTB

EMILIA FERNANDES	RS-2331/34	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321
------------------	------------	--------------------	--------------

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

Atualizada em: 12/06/97.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
 (Designação em 25-04-95)

Presidente: Deputado **PAULO BORNHAUSEN**
 Vice-Presidente: Senador **CASILDO MALDANER**
 Secretário-Geral: Senador **LÚDIO COELHO**
 Secretário-Geral Adjunto: Deputado **ROGERIO SILVA**

SENADORES			DEPUTADOS		
Titulares		Suplentes	Titulares		Suplentes
José Fogaça	PMDB	Mariuce Pinto (1)	Luciano Pizzatto	Bloco Parlamentar PFL/PTB	Antônio Ueno
Casildo Maldaner		Roberto Requão	Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
Vilson Kleinubing	PFL	Joel de Hollanda	Paulo Ritzel	PMDB	Elias Abrahão
Romero Juca		Júlio Campos	Valdir Colatto		Rivaldo Macari
Lúdio Coelho	PSDB	Geraldo Melo	Franco Monero	PSDB	Yeda Crusius
Espendão Amin	PPB		Fetter Júnior(3,4)	PPB	João Pizzolatti
Emília Fernandes	PTB		Dilceu Sperafico	PP	Augustinho Freitas
Osmar Dias(2)	PP		Miguel Rossetto	PT	Luiz Mainardi
	PT	Benedita da Silva Eduardo Suplicy Lauro Campos			

- 1 Pedro Simon substituído por Mariuce Pinto, em 2-10-95
 2 Filiado ao PSDB, em 22-6-95.
 3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.
 4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1-2-96



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

Agenda 21 (R\$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luís Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela sequencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R\$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar

Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R\$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R\$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– **Volume 9 (R\$ 3,00).** "O Atributo da Soberania", de Heber Arbuét Vignali.

– **Volume 10 (R\$ 3,00).** "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Lançamentos

- **História Institucional do Senado do Brasil (R\$ 20,00) – Vamireh Chacon**
Estudo sobre o Poder Legislativo, em especial da Câmara Alta do Legislativo Brasileiro, contando toda a sua história, desde sua instituição no período do Primeiro Reinado.
- **O Livro da Profecia (R\$ 50,00) – Joaquim Campelo Marques (org.)**
Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores, intelectuais brasileiros sobre o século XXI.
- **Coleção Memória Brasileira**
 - **A Província (R\$ 8,00) – Aureliano Cândido de Tavares Bastos**
Estudos sobre a descentralização político-administrativa do Brasil e sobre a questão do federalismo, realizados na época do Império.
 - **Sistema Representativo (R\$ 8,00) – José de Alencar**
Estudos sobre o governo representativo com fulcro na questão eleitoral, democracia e representação proporcional.
- **Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado**
 - **Clodomir Cardoso (R\$ 10,00) – Luciano de Souza Dias (org.)**
Biografia do Senador da República Clodomir Cardoso, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.
- **Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)**
 - **Volume 11 (R\$ 3,00). “Análise Jurídico-Política do Mercosul”, de Victor S. Antunes Correia.**
- **Constitution of the Federative Republic of Brazil – 1988 (R\$ 5,00)**
Versão em língua inglesa da Constituição de 1988, contendo as ECs nº 1 a 15 e as ECRs nº 1 a 6.

Para maiores informações, solicite nosso catálogo



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Periodicidade Trimestral

Assinatura para o ano de 1997

Números 133-136

R\$ 40,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Órgão:			
Unidade:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Telefones para contato:			

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

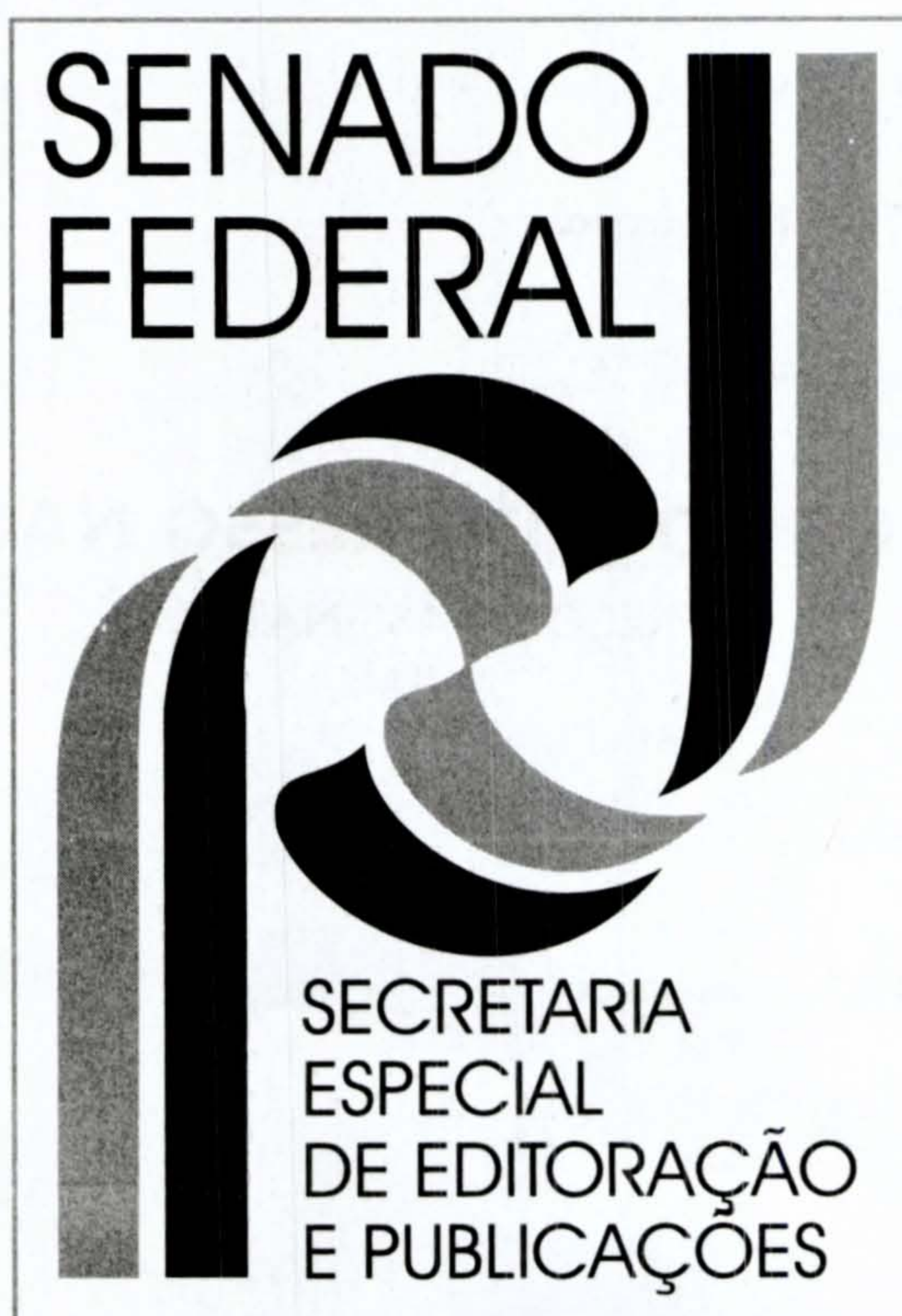
Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento** pela **Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB CEGRAF**, conta nº 920001-2, **Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central**, conta nº 55560204-4 ou recibo de depósito via **FAX (061) 2245450**, a favor do **FUNCEGRAF**.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA DF - CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 Seção de Remessas Postais ou (061) 311-3803 Seção de Cobrança.

Tabela em vigor a partir de 3-3-97.



EDIÇÃO DE HOJE: 192 PÁGINAS